



# Diário **OFICIAL** Executivo

Ano CVII

Edição Digital nº 10691 | 56 páginas  
Curitiba, Quinta-feira, 21 de Maio de 2020

## Sumário

### Poder Executivo

Casa Civil .....	03
Coordenadoria Estadual da Defesa Civil.....	03
Procuradoria Geral do Estado .....	04

### Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência.....	04
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.....	07
Secretaria da Educação e do Esporte.....	08
Secretaria da Fazenda .....	22

Secretaria da Saúde.....	48
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho .....	48
Secretaria da Segurança Pública .....	48
Secretaria da Infraestrutura e Logística .....	50
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ....	52
Receita Estadual do Paraná.....	53

### Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Defensoria Pública do Estado .....	54
Ministério Público do Estado do Paraná.....	56



# PODER EXECUTIVO ESTADUAL



## Governo do Estado

Governador Carlos Massa Ratinho Junior		Controladoria Geral do Estado Raul Clei Coccaro Siqueira Luiz Fernando Neto de Castro	Controlador-Geral Diretor-Geral
Vice-governador Darci Piana		Chefia de Gabinete do Governador Daniel Wesley Vilas Bôas Rocha	Chefe de Gabinete
Casa Civil Guto Silva Felipe Flessak	Chefe da Casa Civil Diretor-Geral	Casa Militar Tenente Coronel Welby Pereira Sales	Chefe
Procuradoria Geral do Estado Letícia Ferreira da Silva Izabel Cristina Marques	Procuradora-Geral Diretora-Geral	Coordenadoria Estadual da Defesa Civil Tenente Coronel Fernando Raimundo Schunig	Chefe

## Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência Reinhold Stephanes Bráulio Cesco Fleury	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Fazenda Renê de Oliveira Garcia Junior Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento Norberto Anacleto Ortigara Richardson de Souza	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo Marcio Fernando Nunes Lindsley da Silva Rasca Rodrigues	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura João Evaristo Debiasi Gilberto Antonio da Souza Filho	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística Sandro Alex Cruz de Oliveira José Brustolin Neto	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes Valdemar Bernardo Jorge Louise da Costa e Silva Garnica	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho Ney Leprevost Neto Adayr Cabral Filho	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas João Carlos Ortega Francisco Luis dos Santos	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Segurança Pública Romulo Marinho Soares Pedro Luiz Humphreys Stonoga	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Educação e do Esporte Renato Feder Glauco Roberto Dias	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Saúde Carlos Alberto Gebrim Preto Nestor Werner Junior	Secretário Diretor-Geral



## Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

**Diretor Presidente**  
Tiago Baccin

**Diretora Adjunto**  
Elaine Arruda Nunes Gonçalves

Rua dos Funcionários, 1645  
80035-050 | Cabral | Curitiba | Paraná

Informações PABX 3313-3200

## Casa Civil

### RESOLUÇÃO Nº 01/2020 – Gab/Gov

O CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, resolve

Art. 1º designar o servidor MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA, RG nº 4.283.953-1, Assessor da Governadoria, para gerenciar as atividades desenvolvidas pelos servidores submetidos ao regime de teletrabalho lotados e que atuam junto à Assessoria do Gabinete da Governadoria, os quais deverão apresentar relatórios contendo as atividades desempenhadas durante a jornada de trabalho e os resultados gerados.

Art. 2º O servidor designado poderá, ainda, estabelecer rodízio de trabalho entre os servidores que exercem suas atividades de forma presencial e os que laboram através de teletrabalho, observadas as disposições do Decreto nº 4.230, de 2020.

Art. 3º A presente designação finda quando cessar a vigência do Decreto nº 4.230, de 2020.

Curitiba, em 21 de maio de 2020

DANIEL WESLEY VILAS BÔAS ROCHA  
Chefe de Gabinete do Governador

43809/2020

## Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN

### PORTARIA N.º 066/2020-COOGS/DAF

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 7º, Inciso II da Resolução nº 780/2019-CONTRAN que dispõe sobre o credenciamento de Empresas Estampadoras de Placas de Identificação Veicular - PIV;

CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 16.191.127-5, resolve:

#### CREDENCIAR

Art. 1º. De forma precária, por 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa, **EDSON LUIZ MARTINS & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.953.406/0004-28, localizada na Rua José Nunes de Souza nº 1240, Bairro Centro, Município de Arapoti - PR, CEP: 84.990-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com a Resolução nº 780/2019-CONTRAN.

Art. 2º. Após publicação desta Portaria de credenciamento será encaminhada cópia ao DENATRAN para fins de controle e habilitação sistêmica.

Art. 3º. A Credenciada somente poderá funcionar a partir da integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM através de sistema informatizado nos termos do Item 5.1 do Anexo III da Resolução nº 780/2019-CONTRAN.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Cumpra-se obedecendo as formalidades legais.

**PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**

Curitiba, 19 de maio de 2020.

Cesar Vinicius Kogut  
Diretor Geral

42601/2020

### PORTARIA N.º 067/2020-COOGS/DAF

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a Lei nº 17.682 de 20 de setembro de 2013, que regulamenta as atividades dos Despachantes de Trânsito no Estado do Paraná;

Considerando o contido no Protocolo nº 16.596.504-3 e Atestado de Óbito Matrícula 162008 01 55 2020 4 00071 213 0035613 16;

Resolve:

#### CANCELAR

Art. 1º. A Credencial do Despachante de Trânsito **JOÃO PEDRO ROBERTO DOS SANTOS**, Matrícula nº 1120035-4, que exercia suas atividades no Município de Umuarama por motivo de falecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de maio de 2020.

Cesar Vinicius Kogut  
Diretor-Geral

42634/2020

## Coordenadoria Estadual da Defesa Civil

### COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL DESPACHO Nº 011/2020

#### Dispensa de Licitação nº 003/2020 - CEDEC

Protocolo nº: 16.521.694-6

1. RATIFICO o contido no presente protocolado, bem como o teor da Informação nº 011/2020 – AT/DECEC, no sentido de AUTORIZAR, com fulcro nas

disposições do art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 c.c. art. 1º do Decreto Estadual nº 4.315, de 21 de março de 2020, a realização da despesa decorrente da aquisição de 40.000 (quarenta mil) embalagens para acondicionar produtos de cestas básicas, no valor de R\$ 21.160,00 (vinte e um mil, cento e sessenta reais), junto à empresa Plastcell Industria de Embalagens EIRELI, CNPJ 18.310.808/0001-30.

2. Nomeio como gestor da presente aquisição a Sd. QPM 1-0 Lorena Eliz Giacomozzi, RG 7.965.511-2, e como fiscal o 1º Sgt. QPM 1-0 Mauricio Souza Santos, RG 5.788.109-7.

3. Publique-se e encaminhe-se à Assessoria Técnica da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil para providências.

Curitiba, 18 de maio de 2020.

Ten.-Cel QOBM Fernando Raimundo Schunig,

Coordenador Estadual da Defesa Civil.

42569/2020

### COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL DESPACHO Nº 012/2020

#### Dispensa de Licitação nº 004/2020 - CEDEC

Protocolo nº: 16.572.121-7

1. RATIFICO o contido no presente protocolado, bem como o teor da Informação nº 014/2020 – AT/DECEC, no sentido de AUTORIZAR, com fulcro nas disposições do art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 c.c. art. 1º do Decreto Estadual nº 4.315, de 21 de março de 2020, a realização da despesa decorrente da aquisição de 1.000 (um mil) sacos para cadáver, no valor de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), junto à empresa Plastcell Industria de Embalagens EIRELI, CNPJ 18.310.808/0001-30.

2. Nomeio como gestora da presente aquisição a Sd. QPM 1-0 Lorena Eliz Giacomozzi, RG 7.965.511-2, e como fiscal o 1º Sgt. QPM 1-0 Mauricio Souza Santos, RG 5.788.109-7.

3. Publique-se e encaminhe-se à Assessoria Técnica da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil para providências.

Curitiba, 18 de maio de 2020.

Ten.-Cel QOBM Fernando Raimundo Schunig,

Coordenador Estadual da Defesa Civil.

42584/2020

### COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2020

O COORDENADOR ESTADUAL DA DEFESA CIVIL e a SUPERINTENDENTE DE AÇÃO SOLIDÁRIA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista as disposições contidas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no Decreto Estadual nº 4230, de 16 de Março de 2020, bem como o preconizado no Despacho Governamental, publicado no DIOE nº 10.651 de 21 de março de 2020, o qual excepcionou o contido no Decreto Estadual nº 2.548 de 26 de agosto de 2019 e,

Considerando o período de pandemia gerado pela proliferação da COVID-19, que ocasiona situação de emergência em todo Brasil;

Considerando que o Estado do Paraná encontra-se em estado de calamidade pública, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública, declarado por meio do Decreto nº 4.319/2020;

Considerando que o Poder Executivo, como agente do sistema de administração pública estadual, tem a missão básica de conceber e implantar programas e projetos que traduzam, de forma ordenada, as metas e objetivos emanados da Constituição e de leis específicas;

ESTABELECE:

Art. 1º A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil e a Superintendência Geral de Ação Solidária promoverão ações conjuntas com o objetivo de mitigar os efeitos sociais e atender às famílias em vulnerabilidade decorrentes do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional - COVID-19.

Art. 2º Para as ações conjuntas poderão os órgãos envolvidos captar doações de cestas básicas, materiais de higiene, prestações de serviços e outros produtos, sem ônus ou encargos pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná, bem como o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, objetivando viabilizar projetos relacionados com os vários setores de suas áreas de atuação, obedecendo os parâmetros legais.

Art. 3º Todos aqueles que pretenderem realizar doação de cestas básicas e serviços, sem encargo ou ônus para a administração pública, poderão fazê-lo diretamente na Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Estado do Paraná ou na Superintendência Geral de Ação Solidária, aos quais competirão o registro e a lavratura de termo próprio com posterior indicação da destinação dos produtos.

Parágrafo único. A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil poderá inserir o nome do doador, pessoa física ou jurídica, no objeto doado ou em material de divulgação da emergência em saúde pública de importância nacional, obedecendo as restrições legais aplicáveis ao caso concreto, em especial no que diz respeito ao uso de bens públicos e à proteção da paisagem urbana.

Art. 4º Os termos de doação, registro e indicação da destinação dos produtos arrecadados serão formalizados por tempo determinado, em consonância com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa.

Art. 5º As sobreditas entidades deverão manter registros atualizados do recebimento de doação de cestas básicas e serviços, sem ônus ou encargos pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná, acessíveis ao público em geral no portal do CORONAVIRUS ([www.coronavirus.pr.gov.br](http://www.coronavirus.pr.gov.br))

Art. 6º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação. Curitiba, PR, 15 de maio de 2020.

Ten.-Cel. QOBM Fernando Raimundo Schunig,  
Coordenador Estadual da Defesa Civil.

Jeslayne Magalhães Valente,  
Superintendente de Ação Solidária.

42585/2020

**Procuradoria Geral do Estado****Resolução nº 094/2020-PGE**

Autoriza os Procuradores do Estado lotados na Procuradoria Funcional - PRF, com fundamento no artigo 4º do Regulamento da PGE, aprovado pelo Decreto nº 2.709/2019.

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 5º, III, da Lei Complementar Estadual nº 26/1985, alterada pela Lei Complementar nº 40/1987, e no artigo 4º do Regulamento da PGE, aprovado pelo Decreto nº 2.709/2019,

**RESOLVE**

Autorizar os Procuradores do Estado lotados na Procuradoria Funcional - PRF/PGE, que atuem com a matéria objeto do protocolado nº 16.559.345-6, nos termos do Despacho nº 383/2020-PGE, proferido naquele protocolo.

**PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.**

Curitiba, 14 de maio de 2020.

**Letícia Ferreira da Silva**  
Procuradora-Geral do Estado

**Roberto Altheim**  
Procurador-Chefe da Coordenadoria Judicial

42492/2020

**Secretaria da Administração e da Previdência****DESPACHO Nº: 324/2020**

Protocolo nº: 16.377.003-2

Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP

Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 45/2020 – SRP

Data: 15/05/2020

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 45/2020 – SRP, tipo menor preço, composto por 9 (nove) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de HORTIFRUTIGRANJEIROS, para Curitiba, Região Metropolitana e Litoral, conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 627/815a). O procedimento tem a finalidade de atender as necessidades de diversos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

2. As empresas declaradas vencedoras se encontram relacionadas abaixo:

RAZÃO SOCIAL	LOTES
TORNADO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E HORTIFRUTIGRANJEIROS – EIRELI	01 e 05
AGL COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME	02 e 06
ALTA COMERCIAL – EIRELI	03, 04, 07, 08 e 09

3. O critério de disputa adotado foi o maior percentual de desconto linear no lote, considerando que o percentual de desconto apresentado incidirá linearmente sobre os preços unitários da Tabela CEASA de Curitiba. Os lotes foram arrematados com os seguintes percentuais de desconto linear: lote nº 1 – 1,95%; lote nº 2 – 5,00%; lote nº 3 – 2,88%; lote nº 4 – 2,88%; lote nº 5 – 1,61%; lote nº 6 – 3,20%; lote nº 7 – 0,01%; lote nº 8 – 0,01% e lote nº 9 – 0,01%.

4. Considerando a Informação nº 147/2020 da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 1060/1062a), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento no art. 5º, §1º, do Decreto Estadual nº 2.734/2015, **HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

5. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.762/2013.

6. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Reinhold Stephanes

**Secretário de Estado da Administração e da Previdência**

42550/2020

**DESPACHO Nº: 325/2020**

Protocolo nº: 16.416.495-0

Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP

Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 94/2020 – SRP

Data: 15/05/2020

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 94/2020 – SRP, tipo menor preço, composto por 24 (vinte e quatro) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS – DEMANDA JUDICIAL 02, conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 210/256). O procedimento tem a finalidade de atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde – SESA/CEMEPAR.

2. As empresas declaradas vencedoras se encontram relacionadas abaixo:

RAZÃO SOCIAL	LOTES
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	01 e 02
SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03 e 04
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05, 06 e 22
ACCORD FARMACÊUTICA LTDA	08
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS – EIRELI	09 e 10
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	13 e 14
PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS – EIRELI	18, 19 e 20
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	21
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	23 e 24
Fracassados	07, 11, 12, 15, 16 e 17

3. O valor adjudicado no procedimento importa em **R\$ 4.747.944,40** (quatro milhões, setecentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), obtendo-se desconto aproximado de 30,83% sobre o valor máximo fixado para a disputa, descontados os valores atribuídos aos lotes fracassados.

4. Considerando a Informação nº 146/2020 da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 1783/1786a), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento no art. 5º, §1º, do Decreto Estadual nº 2.734/2015, **HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

5. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.762/2013.

6. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Reinhold Stephanes

**Secretário de Estado da Administração e da Previdência**

42668/2020

**DESPACHO Nº: 329/2020**

Protocolo nº: 16.460.502-7

Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP

Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 190/2020 – SRP

Data: 18/05/2020

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 190/2020 – SRP, tipo menor preço, composto por 3 (três) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze)



meses, para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS – DIABETES 1, conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 99/142a). O procedimento tem a finalidade de atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde – SESA/CEMEPAR.

2. As empresas declaradas vencedoras se encontram relacionadas abaixo:

RAZÃO SOCIAL	LOTES
SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA	01
ELI LILLY DO BRASIL LTDA	02 e 03

3. O valor adjudicado no procedimento importa em **R\$ 19.068.471,00** (dezenove milhões, sessenta e oito mil e quatrocentos e setenta e um reais), obtendo-se desconto aproximado de 9,88% sobre o valor máximo fixado para a disputa.

4. Considerando a Informação nº 151/2020 da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 348/350a), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento no art. 5º, §1º, do Decreto Estadual nº 2.734/2015, **HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

5. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.762/2013.

6. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas –DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Reinhold Stephanes

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

42870/2020

#### DESPACHO Nº: 326/2020

Protocolo nº: 16.386.742-7

Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP

Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 069/2020 – SRP

Data: 18/05/2020

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 069/2020-SRP, tipo menor preço, composto por 35 (trinta e cinco) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS – HOSPITAIS 03, conforme especificações contidas no Edital e Anexos

(fls. 281/325). O procedimento tem a finalidade de atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde – SESA/CEMEPAR.

2. As empresas declaradas vencedoras se encontram relacionadas abaixo:

RAZÃO SOCIAL	LOTES
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	01, 03, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 35
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.	05, 07 e 21
SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	15, 23 e 25
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	18
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.	19, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 33
PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.	20 e 22
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A.	28 e 32
ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI	34
Fracassados	02, 08 e 16
Deserto	17

3. O valor adjudicado no procedimento importa em **R\$ 1.008.547,80** (um milhão, oito mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), obtendo-se o desconto total de 24,70%, sobre o valor máximo fixado para a disputa.

4. Considerando a Informação nº 148/2020 da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 2329/2331a), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento no art. 5º, §1º, do Decreto Estadual nº 2.734/2015, **HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

5. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.762/2013.

6. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas –DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Reinhold Stephanes

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

42840/2020

#### RESOLUÇÃO DE APOSENTADORIA N. 7652

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62, DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARISTELA RODRIGUES

ORGÃO: SEJUF

R.G.: 03.439.854-2 CARGO: Agente Profissional

LF: 1

Profissional De Nivel Superior

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3º, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05.

Lei 13666/02, art.15, I, c/c art.156, Lei 6174/70

Lei 13666/02, art.15, II, c/c art.170 e 171, Lei 6174/70-EC19

Lei 13666/02, art.15, II, c/c art.170 e 171, Lei 6174/70

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 119.717/20

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 14.431,83 (Quatorze Mil,

Quatrocentos e Trinta e Um Reais e Oitenta e Três Centavos)

CALCULOS A FL. 36-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 16.391.592-8

NOME: APARECIDA GOMES LEITE PETINELI

ORGÃO: SEED

R.G.: 04.185.043-4 CARGO: Professor

LF: 2

Professor

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o § 5º do Artigo 40, da Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/05.

LC 103/04, art.23

LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún, EC 19/98

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 119.040/20

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 5.245,64 (Cinco Mil, Duzentos

e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos)

CALCULOS A FL. 37-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 16.224.073-0

CURITIBA, 12 DE MAIO DE 2020

REINHOLD STEPHANES  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E  
DA PREVIDENCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 7653

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62, DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO

ORGÃO: PGE

R.G.: 03.495.270-1 CARGO: Procurador

LF: 1

Procurador

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3º, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05.

LC 161/13, art. 2º

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 119.691/20

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 28.633,59 (Vinte e Oito Mil, Seiscentos e Trinta e Três Reais e Cinquenta e Nove Centavos) - SUJEITO AO REDUTOR CONSTITUCIONAL.

CALCULOS A FL. 19-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 16.509.374-7

CURITIBA, 12 DE MAIO DE 2020

REINHOLD STEPHANES  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E  
DA PREVIDENCIA

42043/2020

**Resolução SEAP nº. 7.8382020**

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019, e considerando o Ofício nº 108/2020/PRE-PGE contido no protocolado nº **16.357.908-1, que trata de cumprimento da decisão proferida nos Autos nº 0047098-69.2018.8.16.0182**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder 01 (uma) referência salarial a título de Progressão por Antiguidade ao servidor Agente Profissional de Nível Superior do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
SESP	AP	CIRO HÉLIO KESSEL	8205833	1	CL	REF	CL	REF	01/08/2018
					I	11	I	12	

**Art. 2º** Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de maio de 2020.

REINHOLD STEPHANES  
Secretário de Estado

42493/2020

**Serviço Social Autônomo  
PARANAPREVIDÊNCIA****PARANAPREVIDÊNCIA**

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciário - Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.119774/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.048.611-2. Segurado: ROBERTO MULLER, RG 1.445.251-6 - LF 1. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: MARIA BERNARDETE GUSSO MULLER, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 4167.54. Total do Benefício R\$ 4167.54

Ato n.119783/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.426.888-8. Segurado: RONALDO VILMAR MOSKALEWSKI, RG 1.290.829-6 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: MERI DO ROCIO HANKE MOSKALEWSKI, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 7861.73. Total do Benefício R\$ 7861.73

Ato n.119796/20, Pensão por morte, Protocolo 0.013.346.453-0. Segurado: DOMINGOS RIBEIRO VENTURA, RG 3.592.200-8 - LF 1. Embasamento legal: Cumprimento de decisão judicial, COJ-PRPREV/DJ/AT nº 174/2020 - JUD. Pagamento do benefício em favor de Marilene Beloto Barbero, na condição de convivente, autos 0000610-40.2016.8.16.0113, decisão definitiva, perante a Vara da Fazenda Pública de Marialva. Beneficiário: MARILENE BELOTO BARBERO, Companheiro(a), Cota 100%, Valor R\$ 2338.57. Total do Benefício R\$ 2338.57

Ato n.119802/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.455.875-4. Segurado: NEIMAR PROENÇA OLIVEIRA, RG 3.460.531-9 - LF 1. Embasamento legal:

Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: ROSANA ZENI DA ROCHA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 1231.25. Total do Benefício R\$ 1231.25

Ato n.119808/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.490.376-1. Segurado: MARIA DE LOURDES CAVALCANTE OLIVEIRA, RG 1.899.733-9 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: GILDASIO DO NASCIMENTO OLIVEIRA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 5396.41. Total do Benefício R\$ 5396.41

Ato n.119809/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.490.376-1. Segurado: MARIA DE LOURDES CAVALCANTE OLIVEIRA, RG 1.899.733-9 - LF 2. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: GILDASIO DO NASCIMENTO OLIVEIRA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 1360.84. Total do Benefício R\$ 1360.84

Ato n.119810/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.489.502-5. Segurado: LUIZ MATTOS DE SOUZA, RG 1.003.849-9 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: HILDA MARQUES DE ARAUJO SOUZA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 1228.06. Total do Benefício R\$ 1228.06

Ato n.119747/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.506.193-4. Segurado: NARCISO MARQUES DA SILVA, RG 370.425-4 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: ALINE COSTA MARQUES DA SILVA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 9685.36. Total do Benefício R\$ 9685.36

Ato n.119752/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.363.894-0. Segurado: ROSA DE LIMA NEUFELD, RG 2.075.536-9 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: JOSE MANOEL BEDUSCHI, Companheiro(a), Cota 100%, Valor R\$ 1461.70. Total do Benefício R\$ 1461.70

Curitiba, 12 de maio de 2020

40699/2020

**PARANAPREVIDÊNCIA**

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciário - Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.119813/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.486.475-8. Segurado: GENTIL RODRIGUES, RG 3.080.296-9 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: SIRENE RODRIGUES, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 1896.56. Total do Benefício R\$ 1896.56

Ato n.119814/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.332.034-7. Segurado: SERGIO TUCHINSKI, RG 5.114.724-3 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I e II do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: KATIA ARRUDA TUCHINSKI, Cônjuge, Cota 50%, Valor R\$ 2789.51; DANILO ARRUDA TUCHINSKI, Filho(a), Cota 50%, Valor R\$ 2789.51. Total do Benefício R\$ 5579.02

Ato n.119815/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.450.063-2. Segurado: JOSE BENATO, RG 551.890-3 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: ERLI BACH, Companheiro(a), Cota 100%, Valor R\$ 2205.25. Total do Benefício R\$ 2205.25

Ato n.119816/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.450.976-1. Segurado: JUCELINO TODESCATTO, RG 1.878.384-3 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I e II do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: NERCI HANAUER TODESCATTO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 4441.33. Total do Benefício R\$ 4441.33

Ato n.119819/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.375.503-3. Segurado: CLAUDEMIR TOMACHESKI DELFINO, RG 4.584.219-3 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I e II do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: ROSANA WEIBER DELFINO, Filho(a), Cota 45.8%, Valor R\$ 3775.46; RAQUEL MACIEL WEIBER DELFINO, Cônjuge, Cota 45.8%, Valor R\$ 3775.46. Total do Benefício R\$ 7550.92

Ato n.119820/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.581.900-4. Segurado: ANTONIO ESTRADIOTO, RG 197.775-0 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: RENY WEIGERT ESTRADIOTO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 1225.40. Total do Benefício R\$ 1225.40

Ato n.119821/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.377.862-9. Segurado: ADEMIR DE CAMPOS, RG 475.966-4 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I e II do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: ALZIRA KUHNEN CAMPOS, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 8697.89. Total do Benefício R\$ 8697.89

Curitiba, 13 de maio de 2020

40698/2020

#### PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciário - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.119870/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.498.916-0. Segurado: MURILO BAGGIO LACERDA, RG 278.186-7 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: MARIA TEREZA DE MIRANDA LIMA LACERDA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 2699.23. Total do Benefício R\$ 2699.23

Ato n.119871/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.282.014-1. Segurado: JOAO JOAQUIM DE LIMA, RG 1.506.019-0 - LF 1. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: MARISA CARRIELE DE LIMA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 6170.83. Total do Benefício R\$ 6170.83

Ato n.119874/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.360.783-2. Segurado: DJALMA MELO, RG 1.450.207-6 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I e II do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: CLEIDE PEREIRA DA SILVA MELO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 27102.10. Total do Benefício R\$ 27102.10

Ato n.119875/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.494.985-0. Segurado: PAULO BRAGA DINIZ, RG 705.391-6 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: JUDITE CIBIN BRAGA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 1790.84. Total do Benefício R\$ 1790.84

Ato n.119877/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.296.118-7. Segurado: EDISON FOLTRAN POMBO, RG 1.530.945-8 - LF 1. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: NILSE SPIES POMBO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 26570.69. Total do Benefício R\$ 26570.69

Ato n.119879/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.432.265-3. Segurado: LUIZ CARLOS BORTOLETTI, RG 1.533.575-0 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I e II do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: ANAIR ARAUJO FERREIRA BORTOLETTI, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 4974.29. Total do Benefício R\$ 4974.29

Ato n.119880/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.479.157-2. Segurado: RUBENS ALONSO CANO, RG 1.366.739-0 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: MARLENE RIBEIRO CANO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 2412.97. Total do Benefício R\$ 2412.97

Ato n.119881/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.511.045-5. Segurado: JULIO CEZAR BAQUERO HERNANDES, RG 696.078-2 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: MIRIAN DO ROCIO KLAUMANN, Companheiro(a), Cota 100%, Valor R\$ 5543.01. Total do Benefício R\$ 5543.01

Ato n.119882/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.512.359-0. Segurado: ANA MARIA MOREIRA DO PRADO, RG 553.862-9 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: ARGENTINO DA SILVA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 3387.24. Total do Benefício R\$ 3387.24

Ato n.119845/20, Pensão por morte, Protocolo 0.016.377.581-6. Segurado: JORGE LUIS COUTO VIEIRA, RG 6.102.208-2 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: MARIA EDUARDA COUTO VIEIRA, Filho(a), Cota 50%, Valor R\$ 1371.27; KEILA RENATA TAVARES VIEIRA, Cônjuge, Cota 50%, Valor R\$ 1371.27. Total do Benefício R\$ 2742.54

Curitiba, 14 de maio de 2020

41360/2020

## Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA n. 050/2020

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conforme artigo 25, inciso XVII do Decreto 1800/96, artigos 12 e 13, do Decreto Estadual 12033/2014 (Regimento Interno desta autarquia), nos termos da Lei 17.745 c/c o art. 12, parágrafos 1º e 2º do Decreto nº 9.978, de 23 de janeiro de 2014, considerando o período de excepcionalidade do Covid-19, amparado pelo Decreto Estadual 4230/2020 e com base na Resolução 01/2020/JUCEPAR, **RESOLVE:** **Adiar para o dia 30 de junho de 2020** o prazo final para recadastramentos dos Leiloeiros matriculados na JUCEPAR, permanecendo em vigor todas as demais disposições do respectivo Edital.

Curitiba – PR, em 20 de maio de 2020.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO  
Presidente da JUCEPAR

42795/2020

## Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

### RESOLUÇÃO Nº 048, de 20 de maio de 2020.

**Ementa:** Estabelece os procedimentos para o pagamento dos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios da cesta básica às pessoas físicas vulnerabilizadas pela emergência de saúde pública causada pela Covid-19, beneficiárias do auxílio autorizado pela Lei nº 20.172, de 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, na realização das competências estabelecidas no art. 10 do

Decreto nº 4.570, de 4 de maio de 2020, e

Considerando a necessidade de estabelecer os procedimentos para o pagamento dos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios da cesta básica às pessoas físicas economicamente vulnerabilizadas em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção humana pelo coronavírus (Covid-19), beneficiárias do auxílio emergencial autorizado pela Lei nº 20.172, 7 de abril de 2020;

Considerando a situação de emergência em todo o território paranaense, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, declarada pelo Decreto nº 4.298, de 19 de março de 2020;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Atribuir ao Departamento de Economia Rural (Deral) a gerência e o acompanhamento da concessão do auxílio emergencial com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná, à pessoa economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional, causada pela infecção humana pelo Coronavírus (Covid-19),

autorizado pela Lei nº 20.172, de 7 de Abril de 2020.

**Art. 2º** A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) compete:

**I** – Disponibilizar acesso, mediante *login* e senha, na plataforma de operação e gerenciamento para atendimento das necessidades de administração, da distribuição, controle e pagamento do auxílio emergencial, disponibilizando arquivos auditáveis em formatos eletrônicos, tais como planilhas e Pdf, bem como no formato padrão FEBRABAN (CNAB240).

**II** – Possibilitar aos estabelecimentos comerciais interessados, se credenciarem por meio de aplicativo a ser instalado em aparelho telefônico celular, bem como prestar informações, comunicá-los e alertá-los sobre as normas e condições do auxílio emergencial que os comerciantes deverão cumprir.

**III** – Disponibilizar no Portal da Transparência do Estado do Paraná as informações atualizadas sobre os estabelecimentos comerciais credenciados, os recursos financeiros a eles pagos e os beneficiários atendidos pelo auxílio emergencial do

Estado do Paraná;

**IV** – Dar condições de rastreabilidade de todos os beneficiários atendidos, dos voluntários que trabalharam na distribuição dos cartões e dos estabelecimentos comerciais credenciados.

**Art. 3º** – Compete ao DERAL, por meio da plataforma que operacionaliza o auxílio emergencial, emitir e verificar as informações contidas nos relatórios, gerados semanalmente, e encaminhá-los por meio do e-Protocolo ao Ordenador de Despesas para autorização dos pagamentos, contendo no mínimo as seguintes

informações:

**I** – Identificação com o CNPJ dos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios da cesta básica às pessoas físicas economicamente vulnerabilizadas em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional,

causada pela infecção humana pelo coronavírus (Covid-19);

**II** – Identificação com o nome e CPF do beneficiário do CadÚnico e do auto declaratório do auxílio emergencial, por estabelecimento comercial;

**III** – O valor total de gêneros alimentícios comercializados às pessoas beneficiárias, por estabelecimento comercial;

**IV** – Atestar que a despesa foi realizada em proveito da SEAB.

**Art. 4º** Compete ao GOFIS:

**I** – Gerar relatório de remessa e a analisar a documentação recebida do Deral com vistas à liquidação e pagamento, por meio do Novo SIAF e com recursos disponibilizados em conta específica de titularidade da Seab, do montante semanal autorizado pelo Ordenador de Despesas devido aos estabelecimentos comerciais

credenciados;

**II** – Remeter o arquivo CNAB240 ao Banco do Brasil, via Plataforma de Autoatendimento BB, que efetiva os pagamentos aos estabelecimentos comerciais

credenciados;

**III** – Transmitir os arquivos de retorno dos pagamentos gerados pela Plataforma de Autoatendimento BB à plataforma de gestão da Celepar, assinalando os pagamentos efetuados e as eventuais inconsistências;

**IV** – Registrar no protocolo as informações referentes aos pagamentos efetuados e encaminhar ao Deral para ciência e arquivo.

**Art. 5º** Os estabelecimentos comerciais credenciados que não receberem seus créditos serão notificados para correção, pelo aplicativo instalado no aparelho telefônico celular.

**Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Cumpra-se.

Norberto Anacleto Ortigara.

42640/2020

## Secretaria da Educação e do Esporte

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4987 a 5002 – 20/05/2020

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 690  
Nome do Município: Curitiba  
Código do Estabelecimento: 14534  
Nome do Estabelecimento: CEP DEMOCRATA  
Nome do Curso: Curso: TEC.EM TRANSACOES IMOB-SUBS ET - 978

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
GISLEINE ROCHA DOS SANTOS LIMA	101685780PR	4987	06901453D010	97	12/5/2020	2019
LOURDES RITA MOREIRA	000751222MS	4988	06901453D010	98	13/5/2020	2019
JOARES TEXCA LEAL	91036134PR	4989	06901453D010	98	13/5/2020	2019
SHARLENE VIEIRA DA GLORIA	5068286681RS	4990	06901453D010	98	13/5/2020	2019
PAULO VAZ MIRANDA	65823853PR	4991	06901453D010	98	15/5/2020	2019
MARIANA REGINA ALTHAUS JANSEN	64934228PR	4992	06901453D010	98	15/5/2020	2019
FRANCIELI GISELENE PORTES	53605163SP	4993	06901453D010	99	15/5/2020	2019
SILMARA FRANCIELLY ZAKOWSKI MARCOS	89000955PR	499	06901453D010	99	15/5/2020	2019
PATRICIA VIEIRA CORDEIRO	105308078PR	4995	06901453D010	99	15/5/2020	2019
BRUNO RICARDO MAIDI	83434686PR	4996	06901453D010	99	15/5/2020	2019
ARIANE HIRT	77459863PR	4997	06901453D010	99	15/5/2020	2019
GILSIANE ELIAS GOMES	57476559PR	4998	06901453D010	100	15/5/2020	2019
MARIO SANCHES COSO	127605290SP	4999	06901453D010	100	15/5/2020	2019
MATHEUS ANDRADE DE MATOS	108067977PR	5000	06901453D010	100	15/5/2020	2019
GIOVANI AUGUSTO COELHO RUOCCO	123201892PR	5001	06901453D010	100	15/5/2020	2019
ULISSES RODRIGO DOS SANTOS	001412324MS	5002	06901453D010	100	18/5/2020	2019

Curitiba 20 de maio de 2020.

Nome do(a) Secretário(a): HOMERO QUADROS FILHO

Nº Ato do(a) Secretário(a): 006/2013-7/11/2013

Nome do(a) Diretor(a): KAROLYNE ROSARIO GOLAZ

Nº Ato do(a) Diretor(a): 014/2014 - 14/10/2014

42787/2020

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 367 – 20/05/2020

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 2790  
Nome do Município: Toledo  
Código do Estabelecimento: 1729  
Nome do Estabelecimento: JARDIM EUROPA, C E



Nome do Curso:

Curso: TEC.EM INFORMATICA-INT ET IC - 963

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
GUSTAVO HENRIQUE PAESE HEINZEN	144790197PR	367	27900172D001	74	11/5/2020	2019

Toledo 20 de maio de 2020.

Nome do(a) Secretário(a): ROSANGELA  
PEREIRA VENÂNCIO

Nº Ato do(a) Secretário(a): 2155/2016-10/6/2016

Nome do(a) Diretor(a): SANDRA ELISETTE  
CASOLA

Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016 - 4/3/2016

42788/2020

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### DESPACHO SECRETARIAL

1. **DETERMINO**, nos termos da Informação nº 262/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR e, com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da Lei Estadual nº 15.608/07, o arquivamento do protocolo nº 14.993.463-4, em que consta a notícia de irregularidade, supostamente cometida pela empresa **ARF EMPREENDEIMENTOS LTDA, CNPJ nº 20.327.444/0001-43**, no Pregão Eletrônico nº 1512/2017 – GMS/SEED, lote único.

2. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências cabíveis.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto nº 1.437/2019

42779/2020

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### DESPACHO SECRETARIAL

1. **AUTORIZO**, nos termos da Informação nº 116/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR e, com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da Lei Estadual nº 15.608/07, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte a instaurar Processo Administrativo visando apurar irregularidade, em tese, cometida pela empresa **CELSO BERTOLUCI BOTUCATU – ME, CNPJ nº 01.826.948/0001-63**, no Pregão Eletrônico nº 985/2017 – SEED, Lote 02 consubstanciada na não apresentação de todos os documentos de habilitação no prazo definido no edital.

2. A apuração deverá ser conduzida em procedimento administrativo autônomo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

3. Findado o procedimento administrativo, e o relatório final da Comissão Processante concluir que penalidade a ser imposta não é de aplicação privativa governamental, deverá o próprio Titular da Pasta impor, se for o caso, a respectiva sanção.

4. Para o consentimento acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e oportunidade.

5. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais.

Curitiba, 28 de abril de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto nº 1.437/2019

42766/2020

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

### GABINETE DO SECRETÁRIO.

#### DESPACHO SECRETARIAL

1. **AUTORIZO**, nos termos da Informação nº 267/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR e, com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da Lei Estadual nº 15.608/07, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte a instaurar Processo Administrativo visando apurar irregularidade, em tese, cometida pela empresa **DEBORAH RODRIGUES DO COUTO EIRELI, CNPJ nº 12.986.307/0001-92**, em razão de sua desclassificação no PE nº 883/2018 – GMS/SEED, lotes 21, 22, 23 e 24, consubstanciada na não apresentação da proposta e demais documentos de habilitação no prazo definido no edital.

2. A apuração deverá ser conduzida em procedimento administrativo

autônomo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

3. Findado o procedimento administrativo e o relatório final da Comissão Processante concluir que penalidade a ser imposta não é de aplicação privativa governamental, deverá o próprio Titular da Pasta impor, se for o caso, a respectiva sanção.

4. Para o consentimento acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e oportunidade.

5. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto nº 1.437/2019

42767/2020

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo: 14.965.583-2

1. **AUTORIZO**, nos termos da Informação nº 261/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR, e com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da Lei Estadual nº 15.608/07, a Secretaria de Estado da Educação a instaurar Processo Administrativo visando apurar irregularidade, em tese, cometida pela empresa **ESPAÇO DIGITAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE ÁUDIO, CINE, VÍDEO E ILUMINAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 08.083.394/0001-09**, no Pregão Eletrônico nº 1486/2017-SEED, consubstanciada na não apresentação dos documentos de habilitação no prazo definido no edital.

2. A apuração deverá ser conduzida em procedimento administrativo autônomo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

3. Findado o procedimento administrativo e o relatório final da Comissão Processante concluir que penalidade a ser imposta não é de aplicação privativa governamental, deverá ser encaminhado ao próprio Titular da Pasta impor, se for o caso, a respectiva sanção.

4. Para a autorização acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e da oportunidade.

5. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais.

Curitiba, 06 de maio de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto nº 1.437/2019

42768/2020

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### DESPACHO SECRETARIAL

1. **AUTORIZO**, nos termos da Informação nº 265/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR, e com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da Lei Estadual nº 15.608/07, a Secretaria de Estado da Educação a instaurar Processo Administrativo visando apurar irregularidade, em tese, cometida pela empresa **K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 06.064.658/0001-43**, em razão de sua desclassificação no PE nº 883/2018 GMS/SEED, lote 2, consubstanciada na não apresentação dos documentos de habilitação no prazo definido no edital.

2. A apuração deverá ser conduzida em procedimento administrativo autônomo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

3. Findado o procedimento administrativo e o relatório final da

Comissão Processante concluir que penalidade a ser imposta não é de aplicação privativa governamental, deverá o próprio Titular da Pasta impor, se for o caso, a respectiva sanção.

4. Para o consentimento acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e da oportunidade.

5. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto n.º 1.437/2019

42769/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

GABINETE DO SECRETÁRIO.

DESPACHO SECRETARIAL

1. **AUTORIZO**, nos termos da Informação n.º 260/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR e, com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da lei Estadual n.º 15.608/07, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte a instaurar Processo Administrativo visando apurar irregularidade, em tese, cometida pela empresa **LH GONÇALVES COMPONENTES ELETRÔNICO EPP, CNPJ n.º 08.288.901/0001-32**, no Pregão Eletrônico n.º 922/2017 – GMS/SEED, lote 03, consubstanciada na não apresentação da proposta e demais documentos de habilitação no prazo definido no edital.

2. A apuração deverá ser conduzida em procedimento administrativo autônomo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da constituição Federal.

3. Findado o procedimento administrativo e o relatório final da Comissão Processante concluir que penalidade a ser imposta não é de aplicação privativa governamental, deverá o próprio Titular da Pasta impor, se for o caso, a respectiva sanção.

4. Para o consentimento acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e oportunidade.

5. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto n.º 1.437/2019

42771/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO SECRETARIAL

1. **AUTORIZO**, nos termos da Informação n.º 275/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR, e com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da Lei Estadual n.º 15.608/07, a Secretaria de Estado da Educação a instaurar Processo Administrativo visando apurar irregularidade, em tese, cometida pela empresa **MICRO SERVICE ELETRÔNICOS EIRELI, CNPJ n.º 02.405.020/0001-78**, em razão de sua desclassificação no PE n.º 1162/2018 GMS/SEED, lote 02, consubstanciada na não apresentação dos documentos de habilitação no prazo definido no edital.

2. A apuração deverá ser conduzida em procedimento administrativo autônomo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

3. Findado o procedimento administrativo e o relatório final da Comissão Processante concluir que penalidade a ser imposta não é de aplicação privativa governamental, deverá o próprio Titular da Pasta impor, se for o caso, a respectiva sanção.

4. Para o consentimento acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e da oportunidade.

5. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto n.º 1.437/2019

42773/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO SECRETARIAL

1. **AUTORIZO**, nos termos da Informação n.º 266/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR, e com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º,

inciso VI, alínea “a”, todos da Lei Estadual n.º 15.608/07, a Secretaria de Estado da Educação a instaurar Processo Administrativo visando apurar irregularidade, em tese, cometida pela empresa **SOLO COMERCIAL EIRELI, CNPJ n.º 11.102.277/0001-41**, em razão de sua desclassificação no PE n.º 883/2018 GMS/SEED, lotes 21, 22, 23 e 24, consubstanciada na não apresentação dos documentos de habilitação no prazo definido no edital.

2. A apuração deverá ser conduzida em procedimento administrativo autônomo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

3. Findado o procedimento administrativo e o relatório final da Comissão Processante concluir que penalidade a ser imposta não é de aplicação privativa governamental, deverá o próprio Titular da Pasta impor, se for o caso, a respectiva sanção.

4. Para o consentimento acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e da oportunidade.

5. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto n.º 1.437/2019

42775/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO SECRETARIAL

1. **AUTORIZO**, nos termos da Informação n.º 109/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR e, com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da lei Estadual n.º 15.608/07, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte a instaurar Processo Administrativo visando apurar irregularidade, em tese, cometida pela empresa **VALEX SERVIÇOS TÉCNICOS DE LIMPEZA EIRELI – ME, CNPJ n.º 11.077.741/0001-97**, no Pregão Eletrônico n.º 1033/2017 – GMS/SEED, lote 01, consubstanciada na não apresentação de todos os documentos de habilitação no prazo definido no edital.

2. A apuração deverá ser conduzida em procedimento administrativo autônomo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da constituição Federal.

3. Findado o procedimento administrativo, e o relatório final da Comissão Processante concluir que penalidade a ser imposta não é de aplicação privativa governamental, deverá o próprio Titular da Pasta impor, se for o caso, a respectiva sanção.

4. Para o consentimento acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e oportunidade.

5. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais.

Curitiba, 28 de abril de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto n.º 1.437/2019

42776/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO SECRETARIAL

1. **AUTORIZO**, nos termos da Informação n.º 263/2020 – SEED/ASS TEC/CPAAR e, com fundamento no art. 162, inciso I c/c art. 157 c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da lei Estadual n.º 15.608/07, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte a instaurar Processo Administrativo visando apurar irregularidade, em tese, cometida pela empresa **VINÍCIUS CHAVES DOS SANTOS – EPP, CNPJ n.º 05.207.424/0001-45**, no Pregão Eletrônico n.º 1486/2017 – GMS/SEED, lote 02, consubstanciada na não apresentação da amostra no prazo definido no edital.

2. A apuração deverá ser conduzida em procedimento administrativo autônomo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da constituição Federal.

3. Findado o procedimento administrativo e o relatório final da Comissão Processante concluir que penalidade a ser imposta não é de aplicação privativa governamental, deverá o próprio Titular da Pasta impor, se for o caso, a respectiva sanção.

4. Para o consentimento acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e oportunidade.

5. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte  
Decreto n.º 1.437/2019

42778/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE  
ASSESSORIA TÉCNICA

Protocolo nº 16.464.249-6

Assunto: Procedimento – Pagamento de bolsa-auxílio.

Interessados: Todos os Setores da SEED.

## ORIENTAÇÃO Nº 06/2020 – AT/SEED

A **Chefe da Assessoria Técnica** da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, incisos IV a VI do Decreto Estadual nº 8.425, de 7 de dezembro de 2017, considerando:

- que o bom funcionamento desta Secretaria depende muito do respeito e da obediência que se presta às autoridades públicas, seguindo as regras estatuídas pelas leis, e também;
- em virtude do vulto de procedimentos de igual teor, cuja dispensa de tramitação por esta Assessoria contribui com a eficiência e celeridade;
- o papel da Secretaria para a sociedade e a importância do trabalho desenvolvido pelos seus servidores com vistas à melhoria das condições de trabalho, por consequência a melhoria do atendimento aos alunos da rede pública estadual de ensino;
- a necessidade de uniformização do trabalho realizado nesta Secretaria de Estado, com padronização, organização, formalização da instrução e do fluxo dos procedimentos administrativos;
- o princípio da eficiência que implica celeridade processual, economia aos cofres públicos e o máximo de resultado na atuação da Administração com o mínimo emprego possível de atividades processuais,

## RESOLVE

expedir a presente Orientação Administrativa aplicável a toda estrutura organizacional básica desta Secretaria, de caráter obrigatório aos Setores que instruem procedimentos administrativos para o pagamento de bolsa-auxílio.

<b>Matéria</b>	Pagamento de Bolsa-Auxílio para servidores da SEED.
<b>Previsão legal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário.</li> <li>• A Resolução SEED nº 3.571, de 16 de setembro de 2019 - Dispõe sobre os valores a serem utilizados nos cálculos de pagamentos das despesas com eventos previstos no Planejamento de Formação Continuada dos Profissionais da Educação.</li> <li>• Decreto Estadual nº 4.505, de 6 de julho de 2016 - Dispõe sobre a exclusividade de instituição financeira contratada para prestação de serviços que especifica e sobre o pagamento aos fornecedores do Estado mediante crédito em conta corrente bancária. (A PGE/PR emitiu a Orientação Administrativa nº 010/2016 - PGE acerca da obrigatoriedade do cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016).</li> </ul>
<b>Procedimentos</b>	Encaminhamentos prévios para dar ciência da requisição à equipe gestora e à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Fica PADRONIZADA, **por meio de listas de verificação – Anexos I a VII**, a instrução dos processos administrativos visando ao pagamento de bolsa-auxílio, nos termos da Resolução SEED nº 3.571, de 2019, ou outros regulamentos que surgirem da revogação deste e que não colidirem com a presente.

I. A lista de verificação, devidamente preenchida, assinada pela autoridade técnica competente e atestada pelo Diretor de Educação, deverá ser juntada aos autos antes do envio do protocolo para solicitação de autorização do Diretor-Geral.

II. Caso a instrução processual não esteja em conformidade com a lista de verificação, deverá ser acompanhada da devida motivação nos autos.

III. O atendimento da lista de verificação dispensará a manifestação da Assessoria Técnica desta Pasta, salvo em caso de dúvida técnica, devidamente apontada e encaminhada de forma expressa dentro da formalidade procedimental.

IV. A lista de verificação deverá, obrigatoriamente, ser juntada ao procedimento antes do envio do pedido de autorização ao Diretor-Geral, previamente à realização do evento.

**Referências:** Lei Complementar Estadual nº 104, de 7 de julho de 2004; Decreto Estadual nº 428, de 14 de agosto de 2019; Resolução SEED nº 3.571, de 16 de setembro de 2019; Decreto Estadual nº 4.505, de 6 de julho de 2016; e Decreto Estadual nº 8.425, de 7 de dezembro de 2017.

Curitiba, 19 de maio de 2020.

Eliana Raad

Chefe da Assessoria Técnica/SEED

De acordo.

Renato Feder

Secretário de Estado da Educação e do Esporte

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE  
ASSESSORIA TÉCNICA - COORDENADORIA FUNCIONAL  
Pagamento de bolsa-auxílio – Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED

## LISTA DE VERIFICAÇÃO I

## Eventos Previstos no Planejamento de Formação Continuada

Protocolo n.º	
Interessado:	
<b>Requisitos Mínimos</b>	
01. Solicitação de abertura do evento (indicar o valor da despesa, observado o contido na Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED) <sup>1</sup> .	Fls. ____
02. Indicação precisa do tipo de evento <sup>2</sup> .	Fls. ____
03. Justificativa para a realização do evento.	Fls. ____
04. Cópia do Planejamento de Formação Continuada.	Fls. ____
05. Programa do evento.	Fls. ____
06. Data da realização do evento (o evento deverá ocorrer em dias úteis).	Fls. ____
07. Indicação da carga horária diária (igual ou superior a 6 horas diárias e em dias úteis).	Fls. ____
08. Justificativa da impossibilidade da realização do evento por meio de videoconferência ou webconferência.	Fls. ____
09. Lista <sup>3</sup> com nome completo, CPF, RG e Estado de emissão, número da conta corrente, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016 <sup>4</sup> .	Fls. ____
10. Anuência da Diretoria de Educação, conforme o previsto no § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED.	Fls. ____
11. No caso de pagamento antecipado, certificação de que foi cumprido o previsto nos §§ 5º e 7º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
12. Constam cotações de hospedagem e transporte (no mínimo 3), de acordo com o previsto no § 4º do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019 (para os casos de eventos realizados fora do Estado do Paraná).	Fls. ____
13. Comprovação de que o evento foi inserido no Sicafe <sup>5</sup> .	Fls. ____
14. Cópia da Lista de Frequência.	Fls. ____
15. Comprovação de que os valores estão de acordo com os valores previstos nos anexos da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
16. Certificação de que o participante não recebeu recursos da Central de Viagens <sup>6</sup> para o evento proposto <sup>7</sup> .	Fls. ____
17. Comprovante de que o valor do pagamento foi calculado pelo GOFS - § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
18. Informações orçamentárias e financeiras.	Fls. ____
19. Prévia anuência da Diretoria de Educação.	Fls. ____
20. Autorização do Diretor-Geral <sup>8</sup> .	Fls. ____

<sup>1</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019;<sup>2</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019;<sup>3</sup> Art. 3º, § 11, da Resolução nº 3.571, de 2019;<sup>4</sup> Decreto nº 4.505, de 6 de julho de 2016, dispõe sobre a exclusividade de instituição financeira contratada para prestação de serviços que especifica e sobre o pagamento aos fornecedores do Estado mediante crédito em conta corrente bancária;<sup>5</sup> SICAPE – Sistema de Capacitação da Educação;<sup>6</sup> Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário;<sup>7</sup> Art. 3º, § 5º, da Resolução nº 3.571, de 2019;<sup>8</sup> Art. 1º, § 6º, da Resolução nº 3.571, de 2019.

## Notas explicativas:

I. Este documento tem utilização restrita aos procedimentos administrativos para pagamento de bolsa-auxílio nos termos do disposto na Resolução SEED nº 3.571, de 2019.

II. Recomenda-se que seja verificado se o evento se enquadra como Formação Continuada.

III. O atendimento da lista de verificação não exclui a possibilidade de que, eventualmente, sejam anexadas outras informações ou documentos, quando necessário.

IV. O Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário. Assim, tomar cuidado para evitar pagamento em duplicidade.

V. É vedado ao participante receber recursos da Central de Viagens para os eventos discriminados no art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.

VI. O coordenador do evento é o responsável pelo cadastro de todos os envolvidos, devendo anexar o relatório disponível no Sicafe com os inscritos e, após a realização do evento, anexar a



ficha de frequência devidamente assinada.

- VII. A Procuradoria-Geral do Estado emitiu a Orientação Administrativa nº 010/2016 – PGE acerca da obrigatoriedade do cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016.
- VIII. A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com a inclusão de toda a documentação necessária é de dos agentes públicos responsáveis pelo evento e pela solicitação de pagamento.
- IX. É indispensável a prévia anuência da Diretoria de Educação antes da remessa do protocolo para autorização do Diretor-Geral.
- X. A autorização do Diretor-Geral deverá ser prévia à realização do evento.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local e data) (local e data)

[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento] [Nome e assinatura do Chefe do Setor competente]

### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE ASSESSORIA TÉCNICA - COORDENADORIA FUNCIONAL

Pagamento de bolsa-auxílio – Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED

#### LISTA DE VERIFICAÇÃO II

Eventos Não Previstos no Planejamento de Formação Continuada

Protocolo nº	
Interessado:	
<b>Requisitos Mínimos</b>	
01. Solicitação de abertura do evento (indicar o valor da despesa, observado o contido na Resolução nº 3.571, de 2019) <sup>1</sup> .	Fis. _____
02. Indicação precisa do tipo de evento <sup>2</sup> .	Fis. _____
03. Justificativa para a realização do evento.	Fis. _____
04. Cópia do Planejamento de Formação Continuada.	Fis. _____
05. Programa do evento.	Fis. _____
06. Data da Realização do Evento (o evento deverá ocorrer em dias úteis).	Fis. _____
07. Indicação da carga horária diária (igual ou superior a 6 horas diárias e em dias úteis).	Fis. _____
08. Justificativa da impossibilidade da realização do evento por meio de videoconferência ou webconferência.	Fis. _____
09. Cópia das fichas de frequência.	Fis. _____
10. Lista <sup>3</sup> com nome completo, CPF, RG e Estado de emissão, número da conta corrente, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016 <sup>4</sup> .	Fis. _____
11. Anuência da Diretoria de Educação, conforme o previsto no § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
12. No caso de pagamento antecipado, certificação de que foi cumprido o previsto nos §§ 5º e 7º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
13. Consta cotações de hospedagem e transporte (no mínimo 3), de acordo com o previsto no § 4º do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019 (para os casos de eventos realizados fora do Estado do Paraná).	Fis. _____
14. Comprovação de que o evento foi inserido no Sicafe <sup>5</sup> .	Fis. _____
15. Comprovação de que os valores estão de acordo com os valores previstos nos anexos da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
16. Certificação de que o participante não recebeu recursos da Central de Viagens <sup>6</sup> para o evento proposto <sup>7</sup> .	Fis. _____
17. Comprovante de que o valor do pagamento foi calculado pelo GOFS - § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
18. Informações orçamentárias e financeiras.	Fis. _____
19. Prévia anuência da Diretoria de Educação.	Fis. _____
20. Autorização do Diretor-Geral <sup>8</sup> .	Fis. _____

Notas explicativas:

- I. Este documento tem utilização restrita aos procedimentos administrativos para pagamento de bolsa-auxílio nos termos do disposto na Resolução SEED nº 3.571, de 2019.
- II. Recomenda-se que seja verificado se o evento se enquadra como Formação Continuada.
- III. O atendimento da lista de verificação não excluirá a possibilidade de que, eventualmente, sejam anexadas outras informações ou documentos, quando necessário.
- IV. O Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário. Assim, tomar cuidado para evitar pagamento em duplicidade.
- V. É vedado ao participante receber recursos da Central de Viagens para os eventos discriminados no art. 1º, da Resolução nº 3.571, de 2019.
- VI. O coordenador do evento é o responsável pelo cadastro de

<sup>1</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>2</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>3</sup> Art. 3º, § 11, da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>4</sup> Decreto nº 4.505, de 6 de julho de 2016, dispõe sobre a exclusividade de instituição financeira contratada para prestação de serviços que especifica e sobre o pagamento aos fornecedores do Estado mediante crédito em conta corrente bancária;

<sup>5</sup> SICAPE – Sistema de Capacitação da Educação;

<sup>6</sup> Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário;

<sup>7</sup> Art. 3º, § 5º, da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>8</sup> Art. 1º, § 6º, do da Resolução nº 3.571, de 2019.

todos os envolvidos, devendo anexar o relatório disponível no Sicafe com os inscritos e, após a realização do evento, anexar a ficha de frequência devidamente assinada.

VII. A Procuradoria-Geral do Estado emitiu a Orientação Administrativa nº 010/2016 – PGE acerca da obrigatoriedade do cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016.

VIII. A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com a inclusão de toda a documentação necessária é de dos agentes públicos responsáveis pelo evento e pela solicitação de pagamento.

IX. É indispensável a prévia anuência da Diretoria de Educação antes da remessa do protocolo para autorização do Diretor-Geral.

X. A autorização do Diretor-Geral deverá ser prévia à realização do evento.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local e data) (local e data)

[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento] [Nome e assinatura do Chefe do Setor competente]

### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE ASSESSORIA TÉCNICA - COORDENADORIA FUNCIONAL

Pagamento de bolsa-auxílio – Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED

#### LISTA DE VERIFICAÇÃO III

Assessores em Tecnologias Educacionais

Protocolo nº	
Interessado:	
<b>Requisitos Mínimos</b>	
01. Solicitação de abertura do evento (indicar o valor da despesa, observado o contido na Resolução nº 3.571, de 2019) <sup>1</sup> .	Fis. _____
02. Indicação precisa do tipo de evento <sup>2</sup> .	Fis. _____
03. Justificativa para a realização do evento.	Fis. _____
04. Cópia do Planejamento de Formação Continuada (quando for o caso).	Fis. _____
05. Programa do evento.	Fis. _____
06. Data da Realização do Evento (o evento deverá ocorrer em dias úteis).	Fis. _____
07. Constam os Relatórios Diários de Ações - Anexos VI e VII da Resolução SEED nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
08. Justificativa da impossibilidade da realização do evento por meio de videoconferência ou webconferência.	Fis. _____
09. Certificação de que o valor da bolsa-auxílio foi calculado de acordo com o anexo VIII da Resolução SEED nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
10. Lista <sup>3</sup> com nome completo, CPF, RG e Estado de emissão, número da conta corrente, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016 <sup>4</sup> .	Fis. _____
11. Validação dos dados dos envolvidos pelos departamentos e diretorias <sup>5</sup> .	Fis. _____
12. Anuência da Diretoria de Educação, conforme o previsto no § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
13. No caso de pagamento antecipado, certificação de que foi cumprido o previsto nos §§ 5º e 7º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
14. Consta cotações de hospedagem e transporte (no mínimo 3), de acordo com o previsto no § 4º do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019 (para os casos de eventos realizados fora do Estado do Paraná).	Fis. _____
15. Comprovação de que o evento foi inserido no Sicafe <sup>6</sup> .	Fis. _____
16. Comprovação de que os valores estão de acordo com os valores previstos nos anexos da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
17. Comprovante de que o valor do pagamento foi calculado pelo GOFS - § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fis. _____
18. Informações orçamentárias e financeiras.	Fis. _____
19. Prévia anuência da Diretoria de Educação.	Fis. _____
20. Autorização do Diretor-Geral <sup>7</sup> .	Fis. _____

<sup>1</sup> Art. 1º, da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>2</sup> Art. 1º, da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>3</sup> Art. 3º, § 11, da Resolução nº 3.571, de 2019;



<sup>4</sup> Decreto nº 4.505, de 6 de julho de 2016, dispõe sobre a exclusividade de instituição financeira contratada para prestação de serviços que especifica e sobre o pagamento aos fornecedores do Estado mediante crédito em conta corrente bancária;

<sup>5</sup> Art. 5º, § 1º, III, da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>6</sup> SICAPE – Sistema de Capacitação da Educação;

<sup>7</sup> Art. 1º, § 6º da Resolução nº 3.571, de 2019.

#### Notas explicativas:

I. Este documento tem utilização restrita aos procedimentos administrativos para pagamento de bolsa-auxílio nos termos do disposto na Resolução SEED nº 3.571, de 2019.

II. Recomenda-se que seja verificado se o evento se enquadra como Formação Continuada.

III. O atendimento da lista de verificação não excluirá a possibilidade de que, eventualmente, sejam anexadas outras informações ou documentos, quando necessário.

IV. O Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário. Assim, tomar cuidado para evitar pagamento em duplicidade.

V. É vedado ao participante receber recursos da Central de Viagens para os eventos discriminados no art. 1º, da Resolução nº 3.571, de 2019.

VI. O coordenador do evento é o responsável pelo cadastro de todos os envolvidos, devendo anexar o relatório disponível no Sicape com os inscritos e, após a realização do evento, anexar a ficha de frequência devidamente assinada.

VII. A Procuradoria-Geral do Estado emitiu a Orientação Administrativa nº 010/2016 – PGE acerca da obrigatoriedade do cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016.

VIII. A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com a inclusão de toda a documentação necessária é de dos agentes públicos responsáveis pelo evento e pela solicitação de pagamento.

IX. É indispensável a prévia anuência da Diretoria de Educação antes da remessa do protocolo para autorização do senhor Diretor-Geral.

X. A autorização do Diretor-Geral deverá ser prévia à realização do evento.

possibilidade de que, eventualmente, sejam anexadas outras informações ou documentos, quando necessário.

IV. O Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário. Assim, tomar cuidado para evitar pagamento em duplicidade.

V. É vedado ao participante receber recursos da Central de Viagens para os eventos discriminados no art. 1º, da Resolução nº 3.571, de 2019.

VI. O coordenador do evento é o responsável pelo cadastro de todos os envolvidos, devendo anexar o relatório disponível no Sicape com os inscritos e, após a realização do evento, anexar a ficha de frequência devidamente assinada.

VII. A Procuradoria-Geral do Estado emitiu a Orientação Administrativa nº 010/2016 – PGE acerca da obrigatoriedade do cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016.

VIII. A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com a inclusão de toda a documentação necessária é de dos agentes públicos responsáveis pelo evento e pela solicitação de pagamento.

IX. É indispensável a prévia anuência da Diretoria de Educação antes da remessa do protocolo para autorização do senhor Diretor-Geral.

X. A autorização do Diretor-Geral deverá ser prévia à realização do evento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(local e data) (local e data)

[Nome e assinatura do servidor  
responsável pelo preenchimento]

[Nome e assinatura do Chefe do  
Setor competente]

<sup>1</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>2</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>3</sup> Art. 4º, § 2º da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>4</sup> Art. 3º, § 11, da Resolução nº 3.571, de 2019;

<sup>5</sup> Decreto nº 4.505, de 6 de julho de 2016, dispõe sobre a exclusividade de instituição financeira contratada para prestação de serviços que especifica e sobre o pagamento aos fornecedores do Estado mediante crédito em conta corrente bancária;

<sup>6</sup> SICAPE – Sistema de Capacitação da Educação;

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(local e data) (local e data)

[Nome e assinatura do servidor  
responsável pelo preenchimento]

[Nome e assinatura do Chefe do  
Setor competente]

### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE ASSESSORIA TÉCNICA - COORDENADORIA FUNCIONAL Pagamento de bolsa-auxílio – Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED

#### LISTA DE VERIFICAÇÃO IV

##### Tutoria em Cursos da SEED realizados na modalidade EaD

Protocolo n.º
Interessado:

Requisitos Mínimos		
01.	Solicitação de abertura do evento (indicar o valor da despesa, observado o contido na Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED) <sup>1</sup> .	Fls. ____
02.	Indicação precisa do tipo de evento <sup>2</sup> .	Fls. ____
03.	Justificativa para a realização do evento.	Fls. ____
04.	Cópia do Planejamento de Formação Continuada.	Fls. ____
05.	Programa do evento.	Fls. ____
06.	Período de realização do Evento.	Fls. ____
07.	Cópia do Edital que regulamentou a seleção de tutores.	Fls. ____
08.	Cópia do Edital com o resultado da seleção de tutores.	Fls. ____
09.	Declaração do coordenador do evento atestando o cumprimento das regras estabelecidas no edital de seleção de tutores <sup>3</sup> .	Fls. ____
10.	Lista <sup>4</sup> com nome completo, CPF, RG e Estado de emissão, número da conta corrente, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016 <sup>5</sup> .	Fls. ____
11.	No caso de pagamento antecipado, certificação de que foi cumprido o previsto nos §§ 5º e 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
12.	Comprovação de que o evento foi inserido no Sicape <sup>6</sup> .	Fls. ____
13.	Comprovação de que os valores estão de acordo com os valores previstos nos anexos da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
14.	O valor do pagamento foi calculado pelo GOFS - § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
15.	Informações orçamentárias e financeiras.	Fls. ____
16.	Prévia anuência da Diretoria de Educação.	Fls. ____
17.	Autorização do Diretor-Geral.	Fls. ____

#### Notas explicativas:

I. Este documento tem utilização restrita aos procedimentos administrativos para pagamento de bolsa-auxílio nos termos do disposto na Resolução SEED nº 3.571, de 2019.

II. Recomenda-se que seja verificado se o evento se enquadra como Formação Continuada.

III. O atendimento da lista de verificação não excluirá a

### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE ASSESSORIA TÉCNICA - COORDENADORIA FUNCIONAL Pagamento de bolsa-auxílio – Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED

#### LISTA DE VERIFICAÇÃO V

##### Jogos Escolares – Professores e Coordenadores da SEED

Protocolo n.º
Interessado:

Requisitos Mínimos		
01.	Solicitação de abertura do evento (indicar o valor da despesa, observado o contido na Resolução nº 3.571 de 2019) <sup>1</sup> .	Fls. ____
02.	Indicação precisa do tipo de evento <sup>2</sup> .	Fls. ____
03.	Justificativa para a realização do evento.	Fls. ____
04.	Cópia do planejamento do evento.	Fls. ____
05.	Programa do evento.	Fls. ____
06.	Data da realização do evento.	Fls. ____
07.	Indicação da carga horária diária.	Fls. ____
08.	Anuência da Diretoria de Educação, conforme o previsto no § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
09.	Indicação, pela Diretoria de Educação, do Departamento que irá acompanhar o evento.	Fls. ____
10.	No caso de pagamento antecipado, certificação de que foi cumprido o previsto nos §§ 5º e 7º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
11.	Consta cotações de hospedagem e transporte (no mínimo 3), de acordo com o previsto no § 4º do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019 (para os casos de eventos realizados fora do Estado do Paraná).	Fls. ____
12.	Comprovação de que o evento foi inserido no Sicape <sup>3</sup> .	Fls. ____
13.	Cópia da Lista de Frequência.	Fls. ____
14.	Comprovação de que os valores estão de acordo com os valores previstos nos anexos da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
14.	O valor do pagamento foi calculado pelo GOFS – § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
15.	Informações orçamentárias e financeiras.	Fls. ____
16.	Prévia anuência da Diretoria de Educação.	Fls. ____
17.	Autorização do Diretor-Geral.	Fls. ____

## Notas explicativas:

- I. Este documento tem utilização restrita aos procedimentos administrativos para pagamento de bolsa-auxílio nos termos do disposto na Resolução SEED nº 3.571, de 2019.
- II. Recomenda-se que seja verificado se o evento se enquadra como Formação Continuada.
- III. O atendimento da lista de verificação não excluirá a possibilidade de que, eventualmente, sejam anexadas outras informações ou documentos, quando necessário.
- IV. O Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário. Assim, tomar cuidado para evitar pagamento em duplicidade.
- V. É vedado ao participante receber recursos da Central de Viagens para os eventos discriminados no art. 1º, da Resolução nº 3.571, de 2019.
- VI. A Procuradoria-Geral do Estado emitiu a Orientação Administrativa nº 010/2016 - PGE acerca da obrigatoriedade do cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016.
- VII. A responsabilidade pela correta instrução dos protocolos com a inclusão de toda a documentação necessária é de dos agentes públicos responsáveis pelo evento e pela solicitação de pagamento.
- VIII. Jogos Escolares não podem ser classificados como eventos de formação continuada e, nesse sentido, recomenda-se que seja verificada a indicação orçamentária de forma a evitar equívocos e despesas sem autorização legal.
- IX. É indispensável a prévia anuência da Diretoria de Educação antes da remessa do protocolo para autorização do Diretor-Geral.
- X. A autorização do Diretor-Geral deverá ser prévia à realização do evento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(local e data) (local e data)  
[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento] [Nome e assinatura do Chefe do Setor competente]

<sup>1</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.

<sup>2</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.

<sup>3</sup> SICAPE – Sistema de Capacitação da Educação;

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**  
**ASSESSORIA TÉCNICA - COORDENADORIA FUNCIONAL**

**Pagamento de bolsa-auxílio – Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO VI**

**Jogos Escolares – Estudantes da SEED**

Protocolo nº	
Interessado:	
<b>Requisitos Mínimos</b>	
01. Solicitação de abertura do evento (indicar o valor da despesa, observado o contido na Resolução nº 3.571, de 2019) <sup>1</sup> .	Fls. ____
02. Indicação precisa do tipo de evento <sup>2</sup> .	Fls. ____
03. Justificativa para a realização do evento.	Fls. ____
04. Cópia do planejamento do evento.	Fls. ____
05. Programa do evento.	Fls. ____
06. Data da realização do evento.	Fls. ____
07. Indicação da carga horária diária.	Fls. ____
08. Certificação do cumprimento do disposto no § 7º, art. 3º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
09. Indicação de um profissional da educação responsável pelo recebimento dos valores.	Fls. ____
10. Indicação, pela Diretoria de Educação, do Departamento que irá acompanhar o evento.	Fls. ____
11. No caso de pagamento antecipado, certificação de que foi cumprido o previsto nos §§ 5º e 7º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
12. Consta cotações de hospedagem e transporte (no mínimo 3), de acordo com o previsto no § 4º do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019 (para os casos de eventos realizados fora do Estado do Paraná).	Fls. ____
13. Comprovação de que o evento foi inserido no Sicape <sup>3</sup> .	Fls. ____
14. Cópia da Lista de Frequência.	Fls. ____
14. Comprovação de que os valores estão de acordo com os valores previstos nos anexos da Resolução 3571/2019.	Fls. ____
15. O valor do pagamento foi calculado pelo GOFS - § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
16. Informações orçamentárias e financeiras.	Fls. ____
17. Prévia anuência da Diretoria de Educação.	Fls. ____
18. Autorização do Diretor-Geral.	Fls. ____

## Notas explicativas:

- I. Este documento tem utilização restrita aos procedimentos administrativos para pagamento de bolsa-auxílio nos termos do disposto na Resolução SEED nº 3.571, de 2019.
- II. Recomenda-se que seja verificado se o evento se enquadra

como Formação Continuada.

III. O atendimento da lista de verificação não excluirá a possibilidade de que, eventualmente, sejam anexadas outras informações ou documentos, quando necessário.

IV. O Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário. Assim, tomar cuidado para evitar pagamento em duplicidade.

V. É vedado ao participante receber recursos da Central de Viagens para os eventos discriminados no art. 1º, da Resolução nº 3571/2019.

VI. A Procuradoria-Geral do Estado emitiu a Orientação Administrativa nº 010/2016 - PGE acerca da obrigatoriedade do cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016.

VII. A responsabilidade pela correta instrução dos protocolos, com a inclusão de toda a documentação necessária, é de dos agentes públicos responsáveis pelo evento e pela solicitação de pagamento.

VIII. Jogos Escolares não podem ser classificados como eventos de formação continuada e, nesse sentido, recomenda-se que seja verificada a indicação orçamentária de forma a evitar equívocos e despesas sem autorização legal.

IX. É indispensável a prévia anuência da Diretoria de Educação antes da remessa do protocolo para autorização do Diretor-Geral.

X. A autorização do Diretor-Geral deverá ser prévia à realização do evento.

XI. Após a realização do evento o responsável pelo recebimento dos valores deverá efetuar a prestação de contas, conforme previsto no § 7º, do art. 3º da Resolução nº 3.571, de 2019.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(local e data) (local e data)  
[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento] [Nome e assinatura do Chefe do Setor competente]

<sup>1</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.

<sup>2</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.

<sup>3</sup> SICAPE – Sistema de Capacitação da Educação;

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**  
**ASSESSORIA TÉCNICA - COORDENADORIA FUNCIONAL**

**Pagamento de bolsa-auxílio – Resolução nº 3.571/2019 – GS/SEED**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO VII**

**Contratação de prestador de serviço – Formação Continuada**

Protocolo n.º	
Interessado:	
<b>Requisitos Mínimos</b>	
01. Solicitação de abertura do evento (indicar o valor da despesa, observado o contido na Resolução nº 3.571, de 2019) <sup>1</sup> .	Fls. ____
02. Indicação precisa do tipo de evento <sup>2</sup> .	Fls. ____
03. Justificativa para a realização do evento e para pagamento de bolsa-auxílio para o(s) contratado(s) (prestador de serviço).	Fls. ____
04. Cópia do planejamento do evento.	Fls. ____
05. Programa do evento.	Fls. ____
06. Data da realização do evento.	Fls. ____
07. Indicação da carga horária diária.	Fls. ____
08. Justificativa da impossibilidade da realização do evento por meio de videoconferência ou webconferência.	Fls. ____
09. Cópia do Edital de Seleção do(s) contratado(s) (prestador de serviço).	Fls. ____
10. Cópia do Resultado do Edital de Seleção.	Fls. ____
11. No caso de servidores públicos federais, estaduais e municipais, anexar declaração de liberação do órgão de lotação.	Fls. ____
12. Cópia do contrato do prestador de serviço devidamente assinado.	Fls. ____
13. No caso de pagamento antecipado, certificação de que foi cumprido o previsto nos §§ 5º e 7º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
14. Consta cotações de hospedagem e transporte (no mínimo 3), de acordo com o previsto no § 4º do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019 (para os casos de eventos realizados fora do Estado do Paraná).	Fls. ____
15. Comprovação de que o evento foi inserido no Sicape <sup>3</sup> .	Fls. ____
16. Lista <sup>4</sup> com nome completo, CPF, RG e Estado de emissão, número da conta corrente, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016 <sup>5</sup> .	Fls. ____
17. Cópia da Lista de Frequência.	Fls. ____
18. Comprovação de que os valores estão de acordo com os valores previstos nos anexos da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____
19. O valor do pagamento foi calculado pelo GOFS - § 6º, do art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.	Fls. ____

20.	Informações orçamentárias e financeiras.	Fls.
21.	Prévia anuência da Diretoria de Educação.	Fls.
22.	Autorização do Diretor-Geral.	Fls.

## Notas explicativas:

- I. Este documento tem utilização restrita aos procedimentos administrativos para pagamento de bolsa-auxílio nos termos do disposto na Resolução SEED nº 3.571, de 2019.
- II. Recomenda-se que seja verificado se o evento se enquadra como Formação Continuada.
- III. O atendimento da lista de verificação não excluirá a possibilidade de que, eventualmente, sejam anexadas outras informações ou documentos, quando necessário.
- IV. O Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 - Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário. Assim, tomar cuidado para evitar pagamento em duplicidade.
- V. É vedado ao participante receber recursos da Central de Viagens para os eventos discriminados no art. 1º, da Resolução nº 3.571, de 2019.
- VI. A Procuradoria-Geral do Estado emitiu a Orientação Administrativa nº 010/2016 - PGE acerca da obrigatoriedade do cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016.
- VII. A responsabilidade pela correta instrução dos protocolos, com a inclusão de toda a documentação necessária, é de dos agentes públicos responsáveis pelo evento e pela solicitação de

<sup>1</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.<sup>2</sup> Art. 1º da Resolução nº 3.571, de 2019.<sup>3</sup> SICAPE - Sistema de Capacitação da Educação;<sup>4</sup> Art. 3º, § 11, da Resolução nº 3.571, de 2019;<sup>5</sup> Decreto nº 4.505, de 6 de julho de 2016, dispõe sobre a exclusividade de instituição financeira contratada para prestação de serviços que especifica e sobre o pagamento aos fornecedores do Estado mediante crédito em conta corrente bancária;

- pagamento.
- VIII. É indispensável a prévia anuência da Diretoria de Educação antes da remessa do protocolo para autorização do Diretor-Geral.
- IX. A autorização do Diretor-Geral deverá ser prévia à realização do evento.
- X. No caso de pagamento de bolsa-auxílio para o prestador de serviço (eventos de Formação Continuada) o protocolo deverá ser aberto separadamente ao de origem do evento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(local e data) (local e data)

[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento] [Nome e assinatura do Chefe do Setor competente]

42800/2020

## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

## RESOLUÇÃO Nº 1843/2020 - GS/SEED

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 6.174/70, pelo art. 47 da Lei nº 8485/87 e pela Resolução nº 286/2020-GS/SEED, considerando o contido no Protocolado nº. 15.061.128-8 com fulcro no art. 314 e seguintes da Lei nº. 6174/70.

## RESOLVE

Art. 1º. Designar **Paulo Ferreira de Souza**, RG nº 9.761.986-7, servidor da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte para sob a presidência do servidor **Jorge Luiz Alves**, RG nº 3.570.598-8, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, em substituição à servidora **Priscila Lopes Prestes Trevisan**, RG 3.098.841-8, designada por meio da Resolução nº 3846/2019 - GS/SEED, sendo que tal substituição se faz necessária, tendo em vista o afastamento da referida servidora para usufruir de Licença Especial.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de maio de 2020.

Gláucio Roberto Dias  
Diretor-Geral/SEED  
Resolução nº 286/2020-GS/SEED  
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

42797/2020

## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

## RESOLUÇÃO Nº 1844/2020 - GS/SEED

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 47 da Lei 8485/87 e pela Resolução nº 286/2020-GS/SEED, considerando o contido no Protocolado nº. 15.492.195-8, com fulcro no Artigo 314, da Lei 6.174/70,

## RESOLVE:

Art. 1º. Designar **Paulo Ferreira de Souza**, RG nº 9.761.986-7, servidor da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, para compor Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, em substituição ao servidor **Sérgio Antônio Kubersky**, RG nº 3.495.481-0, designado pela Resolução nº 582/2019 - GS/SEED, publicada no Diário Oficial do Estado, sendo que tal substituição se faz necessária, tendo em vista o afastamento do referido servidor para usufruir de Licença Especial.

Art.2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de maio de 2020

Gláucio Roberto Dias  
Diretor-Geral/SEED  
Resolução nº 286/2020-GS/SEED  
Delegação de Competência ao Diretor Geral

42798/2020

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
4.ª (QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA  
EMENTÁRIO  
PROCESSOS E-PROTOCOLO DIGITAL

## 01. PARECER CEE/CES N.º 100/20

APROVADO EM 04/05/2020

Prot.: e- 16.502.498-2

Int.: Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Mun.: Maringá

Ass.: Pedido de renovação de reconhecimento do curso de Graduação em Engenharia Química - Bacharelado, da UEM, ofertado no campus Sede.

Rel.: Fatima Aparecida da Cruz Padoan

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, recomendando-se à Instituição de Ensino Superior (IES) e à mantenedora, ações com vistas ao total preenchimento das vagas ofertadas pela Instituição.

## 02. PARECER CEE/CES N.º 101/20

APROVADO EM 04/05/2020

Prot.: e- 16.086.384-6

Int.: Universidade Estadual do Paraná (Unespar)

Mun.: Paranavaí

Ass.: Pedido de renovação de reconhecimento do curso de Graduação em Administração - Bacharelado, da Unespar, campus de Campo Mourão.

Rel.: João Carlos Gomes

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, recomendando-se que a Instituição de Ensino Superior (IES) e a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), enquanto mantenedora, envidem esforços para reduzir a retenção/evasão no curso em questão, tendo como consequência o aumento do número de concluintes.

## 03. PARECER CEE/CES N.º 102/20

APROVADO EM 04/05/2020

Prot.: e- 16.452.772-7

Int.: Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Mun.: Maringá

Ass.: Alteração do turno de funcionamento do curso de Graduação em Filosofia - Licenciatura, da UEM, a partir de 2021.

Rel.: Celso Augusto Souza de Oliveira

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade.

## 04. PARECER CEE/CES N.º 103/20

APROVADO EM 05/05/2020

Prot.: e- 15.584.855-3

Int.: Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Mun.: Maringá

Ass.: Pedido de renovação de reconhecimento do curso de Graduação em Comunicação e Multimeios - Bacharelado, da UEM, ofertado no campus Sede.

Rel.: Fatima Aparecida da Cruz Padoan

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, considerando-se parcialmente atendido o Parecer CEE/CES nº 49/18, de 13/08/18, uma vez que a Instituição de Ensino Superior (IES) não atentou para o prazo indicado no referido Parecer, protocolando a solicitação de renovação de reconhecimento com atraso. Recomenda-se que a Instituição e a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), enquanto mantenedora, envidem esforços para sanar os problemas apontados pela Comissão de Avaliação Externa. Na ocasião da nova solicitação de renovação de reconhecimento, a Instituição deverá realizar a solicitação no prazo determinado na legislação específica, à época do novo pedido, respeitando as normas e prazos estabelecidos.

## 05. PARECER CEE/CES N.º 104/20

APROVADO EM 05/05/2020

Prot.: e- 16.508.426-8

Int.: Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Mun.: Guarapuava

Ass.: Pedido de autorização para oferta do curso de graduação em Ciências Contábeis - Bacharelado, em regime de extensão, no município de Pitanga, para 03 (três) entradas, a partir do ano de 2021.

Rel.: João Carlos Gomes

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade.



06. PARECER CEE/CES N.º 105/20

APROVADO EM 05/05/2020

Prot.: e- 16.420.403-0

Int.: Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Mun.: Guarapuava

Ass.: Pedido de autorização para oferta do curso de graduação em Secretariado Executivo - Bacharelado, em regime de extensão, no município de Chopinzinho, para 03 (três) entradas, a partir do ano de 2021.

Rel.: Fabiana Cristina de Campos

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade.

07. PARECER CEE/CES N.º 106/20

APROVADO EM 06/05/2020

Prot.: e- 16.528.707-0

Int.: Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Mun.: Guarapuava

Ass.: Pedido de autorização para oferta do curso de Graduação em Administração - Bacharelado, em regime de extensão, no município de Chopinzinho, por 03 (três) entradas, a partir do ano de 2021.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade.

Maria das Graças Figueiredo Saad

Presidente do CEE/PR

Decreto nº 793/2019

42590/2020

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

## PORTARIA N.º 535/2020 – DG/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, e pelo Decreto n.º 3.891, de 21 de janeiro de 2020, com fundamento no disposto na Lei n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, e considerando o contido no protocolado n.º 16.553.057-8,

## RESOLVE:

**Art. 1.º** Designar os servidores **André Gustavo Souza Garbosa**, RG n.º 3.327.293-7, CPF n.º 218.983.988-28 e **Aparecido Pereira Ferruço**, RG n.º 15.606.385-1, CPF n.º 145.742.118-65, da Diretoria de Tecnologia e Inovação Educacional desta Pasta, para atuarem, nessa ordem, como gestor e fiscal do Contrato da Dispensa de Licitação n.º 43/2020, referente à contratação de empresa para fornecimento de materiais para fabricação de máscaras de proteção em 3D, que serão destinadas às instituições de ensino e utilizadas como medida preventiva à contaminação do Coronavírus – COVID-19.

**Art. 2.º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 19 de maio de 2020.

Gláucio Dias

Diretor-Geral

Decreto n.º 3.891/2020

42471/2020

## RESOLUÇÃO N.º 1305/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, a Deliberação n.º 03/2013, e o Parecer n.º 107/2020 - CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro de Educação Infantil Nosso Cantinho, situado na Rua Emiliano Carneiro, 1579, do Município de Arapoti, NRE de Wenceslau Braz.

**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Associação São José de Assistência aos Menores de Arapoti e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5480/2013, de 25/11/2013 e Parecer n.º 2167/2013 – CEF/SEED, com vigência até 20/12/2018.

**§ 2º** A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 21/12/2018 a 20/12/2028.

**§ 3º** A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

**§ 4º** Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

**Art. 2º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares

Departamento de Legislação Escolar

## RESOLUÇÃO N.º 1306/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, o Decreto Federal n.º 5154/2004, as Deliberações n.º 03/2013 e 05/2013 e o Parecer n.º 99/2020 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Informática - Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Rodrigues Alves – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua dos Expedicionários, 134, do Município de Jaguariaíva, NRE de Wenceslau Braz.

**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7426/2012, de 05/12/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 2836/2018, de 18/06/2018 e Parecer n.º 1969/2018 – CEF/SEED, com vigência até 26/12/2027.

**§ 2º** A Resolução n.º 2343/2011, de 07/06/2011 e o Parecer n.º 403/2011 - CEE/PR, autorizaram o funcionamento, e a Resolução n.º 1575/2015, de 22/06/2015 e o Parecer n.º 105/2015 - CEE/PR, reconheceram o curso citado no art. 1º, com vigência até 24/08/2019.

**§ 3º** A renovação do reconhecimento é concedida por 05 (cinco) anos, no período de 25/08/2019 até 24/08/2024.

**§ 4º** A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 3º.

**§ 5º** Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

**Art. 2º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares

Departamento de Legislação Escolar

## RESOLUÇÃO N.º 1307/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, as Deliberações n.º 03/2006 e 03/2013 e o Parecer n.º 51/2020 – BICAMERAL, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Antonio Francisco Lisboa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Maringá, 1941, do Município de Sarandi, NRE de Maringá.

**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7474/2012, de 10/12/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 5531/2018, de 26/11/2018, com vigência até 26/12/2022.

**§ 2º** O Ensino Fundamental (anos finais) foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 66/1981, de 30/12/1981 e reconhecido pela Resolução n.º 2157/1987, de 21/05/1987. O último prazo foi renovado pela Resolução n.º 4879/2013, de 30/10/2013, com vigência até 25/09/2017.

**§ 3º** O Ensino Médio foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 706/2002, de 19/03/2002 e reconhecido pela Resolução n.º 3949/2004, de 02/12/2004. O último prazo foi renovado pela Resolução n.º 5585/2014, de 27/10/2014, com vigência até 21/11/2018.

**§ 4º** A renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) é concedida no período de 26/09/2017, excepcionalmente, até 22/11/2023.

**§ 5º** A renovação do reconhecimento do Ensino Médio é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 23/11/2018 a 22/11/2023.

**§ 6º** A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento dos referidos ensinos, à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar os prazos concedidos.

**§ 7º** Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

**Art. 2º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 30 de abril de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares

Departamento de Legislação Escolar

## RESOLUÇÃO N.º 1308/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, a Deliberação n.º 03/2013, do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

## RESOLVE:



Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Estadual do Campo de Linha Santa Catarina – Ensino Fundamental, situada na Localidade Linha Santa Catarina, do Município de Santa Lúcia, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5131/2012, de 21/08/2012, com vigência até 20/09/2017.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 20/09/2017 a 31/12/2023.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1309/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio Estadual Jardim Consolata – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Adoniran Barbosa, 620, do Município, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 7318/2012, de 03/12/2012, com vigência até 20/12/2017.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 20/12/2017 a 31/12/2023.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1310/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 99/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil São Francisco de Assis, situado na Rua Marechal Cândido Rondon, 341, do Município de Céu Azul, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3266/2014, de 02/07/2014, com vigência até 13/08/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 14/08/2019 a 13/08/2026.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1311/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 97/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro

Municipal de Educação Infantil Arco-Íris, situado na Rua Professor Daniel Muraro, 888, do Município de Céu Azul, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3482/2014, de 15/07/2014, com vigência até 18/08/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 19/08/2019 a 18/08/2024.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1312/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 106/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Estadual do Campo Thomaz Pereira dos Santos – Ensino Fundamental, situada no Distrito de Santa Cruz, do Município de Catanduvas, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1536/2014, de 20/03/2014, com vigência até 24/04/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 25/04/2019 a 24/04/2026.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1313/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 111/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Carlos Gomes – Ensino Fundamental, situada na Avenida Paraná, 520, do Município de Três Barras do Paraná, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 6309/2012, de 17/10/2012, Parecer nº 3769/2012 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4018/2017, de 28/08/2017 e Parecer no 2425/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2026.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1314/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 95/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Atilio Carmelose – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Padre Ancheta, 701, do Município de Vera Cruz do Oeste, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1403/2013, de 20/03/2013 e Parecer nº 981/2013 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2492/2018, de 29/05/2018 e Parecer nº 1781/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.

§ 1º A Resolução nº 427/2008, de 01/02/2008 e o Parecer nº 70/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.

§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2493/2018, de 29/05/2018 e Parecer nº 1782/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

**42635/2020**

RESOLUÇÃO Nº 1315/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 95/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal do Campo Bom Jesus – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Prefeito Otto Francisco dos Passos, 229, do Município de Capitão Leônidas Marques, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5401/2012, de 04/09/2012 e Parecer nº 3207/2012 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2491/2018, de 29/05/2018 e Parecer nº 1789/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

Art. 2º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.

§ 1º A Resolução nº 156/2008, de 15/01/2008 e o Parecer nº 26/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.

§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2491/2018, de 29/05/2018 e Parecer nº 1780/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1316/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 92/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil Menino Jesus, situado na Avenida Paraná, s/n, do Município de Anahy, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2162/2014, de 29/04/2014, Parecer nº 580/2014 – CEF/SEED, com vigência até 25/06/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 25/06/2019 a 25/06/2024.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do

credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1317/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 110/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal do Campo Salgado Filho – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada no Distrito Santo Izidoro, do Município de Três Barras do Paraná, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1156/2012, de 16/02/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5215/2017, de 09/10/2017 e Parecer no 3201/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2029.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1318/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 94/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil João XXIII, situado na Rua Marechal Rondon, 168, do Município de Cafelândia, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5587/2012, de 14/09/2012, Parecer nº 3335/2012 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4008/2017, de 28/08/2017 e Parecer no 2415/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 01/01/2020 a 31/12/2029.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1319/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 93/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Theofânio Agapito Maltezo – Ensino Fundamental, situada na Rua Plínio Costa, 370, do Município de Cafelândia, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5036/2012, de 15/08/2012, Parecer nº 3000/2012 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento

pela Resolução nº 4010/2017, de 28/08/2017 e Parecer no 2417/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 01/01/2020 a 31/12/2029.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1320/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 95/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 07 (sete) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal do Campo dos Bandeirantes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida dos Bandeirantes, s/n, do Município de Capitão Leônidas Marques, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3840/2012, de 22/06/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4015/2017, de 28/08/2017 e Parecer nº 2422/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

Art. 2º Renovar, por mais 04 (quatro) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.

§ 1º A Resolução nº 156/2008, de 15/01/2008 e o Parecer nº 26/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.

§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2486/2018, de 29/05/2018 e Parecer nº 1775/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1321/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 125/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Porto Seguro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Agostinho dos Santos, 1425, do Município e NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Centro de Educação Infantil Xodô da Mamãe S/S Ltda., foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5953/2014, de 10/11/2014, Parecer nº 1636/2014 – CEF/SEED, com vigência até 01/12/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 02/12/2019 a 01/12/2029.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1322/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que

lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 124/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio Tia Ana Maria – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua 13 de Maio, 970, do Município de Santo Antônio da Platina, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Colégio Tia Ana Maria S/C Ltda, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 6852/2012, de 19/11/2012, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 3450/2018, de 24/07/2018 e Parecer no 2431/2018 – CEF/SEED, com vigência até 22/03/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 23/03/2019 a 22/03/2029.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1323/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2014 e o Parecer nº 98/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Tancredo Neves – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Castelo Branco, 37, do Município de Corbélia, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1152/2012, de 16/02/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4007/2017, de 28/08/2017 e Parecer nº 2414/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, na instituição citada no art. 1º.

§ 1º A Resolução nº 1729/1994, de 28/03/1994, autorizou o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos.

§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3563/2016, de 29/08/2016 e Parecer nº 1920/2016 – CEF/SEED, ampliou a oferta para o atendimento de crianças de 03 (três) anos, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1324/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 95/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 07 (sete) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Rural Municipal Olavo Bilac – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Linha Progresso, do Município de Boa Vista da Aparecida, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2410/2012, de 25/04/2012 e Parecer nº 1426/2012 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 479/2018, de 05/02/2018 e Parecer nº 317/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

Art. 2º Renovar, por mais 04 (quatro) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no



art. 1º.

§ 1º A Resolução nº 4909/2007, de 29/11/2007 e o Parecer nº 3087/2007 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.

§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 479/2018, de 05/02/2018 e Parecer nº 317/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

**42636/2020**

RESOLUÇÃO Nº 1325/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, nº 03/2013 e o Parecer nº 51/2020 – BICAMERAL, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Pacaembu – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Estácio de Sá, 667, do Município e NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2839/2013, de 19/06/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2148/2019, de 05/06/2019 e Parecer nº 78/2019 – CEE/PR, com vigência até 13/07/2028.

§ 2º O Ensino Fundamental (anos finais) foi autorizado pela Resolução nº 183/1997, de 17/01/1997 e a Resolução nº 2339/2003, de 11/08/2003, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 1472/2014, de 17/03/2014, com vigência até 11/08/2018.

§ 3º O Ensino Médio foi autorizado pela Resolução nº 1922/2005, de 15/07/2005 e a Resolução nº 1865/2008, de 07/05/2008, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 1064/2014, de 24/02/2014, com vigência até 07/05/2018.

§ 4º A renovação do reconhecimento do ensino Fundamental (anos finais) é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 12/08/2018 a 11/08/2023.

§ 5º A renovação do reconhecimento do ensino Médio é concedida no período de 08/05/2018, excepcionalmente, até 11/08/2023.

§ 6º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento dos referidos ensinos à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar os prazos concedidos.

§ 7º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1326/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2014, ambas do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2023, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil Centro Municipal de Educação Infantil Menino Jesus, situado na Avenida Paraná, s/n, do Município de Anahy, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2162/2014, de 29/04/2014, Parecer nº 580/2014 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 1316/2020, de 04/05/2020 e Parecer nº 92/2020 – CEE/PR, com vigência até 25/06/2024.

§ 2º A Resolução nº 3531/2007, de 10/08/2007 e o Parecer nº 1949/2007 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5153/2017, de 02/10/2017 e Parecer nº 3088/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.

§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1327/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2014, ambas do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2023, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Cônego Wenceslau Wiktor, situado na Rua Vereadora Ruth Martinez Correa, 1056, do Município de Ribeirão do Pinhal, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5398/2016, de 05/12/2016 e Parecer nº 3207/2016 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 1133/2020, de 08/04/2020 e Parecer nº 63/2020 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A Resolução nº 4046/2004, de 09/12/2004 e o Parecer nº 2492/2004 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5398/2016, de 05/12/2016 e Parecer nº 3207/2016 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2017.

§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1328/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 05/2010, 03/2013, 02/2014 e 02/2016, o Parecer nº 07/2014 e o Parecer nº 72/2020 - CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, da Escola João Vianei - Educação Infantil e Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial, com atendimento na área da deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, situada na Rua Adão Moreira, 99, do Município de Cafelândia, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4971/2011, de 16/11/2011 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 3570/2017, de 07/08/2017, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A Educação Infantil foi autorizada a funcionar pela Resolução nº 4971/2011, de 16/11/2011. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2891/2015, de 17/09/2015, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º O Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 4971/2011, de 16/11/2011. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2821/2015, de 15/09/2015, com vigência até 31/12/2019.

§ 4º A renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2024.

§ 5º A renovação da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2023.

§ 6º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento dos referidos ensinos à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar os prazos concedidos.

§ 7º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar



RESOLUÇÃO Nº 1329/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013 e 05/2013 e o Parecer nº 99/2020 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Secretariado - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Assunção, 725, do Município e NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica, pela Resolução nº 3781/2012, de 21/06/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2561/2017 de 19/06/2017 e Parecer nº 1519/2017 – CEF/SEED, com vigência até 06/07/2022.

§ 2º A Resolução nº 1059/2010, de 22/03/2010 e o Parecer nº 1049/2010 – CEE/PR, autorizaram o funcionamento e a Resolução nº 4784/2011, de 03/11/2011 e o Parecer nº 993/2011 – CEE/PR, reconheceram o curso citado no art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 6349/2014, de 27/11/2014 e Parecer nº 843/2014 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2019.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida por 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**

Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1330/2020 – SEED

Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 96/2020 – CEMEP, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Ellos – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rodovia PR 574 – KM 3, do Município de Cafelândia, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Colégio Atual Ltda, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1265/2012, de 23/02/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 3286/2017, de 26/07/2017 e Parecer nº 2068/2017 – CEF/SEED, com vigência até 20/03/2027.

§ 2º A Resolução nº 5108/2002, de 16/12/2002 e o Parecer nº 3983/2002 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 3422/2004, de 18/10/2004, e o Parecer nº 487/2004 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3390/2016, de 23/08/2016 e Parecer nº 447/2016 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2019.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**

Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1331/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, nº 03/2013 e o Parecer nº 54/2020 – BICAMERAL, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Olinda Truffa de Carvalho – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Edson Luiz Favarin, 741, do Município e

NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5875/2012, de 26/09/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 1930/2019, de 23/05/2019, com vigência até 28/09/2027.

§ 2º O Ensino Fundamental (anos finais) foi autorizado pela Resolução nº 71/1982, de 15/06/1982 e a Resolução nº 391/1985, de 31/01/1985, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2832/2017, de 04/07/2017, com vigência até 22/02/2020.

§ 3º O Ensino Médio foi autorizado pela Resolução nº 503/1991, de 08/02/1991 e a Resolução nº 2847/1995, de 14/07/1995, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2833/2017, de 04/07/2017, com vigência até 22/02/2020.

§ 4º A renovação do reconhecimento dos referidos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 23/02/2020 a 22/02/2025.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação dos reconhecimentos à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**

Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1332/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e o Parecer nº 96/2020 – CEMEP, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Madalena Sofia Ambiental – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Brasil, 8607, do Município e NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo V.L.P. Educacional Ltda, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3079/2013, de 09/07/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 3427/2018, de 23/07/2018 e Parecer nº 2417/2018 – CEF/SEED, com vigência até 07/08/2028.

§ 2º A Resolução nº 633/2002, de 07/03/2002 e o Parecer nº 444/2002 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 3964/2004, de 03/12/2004, e o Parecer nº 561/2004 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3098/2015, de 02/10/2015 e Parecer nº 399/2015 – CEE/PR, com vigência até 03/12/2019.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 04/12/2019 a 03/12/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**

Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1333/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e o Parecer nº 101/2020 – CEMEP, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Sagrada Família – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Lino Beno Lenz, s/n, do Município de Ibema, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação Brasileira de Educação, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5323/2012, de 28/08/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2542/2017, de 13/06/2017 e Parecer nº 1478/2017 – CEF/SEED, com vigência até 29/09/2027.

§ 2º A Resolução nº 3819/2003, de 26/11/2003 e o Parecer nº 2969/2003 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 3962/2004, de 03/12/2020, e o Parecer nº 564/2004 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 4121/2016, de 21/09/2016 e Parecer nº 439/2016 – CEE/PR, com vigência até 03/12/2019.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 04/12/2019 a 03/12/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do

reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 1334/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013 e 05/2013 e o Parecer nº 87/2020 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Secretariado - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professor Sílvio Tavares – Ensino Fundamental, Médio, Normal e

Profissional, situado na Rua João Manoel dos Santos, 1350, do Município de Cambará, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica, pela Resolução nº 5167/2013, de 11/11/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4756/2018, de 29/10/2018 e Parecer nº 3433/2018 – CEF/SEED, com vigência até 11/12/2028.

§ 2º A Resolução nº 5672/2018, de 04/12/2018 e o Parecer nº 485/2018 - CEE/PR, autorizaram o funcionamento do curso citado no art. 1º, com vigência até 27/12/2019.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 27/12/2018 e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir de 28/12/2019 até 28/12/2024.

§ 4º A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 3º

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de maio de 2020.

**Maria Goreti Arantes Soares**  
Departamento de Legislação Escolar

42638/2020

## Secretaria da Fazenda

### PORTARIA Nº 149/2020/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 20001100 DOE/SEFA,

#### R E S O L V E

a) ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal aprovado pela Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 3.409.000,00 (três milhões, quatrocentos e nove mil reais), de acordo com os Anexos I e III desta portaria;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o detalhamento de obras, de acordo com os Anexos II e IV desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 19 de maio de 2020.

MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE

Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

ACRÉSCIMO		ANEXO I			N° controle: 20000827		
DE DESPESA		ANEXO À PORTARIA N° 149					
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4101	GABINETE DO SECRETARIO						
6465	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	33903900	116	10	L	400.000,00	20001100
		44905100	116	10	L	1.000.000,00	20001100
				TOTAL		1.400.000,00	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04134	INST PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE						
4134	INSTITUTO PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE - IPCE						
5003	IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES	33903000	281	95	L	2.000.000,00	20001100
6358	GESTÃO ADMINISTRATIVA - IPCE	33913900	101	01	L	9.000,00	20001100
				TOTAL		2.009.000,00	
				TOTAL		3.409.000,00	

ACRÉSCIMO		ANEXO II			N° controle: 20000827		
DE OBRAS		ANEXO À PORTARIA N° 149					
Cod.	Especificação		Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4101	GABINETE DO SECRETARIO						
6465	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO						

284	Diamante do Norte						
00000019	Construir o CEEP Diamante do Norte	116	10	L	1.000.000,00	20001100	
<b>TOTAL</b>					<b>1.000.000,00</b>		
<b>TOTAL</b>					<b>1.000.000,00</b>		

REDUÇÃO		ANEXO III			Nº controle: 20000827		
DE DESPESA		ANEXO À PORTARIA Nº 149					
Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4101	GABINETE DO SECRETARIO						
6465	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	33901800	116	10	L	400.000,00	20001100
		44905100	116	10	L	1.000.000,00	20001100
<b>TOTAL</b>						<b>1.400.000,00</b>	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04134	INST PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE						
4134	INSTITUTO PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE - IPCE						
5003	IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES	33903900	281	95	L	2.000.000,00	20001100
6358	GESTÃO ADMINISTRATIVA - IPCE	33903600	101	01	L	9.000,00	20001100
<b>TOTAL</b>						<b>2.009.000,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>3.409.000,00</b>	

REDUÇÃO		ANEXO IV			Nº controle: 20000827		
DE OBRAS		ANEXO À PORTARIA Nº 149					
Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4101	GABINETE DO SECRETARIO						
6465	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO						
510	Maringá						
00000004	Concluir o Centro Estadual de Educação Profissional de Maringá	116	10	L	1.000.000,00	20001100	
<b>TOTAL</b>						<b>1.000.000,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>1.000.000,00</b>	

42719/2020

#### PORTARIA Nº 150/2020/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 20001173 DOE/SEFA,

#### RESOLVE

a) ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal aprovado pela Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 3.964.626,00 (três milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais), de acordo com os Anexos I e III desta portaria;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o detalhamento de obras, de acordo com os Anexos II e IV desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 19 de maio de 2020.

MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE

Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

ACRÉSCIMO		ANEXO I			Nº controle: 20000895		
DE DESPESA		ANEXO À PORTARIA Nº 150					
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE						
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE						
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE						
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA	44905100	100	01	L	3.964.626,00	20001173
<b>TOTAL</b>						<b>3.964.626,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>3.964.626,00</b>	

ACRÉSCIMO		ANEXO II			Nº controle: 20000895	
DE OBRAS		ANEXO À PORTARIA Nº 150				
Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE					
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE					
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE					
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA					
360	Guarapuava					
00000003	Construir Hospital Regional de Guarapuava	100	01	L	3.964.626,00	20001173
			<b>TOTAL</b>		<b>3.964.626,00</b>	
			<b>TOTAL</b>		<b>3.964.626,00</b>	
REDUÇÃO		ANEXO III			Nº controle: 20000895	
DE DESPESA		ANEXO À PORTARIA Nº 150				
Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE					
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE					
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE					
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA	44905100	01	L	3.964.626,00	20001173
			<b>TOTAL</b>		<b>3.964.626,00</b>	
			<b>TOTAL</b>		<b>3.964.626,00</b>	
REDUÇÃO		ANEXO IV			Nº controle: 20000895	
DE OBRAS		ANEXO À PORTARIA Nº 150				
Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE					
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE					
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE					
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA					
360	Guarapuava					
00000024	Ampliar e reformar a Regional de Saúde de Guarapuava	100	01	L	3.500.000,00	20001173
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE					
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE					
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE					
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA					
832	Tibagi					
00000044	Ampliar e reformar o prédio da caldeira	100	01	L	464.626,00	20001173
			<b>TOTAL</b>		<b>3.964.626,00</b>	
			<b>TOTAL</b>		<b>3.964.626,00</b>	

42723/2020

## PORTARIA Nº 152/2020/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 20001139 DOE/SEFA,

## R E S O L V E

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 2.680.634,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e trinta e quatro reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 19 de maio de 2020.

MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE

Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

ACRÉSCIMO		ANEXO I				Nº controle: 20000867	
DE DESPESA		ANEXO À PORTARIA Nº 152					
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE						



REDUÇÃO		ANEXO II				Nº controle: 20000867		
DE DESPESA		ANEXO À PORTARIA Nº 152						
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo	
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE							
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE							
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE							
5009	GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID 19)	33903000	100	01	L	2.680.634,00	20001139	
						<b>TOTAL</b>	<b>2.680.634,00</b>	
						<b>TOTAL</b>	<b>2.680.634,00</b>	

**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 451

Nº controle: 20000888

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE  
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO	41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE CONTÁBIL	04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4101	100					26.475.616,00				26.475.616,00	20001167
										26.475.616,00	

ÓRGÃO	41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE CONTÁBIL	04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4102	100	2.493.872,00				1.578.168,00				4.072.040,00	20001167
										4.072.040,00	
										30.547.656,00	

ANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 451

Nº controle: 20000888

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE  
CANCELA COTA

ÓRGÃO	41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE CONTÁBIL	04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4101	100			13.000.000,00			4.298.673,00			17.298.673,00	20001167
										17.298.673,00	

ÓRGÃO	41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE CONTÁBIL	04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4102	100			1.404.023,00			1.005.436,00			2.409.459,00	20001167
										2.409.459,00	
										19.708.132,00	

42726/2020

**RESOLUÇÃO Nº 452 de 19 de maio de 2020.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

R E S O L V E:

Estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução.

**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 452

Nº controle: 20000886

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE  
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO		65 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO									
UNIDADE CONTÁBIL		06500 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
6502	148						1.500.000,00			1.500.000,00	20001164
										1.500.000,00	
										1.500.000,00	

42753/2020

**RESOLUÇÃO Nº 453 de 19 de maio de 2020.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

R E S O L V E:

Estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 3.367.814,00 (três milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução.

**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 453

Nº controle: 20000887

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE  
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO	39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA								
UNIDADE CONTÁBIL	03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA								
UNIDADE FONTE		PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
3922	112						3.367.814,00			3.367.814,00
										3.367.814,00
										3.367.814,00

42754/2020

## RESOLUÇÃO Nº 455 de 19 de maio de 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, conforme Processos de Alteração Orçamentária n.ºs 20001174 e 20001175/DOE/SEFA,

RESOLVE:

a) contingenciar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 1.402.955.824,00 (um bilhão, quatrocentos e dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais), de acordo com o Anexo I desta resolução;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o Detalhamento de Obras, de acordo com o Anexo II desta resolução.

**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

CONTINGENCIAMENTO				ANEXO I		Nº controle: 20000897		
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 455								
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo	
13	CASA CIVIL							
01300	CASA CIVIL							
1301	GABINETE DO SECRETARIO							
5100	GRUPO DE TRABALHO - OCDE	33804100	101	01	P	5.308,00	20001174	
6018	APOIO ÀS AÇÕES DO SUPERINTENDENTE GERAL DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL	33903000	101	01	P	18.844,00	20001174	
		33903900	101	01	P	24.624,00	20001174	
6022	APOIO ÀS AÇÕES DA CASA CIVIL	33901400	101	01	P	287.993,00	20001174	
		33903300	101	01	P	127.393,00	20001174	
		33909300	101	01	P	1.615,00	20001174	
6026	APOIO ÀS AÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE INOVAÇÃO	33904000	100	01	P	187.933,00	20001174	
			101	01	P	563.109,00	20001174	
				TOTAL		1.216.819,00		
13	CASA CIVIL							
01300	CASA CIVIL							
1302	DIRETORIA GERAL							
6015	GESTÃO ADMINISTRATIVA - CASA CIVIL	31901100	100	01	P	3.168.054,00	20001174	
		31901300	100	01	P	542.582,00	20001174	
		31901600	100	01	P	232.214,00	20001174	
		31909200	100	01	P	9.990,00	20001174	
		31909400	100	01	P	169.757,00	20001174	
		31909600	100	01	P	53.651,00	20001174	
		31911300	100	01	P	52.336,00	20001174	
		33900800	100	01	P	106,00	20001174	
		33903000	100	01	P	166.059,00	20001174	
		33903300	100	01	P	44.185,00	20001174	
		33903600	100	01	P	30.693,00	20001174	
		33903700	100	01	P	334.180,00	20001174	
		33903900	100	01	P	1.193.581,00	20001174	
		33904000	100	01	P	270.051,00	20001174	
		33904600	100	01	P	3.204,00	20001174	
		33904900	100	01	P	39.741,00	20001174	
		33909200	100	01	P	17.355,00	20001174	
		33909300	100	01	P	140,00	20001174	
		33913900	100	01	P	5.130,00	20001174	
		33914700	100	01	P	696,00	20001174	
				TOTAL		6.333.705,00		
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.							
01400	COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL							
1401	COOR ESTADUAL DEFESA CIVIL DC							
6013	GESTÃO ADMINISTRATIVA - DEFESA CIVIL	31901100	101		01	P	11.285,00	20001174
		31901300	101		01	P	1.598,00	20001174

		31911300	101	01	P	948,00	20001174
		33901400	101	01	P	3.185,00	20001174
		33901500	101	01	P	53.080,00	20001174
		33903000	101	01	P	715.736,00	20001174
		33903300	101	01	P	26.540,00	20001174
		33903700	101	01	P	21.232,00	20001174
		33903900	101	01	P	401.606,00	20001174
		33904000	101	01	P	221.027,00	20001174
		33904600	101	01	P	38.692,00	20001174
		33904700	101	01	P	1.062,00	20001174
		33904900	101	01	P	708,00	20001174
		33909200	101	01	P	7.962,00	20001174
		33913900	101	01	P	5.096,00	20001174
		33919200	101	01	P	531,00	20001174
6025	GESTÃO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL	33903200	101	01	P	409.898,00	20001174
				<b>TOTAL</b>		<b>1.920.186,00</b>	
15	CASA MILITAR						
01500	CASA MILITAR						
1502	SUBCHEFIA DA CASA MILITAR						
6023	GESTÃO ADMINISTRATIVA - CASA MILITAR	31901100	101	01	P	195.308,00	20001174
		31901300	101	01	P	40.226,00	20001174
		31901600	101	01	P	8.192,00	20001174
		31909200	101	01	P	15,00	20001174
		31909400	101	01	P	5.638,00	20001174
		31911300	101	01	P	568,00	20001174
		33901400	101	01	P	140.932,00	20001174
		33901500	101	01	P	287.078,00	20001174
		33903000	100	01	P	336.595,00	20001174
			101	01	P	716.764,00	20001174
		33903100	101	01	P	159,00	20001174
		33903300	101	01	P	130.928,00	20001174
		33903600	101	01	P	5.371,00	20001174
		33903700	101	01	P	69.017,00	20001174
		33903900	100	01	P	1.606.338,00	20001174
			101	01	P	1.007.044,00	20001174
		33904000	101	01	P	92.360,00	20001174
		33904600	101	01	P	442.530,00	20001174
		33904900	101	01	P	8.718,00	20001174
		33909200	101	01	P	4.246,00	20001174
		33909300	101	01	P	3.592,00	20001174
		33913900	101	01	P	12.217,00	20001174
		33914700	101	01	P	5.451,00	20001174
		33919200	101	01	P	934,00	20001174
6040	GESTÃO DO CERIMONIAL - CASA MILITAR	33913900	100	01	P	5.220,00	20001175
				<b>TOTAL</b>		<b>5.125.441,00</b>	
16	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO						
01600	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO						
1602	DIRETORIA GERAL						
5004	ÉTICA, COMPLIANCE, TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA	33901400	100	01	P	10.006,00	20001174
			101	01	P	23.090,00	20001174
		33903300	100	01	P	26.450,00	20001174
		33904000	100	01	P	870.335,00	20001174
			101	01	P	173.308,00	20001174
6365	GESTÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE	31901100	101	01	P	229.157,00	20001174
		31901300	101	01	P	57.668,00	20001174
		31901600	101	01	P	69.176,00	20001174
		31909400	101	01	P	4.401,00	20001174
		31911300	101	01	P	1.850,00	20001174
		33901400	100	01	P	4.525,00	20001174
			101	01	P	1.858,00	20001174
		33903000	100	01	P	7.562,00	20001174
			101	01	P	12.856,00	20001174
		33903300	100	01	P	8.701,00	20001174
			101	01	P	1.592,00	20001174
		33903600	100	01	P	9.253,00	20001174
			101	01	P	9.661,00	20001174
		33903700	100	01	P	14.460,00	20001174
			101	01	P	29.322,00	20001174
		33903900	100	01	P	20.901,00	20001174
			101	01	P	83.827,00	20001174
		33904000	100	01	P	73.814,00	20001174
			101	01	P	57.323,00	20001174
		33904600	100	01	P	87,00	20001174
			101	01	P	473,00	20001174



		33904700	100	01	P	14,00	20001174
		33904900	100	01	P	3.364,00	20001174
			101	01	P	682,00	20001174
		33909200	100	01	P	153,00	20001174
			101	01	P	15,00	20001174
		33913900	100	01	P	6.609,00	20001174
			101	01	P	738,00	20001174
		33914700	100	01	P	50,00	20001174
			101	01	P	172,00	20001174
		33919200	100	01	P	4,00	20001174
				TOTAL		1.813.457,00	
17	ESCRITORIO DE REPRESENTACAO DO GOVERNO EM BRASILIA						
01700	ESCRITORIO DE REPRESENTACAO DO GOVERNO EM BRASILIA						
1701	GABINETE DO SECRETARIO						
6020	GESTÃO DO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO PARANÁ EM BRASÍLIA	33901400	101	01	P	13.270,00	20001174
		33903000	101	01	P	32.336,00	20001174
		33903300	101	01	P	10.616,00	20001174
		33903600	101	01	P	7.962,00	20001174
		33903900	101	01	P	53.578,00	20001174
		33904000	101	01	P	16.848,00	20001174
		33909200	101	01	P	4.777,00	20001174
		33913900	101	01	P	244,00	20001174
		33914700	101	01	P	121,00	20001174
				TOTAL		139.752,00	
19	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
01900	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
1901	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
6028	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL E CONSULTORIA JURÍDICA	31901100	100	01	P	7.017.769,00	20001174
			101	01	P	22.506,00	20001174
		31901300	101	01	P	91.394,00	20001174
		31901600	101	01	P	63.393,00	20001174
		31909200	101	01	P	13.230,00	20001174
		31909400	101	01	P	121.523,00	20001174
		31909600	101	01	P	8.911,00	20001174
		31911300	101	01	P	1.189.976,00	20001174
		33900800	101	01	P	531,00	20001174
		33904600	101	01	P	1.628,00	20001174
		33904800	101	01	P	121.402,00	20001174
		33904900	101	01	P	28.292,00	20001174
		33909100	101	01	P	6.351.626,00	20001174
		33909200	101	01	P	531,00	20001174
				TOTAL		15.032.712,00	
19	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
01960	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANA - FEPGE/PR						
1960	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIAGERAL DO ESTADO DO PARANÁ - FEPGE/PR						
6029	GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA PGE	33901400	106	01	P	14.197,00	20001174
		33903000	106	01	P	148.381,00	20001174
		33903300	106	01	P	50.333,00	20001174
		33903600	106	01	P	302.211,00	20001174
		33903700	106	01	P	721.748,00	20001174
		33903900	106	01	P	633.239,00	20001174
		33904000	106	01	P	916.490,00	20001174
		33904700	106	01	P	479,00	20001174
		33909200	106	01	P	1.105,00	20001174
		33909300	106	01	P	13.396,00	20001174
		33913900	106	01	P	5.519,00	20001174
		33914700	106	01	P	1.420,00	20001174
		33919300	106	01	P	2.367,00	20001174
		44904000	106	01	P	4.969,00	20001174
		44905200	106	01	P	282.374,00	20001174
		45906100	106	01	P	354.922,00	20001174
				TOTAL		3.453.150,00	
23	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL						
02300	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL						
2302	DIRETORIA GERAL						
6033	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEPL	31900400	101	01	P	14.913,00	20001174
		31901100	101	01	P	1.165.196,00	20001174
		31901300	101	01	P	130.267,00	20001174
		31901600	101	01	P	145.784,00	20001174
		31909200	101	01	P	315,00	20001174
		33901400	101	01	P	48.454,00	20001174

			33903000	101	01	P	67.450,00	20001174
			33903300	101	01	P	29.194,00	20001174
			33903600	100	01	P	52.204,00	20001174
				101	01	P	4.246,00	20001174
			33903700	101	01	P	110.423,00	20001174
			33903900	100	01	P	121.809,00	20001174
				101	01	P	32.880,00	20001174
			33904000	101	01	P	175.230,00	20001174
			33904600	101	01	P	2.273,00	20001174
			33904900	101	01	P	1.906,00	20001174
			33909200	101	01	P	977,00	20001174
			33913900	101	01	P	6.067,00	20001174
			33914700	101	01	P	1.062,00	20001174
			33919200	101	01	P	96,00	20001174
			TOTAL					2.110.746,00
23	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL							
02330	INSTITUTO PARANANESE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL IPARDES							
2330	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL -IPARDES							
6035	GESTÃO ADMINISTRATIVA - IPARDES							
			31901100	101	01	P	1.472.861,00	20001174
			31901300	101	01	P	41.544,00	20001174
			31901600	101	01	P	33.863,00	20001174
			31909200	101	01	P	1,00	20001174
			31909400	101	01	P	364.890,00	20001174
			31909600	101	01	P	40.494,00	20001174
			31911300	101	01	P	43.800,00	20001174
			33903000	101	01	P	4.620,00	20001174
			33903700	100	01	P	18.190,00	20001174
				101	01	P	6.000,00	20001174
			33903900	100	01	P	14.965,00	20001174
				101	01	P	65.118,00	20001174
			33904000	100	01	P	25.219,00	20001174
				101	01	P	4.275,00	20001174
			33904600	101	01	P	429,00	20001174
			33904700	101	01	P	11.965,00	20001174
			33904900	101	01	P	3.162,00	20001174
			33913900	101	01	P	4.020,00	20001174
			33914700	101	01	P	159,00	20001174
6037	ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS, PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE ESTATÍSTICAS							
			33901400	101	01	P	363,00	20001174
			33903000	101	01	P	1.603,00	20001174
			33903900	101	01	P	7.500,00	20001174
			33904000	101	01	P	10.437,00	20001174
			33909200	101	01	P	15,00	20001174
			TOTAL					2.175.493,00
27	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA							
02700	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA							
2701	GABINETE DO SECRETARIO							
9057	ENCARGOS COM PENSÕES ESPECIAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES							
			31900100	101	01	P	577.801,00	20001174
			33504300	101	01	P	47.772,00	20001174
			33900800	101	01	P	3.678.685,00	20001174
			33905900	101	01	P	2.253.934,00	20001174
9070	TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO FINANCEIRO							
			33919100	101	01	P	3.292.072,00	20001174
			33919300	101	01	P	95.523,00	20001174
9071	TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO MILITAR							
				101	01	P	1.173.081,00	20001174
9089	TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE PREVIDÊNCIA							
			33919100	101	01	P	715.500,00	20001174
			33919300	101	01	P	419.332,00	20001174
			TOTAL					12.253.700,00
27	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA							
02700	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA							
2702	DIRETORIA GERAL							
6014	GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL							
			33901400	101	01	P	18.047,00	20001174
			33903000	101	01	P	325.628,00	20001174
			33903300	101	01	P	7.909,00	20001174
			33903500	101	01	P	9.828,00	20001174
			33903600	101	01	P	97.055,00	20001174
			33903700	101	01	P	1.333.202,00	20001174
			33903900	101	01	P	1.798.878,00	20001174
			33904000	100	01	P	2.262.158,00	20001174
				101	01	P	4.795.731,00	20001174
			33904700	101	01	P	28.663,00	20001174
			33909200	101	01	P	531,00	20001174
			33909300	101	01	P	448,00	20001174
			33913900	101	01	P	134.264,00	20001174
			33914700	101	01	P	5.467,00	20001174
			33919200	101	01	P	265,00	20001174
6041	GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL							
			31901100	101	01	P	5.613.173,00	20001174
			31901300	101	01	P	81.499,00	20001174

		31901600	101	01	P	680.019,00	20001174
		31909100	101	01	P	4.571,00	20001174
		31909200	101	01	P	4.414,00	20001174
		31909400	101	01	P	37.705,00	20001174
		31909600	101	01	P	46.400,00	20001174
		31911300	101	01	P	367.721,00	20001174
		33900800	101	01	P	9.521,00	20001174
		33901400	101	01	P	56.287,00	20001174
		33901800	101	01	P	121.023,00	20001174
		33903000	101	01	P	50.113,00	20001174
		33903300	101	01	P	32.655,00	20001174
		33903500	101	01	P	5.308,00	20001174
		33903600	101	01	P	68.867,00	20001174
		33903900	101	01	P	202.026,00	20001174
		33904000	101	01	P	1.916.254,00	20001174
		33904600	101	01	P	7.416,00	20001174
		33904900	101	01	P	16.485,00	20001174
		33909200	101	01	P	265,00	20001174
				TOTAL		20.139.796,00	
29	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA						
02900	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA						
2902	DIRETORIA GERAL						
5098	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PARANÁ - PROFISCO	33901400	100	01	P	27.665,00	20001174
	II - PR						
		33903300	100	01	P	33.813,00	20001174
		33903500	100	01	P	15.956,00	20001174
			128	01	P	65.447,00	20001174
		33903900	100	01	P	4.698,00	20001174
		44904000	128	01	P	278.728,00	20001174
		44905200	128	01	P	566.026,00	20001174
6050	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEFA	31901100	101	01	P	6.001.858,00	20001174
		31901300	101	01	P	128.986,00	20001174
		31901600	101	01	P	502.279,00	20001174
		31909200	101	01	P	3.798,00	20001174
		31909400	101	01	P	100.868,00	20001174
		31909600	101	01	P	26.336,00	20001174
		31911300	101	01	P	180.414,00	20001174
		31919600	101	01	P	13.064,00	20001174
		33900800	101	01	P	42.464,00	20001174
		33901400	101	01	P	106.161,00	20001174
		33901800	101	01	P	205.377,00	20001174
		33903000	101	01	P	535.359,00	20001174
		33903100	101	01	P	15.924,00	20001174
		33903300	101	01	P	127.959,00	20001174
		33903600	101	01	P	55.734,00	20001174
			128	01	P	422.215,00	20001174
		33903700	101	01	P	584.080,00	20001174
		33903900	101	01	P	814.258,00	20001174
		33904000	101	01	P	2.707,00	20001174
		33904100	100	01	P	139.209,00	20001174
			101	01	P	76.436,00	20001174
		33904700	101	01	P	76.967,00	20001174
		33904900	101	01	P	531,00	20001174
		33909200	101	01	P	31.696,00	20001174
		33913000	101	01	P	5.308,00	20001174
		33913900	101	01	P	3.716,00	20001174
				TOTAL		11.196.037,00	
29	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA						
02930	COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO	CRE					
2930	COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO - CRE						
6052	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL	31901100	100	01	P	23.844.287,00	20001174
			101	01	P	3.779.284,00	20001174
		31901300	101	01	P	53.917,00	20001174
		31901600	101	01	P	12.442,00	20001174
		31909100	101	01	P	3.111,00	20001174
		31909200	100	01	P	1.132.997,00	20001174
		31909400	101	01	P	88.324,00	20001174
		31909600	101	01	P	80.875,00	20001174
		31911300	101	01	P	974.652,00	20001174
		33900800	101	01	P	98.199,00	20001174
		33901400	101	01	P	667.752,00	20001174
		33901800	101	01	P	455.005,00	20001174
		33903000	101	01	P	504.353,00	20001174
		33903300	101	01	P	184.720,00	20001174

		33903500	100	01	P	264.742,00	20001174
			101	01	P	10.430,00	20001174
		33903600	101	01	P	79.143,00	20001174
		33903700	101	01	P	1.807.555,00	20001174
		33903900	101	01	P	2.776.170,00	20001174
			128	01	P	113.831,00	20001174
		33904000	101	01	P	365.105,00	20001174
			128	01	P	9.572.184,00	20001174
		33904100	101	01	P	38.789,00	20001174
		33909200	101	01	P	377.106,00	20001174
		33913000	101	01	P	10.616,00	20001174
		33913900	101	01	P	10.616,00	20001174
		44904000	128	01	P	736.785,00	20001174
		44905100	128	01	P	210.393,00	20001174
		44905200	128	01	P	130.314,00	20001174
9183	ENCARGOS ESPECIAIS - FUNREFISCO	33904700	128	01	P	13.148,00	20001174
		33914700	128	01	P	6.613,00	20001174
				<b>TOTAL</b>		<b>48.403.458,00</b>	
31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA						
03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA						
3101	PROGRAMACOES ESPECIAIS E ENCARGOS GERAIS DO ESTADO						
9088	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	33909100	101	01	P	1.292.288,00	20001174
9901	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33999900	100	01	P	196.428.644,00	20001174
				<b>TOTAL</b>		<b>197.720.932,00</b>	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
3902	DIRETORIA GERAL						
6064	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SESP	31901100	101	01	P	1.566.336,00	20001174
		31901200	101	01	P	36.408,00	20001174
		31901300	101	01	P	270.248,00	20001174
		31901600	101	01	P	294.243,00	20001174
		31909200	101	01	P	8.666,00	20001174
		31909400	101	01	P	18.595,00	20001174
		31911300	101	01	P	105.239,00	20001174
		33903000	100	01	P	730.820,00	20001174
			101	01	P	191.897,00	20001174
				<b>TOTAL</b>		<b>3.222.452,00</b>	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
3914	POLICIA CIENTIFICA						
6079	AÇÕES DA POLÍCIA CIENTÍFICA	31900400	101	01	P	25.382,00	20001174
		31901100	101	01	P	7.083.834,00	20001174
		31901200	101	01	P	30.857,00	20001174
		31901300	101	01	P	73.410,00	20001174
		31901600	101	01	P	15.369,00	20001174
		31909200	101	01	P	9.102,00	20001174
		31909400	101	01	P	172.135,00	20001174
		31911300	101	01	P	1.113.669,00	20001174
		33903700	100	01	P	308.935,00	20001174
		33903900	100	01	P	242.752,00	20001174
				<b>TOTAL</b>		<b>9.075.445,00</b>	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
3917	DEPARTAMENTO DE EXECUCAO PENAL- DEPEN						
6383	GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	31900400	100	01	P	3.024.018,00	20001174
		31901100	100	01	P	24.997.692,00	20001174
		31901300	100	01	P	352.333,00	20001174
		31901600	100	01	P	492.550,00	20001174
		31909100	100	01	P	1.273,00	20001174
		31909200	100	01	P	12.009,00	20001174
		31909400	100	01	P	14.655,00	20001174
		31911300	100	01	P	2.912.971,00	20001174
		33504100	100	01	P	1.239.976,00	20001174
		33900800	100	01	P	18.345,00	20001174
		33901400	100	01	P	207.771,00	20001174
		33901800	100	01	P	849.179,00	20001174
		33903000	100	01	P	3.218.597,00	20001174
		33903300	100	01	P	90.486,00	20001174
		33903600	100	01	P	1.001.256,00	20001174
		33903700	100	01	P	192.871,00	20001174
		33903900	100	01	P	10.329.591,00	20001174



		33904000	100	01	P	16.705,00	20001174
		33904600	100	01	P	209,00	20001174
		33904700	100	01	P	21.662,00	20001174
		33904900	100	01	P	438.047,00	20001174
		33909200	100	01	P	180.362,00	20001174
		33909300	100	01	P	27.850,00	20001174
		33913900	100	01	P	52.204,00	20001174
		33914700	100	01	P	6.353,00	20001174
				TOTAL		49.698.965,00	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
3921	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARANA						
6497	AÇÕES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA	31901100	100	01	P	30.175.284,00	20001174
		31901300	100	01	P	25.004,00	20001174
		31901600	100	01	P	2.998,00	20001174
		31909200	100	01	P	3.422,00	20001174
		31909400	100	01	P	150.047,00	20001174
		31911300	100	01	P	3.789.572,00	20001174
		33903900	100	01	P	397.716,00	20001174
				TOTAL		34.544.043,00	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
3922	POLICIA MILITAR DO ESTADO DOPARANA						
6501	AÇÕES DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	31901100	100	01	P	488.834,00	20001174
		31901200	100	01	P	99.830.826,00	20001174
		31901300	100	01	P	3.288,00	20001174
		31901700	100	01	P	67.504,00	20001174
		31909200	100	01	P	12.858,00	20001174
		31909400	100	01	P	94.211,00	20001174
		31911300	100	01	P	9.469.063,00	20001174
		33901500	100	01	P	1.388.431,00	20001174
		33903900	100	01	P	634.829,00	20001174
				TOTAL		111.989.844,00	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4101	GABINETE DO SECRETARIO						
6097	VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - MAGISTÉRIO	31900400	100	01	P	14.720.520,00	20001174
			145	10	P	12.969.181,00	20001174
		31901100	100	01	P	43.965.023,00	20001174
			145	10	P	123.382.505,00	20001174
		31901600	100	01	P	1.425.146,00	20001174
			145	10	P	16.083.090,00	20001174
		31909100	100	01	P	289,00	20001174
		31909200	100	01	P	110.081,00	20001174
		31911300	100	01	P	10.020.853,00	20001174
			145	10	P	16.901.858,00	20001174
		33904700	145	10	P	1.372.532,00	20001174
		33904900	145	10	P	2.260.896,00	20001174
6098	VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ADMINISTRATIVO	31900400	114	10	P	15.430.255,00	20001174
		31901100	114	10	P	9.754.269,00	20001174
		31901300	100	01	P	129.325,00	20001174
			114	10	P	3.596,00	20001174
		31911300	114	10	P	3.256.602,00	20001174
		33904700	114	10	P	307.648,00	20001174
6371	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL	33913900	100	01	P	8.212.579,00	20001174
6372	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO	33901400	100	01	P	683.752,00	20001174
		33903900	100	01	P	9.541.031,00	20001174
6373	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL	31504300	100	01	P	14.169.273,00	20001174
6465	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	33903000	100	01	P	706.055,00	20001174
6467	FORMAÇÃO CONTINUADA	33903600	100	01	P	205.211,00	20001174
				TOTAL		305.611.570,00	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4102	DIRETORIA GERAL						
6090	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEED	31900400	100	01	P	649.423,00	20001174
		31901100	100	01	P	15.837.371,00	20001174
			101	01	P	183.120,00	20001174
		31901300	100	01	P	33.053,00	20001174
		31901600	100	01	P	368.794,00	20001174
		31909200	100	01	P	30.062,00	20001174
		31909400	100	01	P	12.954,00	20001174
		31909600	100	01	P	16.831,00	20001174

		31911300	100	01	P	2.646.233,00	20001174
		33901400	100	01	P	681.961,00	20001174
		33903000	100	01	P	688.226,00	20001174
			101	01	P	24.771,00	20001174
		33903100	100	01	P	9.366,00	20001174
		33903300	100	01	P	32.141,00	20001174
		33903600	100	01	P	1.177.767,00	20001174
		33903700	100	01	P	1.559.256,00	20001174
		33903900	100	01	P	4.627.430,00	20001174
			101	01	P	32.379,00	20001174
		33909200	100	01	P	174.753,00	20001174
		33909300	100	01	P	125.437,00	20001174
		33913900	100	01	P	100.114,00	20001174
		33919200	100	01	P	44.533,00	20001174
6204	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO	33903300	100	01	P	26.022,00	20001174
<b>TOTAL</b>						<b>29.081.997,00</b>	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04130	COLEGIO ESTADUAL DO PARANA - CEPR						
4130	COLEGIO ESTADUAL DO PARANA - CEPR						
6100	MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DO CEPR	31900400	100	01	P	167.917,00	20001174
		31901100	100	01	P	1.542.862,00	20001174
		31901300	100	01	P	982,00	20001174
		31901600	100	01	P	174.899,00	20001174
		31909200	100	01	P	2.617,00	20001174
		31911300	100	01	P	168.641,00	20001174
		33903000	100	01	P	17.101,00	20001174
		33903100	100	01	P	1.812,00	20001174
		33903600	100	01	P	4.693,00	20001174
		33903900	100	01	P	4.566,00	20001174
<b>TOTAL</b>						<b>2.086.090,00</b>	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04133	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL.FUNDEPAR						
4133	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR						
6395	GESTÃO ADMINISTRATIVA - FUNDEPAR	31901100	100	01	P	80.209,00	20001174
		31901600	100	01	P	43.445,00	20001174
		31909200	100	01	P	7.717,00	20001174
		31909600	100	01	P	35.692,00	20001174
		33901400	100	01	P	1.705,00	20001174
		33903000	100	01	P	254.885,00	20001174
		33903300	100	01	P	6.121,00	20001174
		33903700	100	01	P	67.348,00	20001174
		33903900	100	01	P	269.911,00	20001174
		33909200	100	01	P	1.483,00	20001174
		33909300	100	01	P	2.405,00	20001174
		33913900	100	01	P	95.040,00	20001174
6453	RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E LOGÍSTICA ESCOLAR	33903000	115	01	P	5.636,00	20001174
		33903900	101	01	P	252.132,00	20001174
			115	01	P	10.344,00	20001174
		44905200	115	01	P	14.646,00	20001174
<b>TOTAL</b>						<b>1.148.719,00</b>	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04134	INST PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE						
4134	INSTITUTO PARANAENSE DE CIENCIA DO ESPORTE - IPCE						
5003	IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES	33901400	101	01	P	228.246,00	20001174
		33903000	101	01	P	459.492,00	20001174
		33903100	101	01	P	248.896,00	20001174
		33903300	101	01	P	108.491,00	20001174
		33903600	101	01	P	46.084,00	20001174
		33903900	101	01	P	4.167.121,00	20001174
		33904000	101	01	P	159.241,00	20001174
		33904700	101	01	P	10.796,00	20001174
		44905200	101	01	P	1,00	20001174
6358	GESTÃO ADMINISTRATIVA - IPCE	31901100	101	01	P	675.217,00	20001174
		31901300	101	01	P	93.940,00	20001174
		31901600	101	01	P	86.002,00	20001174
		31909200	101	01	P	1.099,00	20001174
		31909400	101	01	P	1.244,00	20001174
		31909600	101	01	P	48.235,00	20001174
		31911300	101	01	P	10.607,00	20001174
		33903000	101	01	P	102.106,00	20001174
		33903600	101	01	P	38.652,00	20001174
		33903700	101	01	P	115.944,00	20001174

		33903900	101	01	P	131.820,00	20001174
		33904000	101	01	P	17.956,00	20001174
		33904600	101	01	P	1.741,00	20001174
		33904900	101	01	P	2.214,00	20001174
		33909200	101	01	P	1.951,00	20001174
		33913900	101	01	P	2.693,00	20001174
		33914700	101	01	P	2.123,00	20001174
9218	ENCARGOS ESPECIAIS - IPCE	33909100	101	01	P	5.308,00	20001174
TOTAL						6.767.220,00	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
4504	SUPERINTENDENCIA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
6070	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS	33901800	100	01	P	50.115,00	20001175
			132	01	P	4.821.451,00	20001175
		33902000	100	01	P	6.960,00	20001175
6072	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SETI	33901400	100	01	P	39.745,00	20001175
		33903000	100	01	P	41.668,00	20001175
		33903300	100	01	P	43.329,00	20001175
		33903600	100	01	P	59.164,00	20001175
		33903700	100	01	P	111.578,00	20001175
		33903900	100	01	P	43.532,00	20001175
		33904000	100	01	P	198.362,00	20001175
		33904600	100	01	P	696,00	20001175
		33904900	100	01	P	3.480,00	20001175
		33909200	100	01	P	1.197,00	20001175
		33909300	100	01	P	174,00	20001175
		33913900	100	01	P	2.711,00	20001175
		33914700	100	01	P	418,00	20001175
9106	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	33904700	100	01	P	1.931.681,00	20001175
TOTAL						7.356.261,00	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA UEL						
4530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL						
6116	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UEL	31900400	100	01	P	2.082.230,00	20001175
		31901100	100	01	P	24.913.045,00	20001175
			132	01	P	1.568.007,00	20001175
		31901600	100	01	P	889.934,00	20001175
		31911300	100	01	P	3.076.031,00	20001175
		33900800	100	01	P	24.165,00	20001175
		33903000	100	01	P	116.191,00	20001175
		33903600	100	01	P	148.596,00	20001175
		33903900	100	01	P	1.210.335,00	20001175
		33904600	100	01	P	4.835,00	20001175
		33904800	100	01	P	895.767,00	20001175
		33904900	100	01	P	10.963,00	20001175
TOTAL						34.940.099,00	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04531	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA UEPG						
4531	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTAGROSSA - UEPG						
6119	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UEPG	31900400	100	01	P	1.960.617,00	20001175
		31901100	100	01	P	11.852.960,00	20001175
			132	01	P	982.674,00	20001175
		31901300	100	01	P	3.762,00	20001175
		31901600	100	01	P	552.743,00	20001175
		31911300	100	01	P	1.911.762,00	20001175
		33900800	100	01	P	13.921,00	20001175
		33901400	100	01	P	38.339,00	20001175
		33901800	100	01	P	77.917,00	20001175
		33902000	100	01	P	6.960,00	20001175
		33903000	100	01	P	311.783,00	20001175
		33903300	100	01	P	22.968,00	20001175
		33903600	100	01	P	85.299,00	20001175
		33903700	100	01	P	30.074,00	20001175
		33903900	100	01	P	611.537,00	20001175
		33904000	100	01	P	32.120,00	20001175
		33904600	100	01	P	21.396,00	20001175
		33904800	100	01	P	110.741,00	20001175
		33904900	100	01	P	50.425,00	20001175
		33909200	100	01	P	4.784,00	20001175

						TOTAL	18.682.782,00	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04532	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA UEM							
4532	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM							
6122	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UEM	31900400	100	01	P	4.184.790,00	20001175	
		31901100	100	01	P	26.319.968,00	20001175	
			132	01	P	49.605,00	20001175	
		31901600	100	01	P	543.890,00	20001175	
		31911300	100	01	P	2.536.739,00	20001175	
		33900800	100	01	P	18.063,00	20001175	
		33901400	100	01	P	696,00	20001175	
		33903000	100	01	P	68.626,00	20001175	
		33903300	100	01	P	3.480,00	20001175	
		33903600	100	01	P	475.863,00	20001175	
		33903900	100	01	P	3.179.647,00	20001175	
		33904600	100	01	P	46.889,00	20001175	
		33904700	100	01	P	5.067,00	20001175	
		33904800	100	01	P	618.604,00	20001175	
		33904900	100	01	P	127.584,00	20001175	
		33913900	100	01	P	96.013,00	20001175	
		TOTAL						38.275.524,00
45		SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04533	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO . OESTE UNICENTRO							
4533	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO - OESTE - UNICENTRO							
6125	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UNICENTRO	31900400	100	01	P	1.348.201,00	20001175	
		31901100	100	01	P	9.165.017,00	20001175	
			132	01	P	653.432,00	20001175	
		31901300	100	01	P	216.394,00	20001175	
		31911300	100	01	P	986.182,00	20001175	
			132	01	P	21.116,00	20001175	
		33903600	100	01	P	293.345,00	20001175	
		33903700	100	01	P	872.236,00	20001175	
		33903900	100	01	P	506.109,00	20001175	
		33904000	100	01	P	38.214,00	20001175	
		33904800	100	01	P	122.626,00	20001175	
		TOTAL						14.222.872,00
45		SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04534		UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA UNIOESTE						
4534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTEDO PARANÁ - UNIOESTE							
6128	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UNIOESTE	31900400	100	01	P	1.626.474,00	20001175	
		31901100	100	01	P	13.747.875,00	20001175	
		31901600	100	01	P	430.600,00	20001175	
			132	01	P	2.826.601,00	20001175	
		31911300	100	01	P	1.316.291,00	20001175	
			132	01	P	255,00	20001175	
		33903000	100	01	P	328.750,00	20001175	
		33903600	100	01	P	330.767,00	20001175	
		33903700	100	01	P	199.038,00	20001175	
		33903900	100	01	P	828.191,00	20001175	
		33904000	100	01	P	264.129,00	20001175	
		33904800	100	01	P	142.794,00	20001175	
		33913900	100	01	P	71.495,00	20001175	
		TOTAL						22.113.260,00
45		SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04546		UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA UNESPAR						
4546	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR							
6131	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UNESPAR	31900400	100	01	P	2.053.475,00	20001175	
		31901100	100	01	P	8.468.307,00	20001175	
		31901300	100	01	P	446.815,00	20001175	
		31901600	100	01	P	28.554,00	20001175	
		31909200	100	01	P	2.810,00	20001175	
		31909400	100	01	P	27.860,00	20001175	
		31909600	100	01	P	2.818,00	20001175	
		31911300	100	01	P	271.020,00	20001175	
			132	01	P	628.727,00	20001175	
		33900800	100	01	P	586,00	20001175	
		33901400	100	01	P	28.813,00	20001175	
		33901800	100	01	P	41.067,00	20001175	
		33903000	100	01	P	146.916,00	20001175	
		33903300	100	01	P	40.266,00	20001175	
		33903600	100	01	P	199.555,00	20001175	
		33903700	100	01	P	449.047,00	20001175	



		33903900	100	01	P	291.215,00	20001175
		33904000	100	01	P	70.958,00	20001175
		33904600	100	01	P	1.345,00	20001175
		33904800	100	01	P	26.328,00	20001175
		33904900	100	01	P	1.462,00	20001175
		33913900	100	01	P	84.932,00	20001175
		33914700	100	01	P	4.385,00	20001175
9063	ENCARGOS ESPECIAIS - UNESPAR	33904700	100	01	P	31.253,00	20001175
TOTAL						13.348.514,00	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04548	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANA UENP						
4548	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTEDO PARANÁ - UENP						
6149	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UENP	31900400	100	01	P	831.515,00	20001175
		31901100	100	01	P	3.009.414,00	20001175
			132	01	P	264.743,00	20001175
		31901300	100	01	P	175.242,00	20001175
		31909200	100	01	P	13.324,00	20001175
		31909400	100	01	P	13.487,00	20001175
		31909600	100	01	P	1.371.692,00	20001175
		31911300	100	01	P	416.390,00	20001175
		33900800	100	01	P	12,00	20001175
		33901400	100	01	P	765,00	20001175
		33901800	100	01	P	10.930,00	20001175
		33903000	100	01	P	61.633,00	20001175
		33903300	100	01	P	5.185,00	20001175
		33903600	100	01	P	178.528,00	20001175
		33903700	100	01	P	735.617,00	20001175
		33903900	100	01	P	400.101,00	20001175
		33904000	100	01	P	67.590,00	20001175
		33904600	100	01	P	2.778,00	20001175
		33904800	100	01	P	136.043,00	20001175
		33904900	100	01	P	8.824,00	20001175
		33913900	100	01	P	18.836,00	20001175
TOTAL						7.722.649,00	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04560	FUNDO PARANA						
4560	FUNDO PARANA						
6152	GESTÃO ADMINISTRATIVA - UGF	33909200	132	01	P	47,00	20001175
		33913900	132	01	P	859,00	20001175
		44909200	132	01	P	95,00	20001175
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	33204100	132	01	P	4.594,00	20001175
		33404100	132	01	P	473,00	20001175
		33504100	132	01	P	1.828.542,00	20001175
		33901400	132	01	P	20.604,00	20001175
		33901800	132	01	P	1.325.765,00	20001175
		33903000	132	01	P	93.728,00	20001175
		33903100	132	01	P	25.993,00	20001175
		33903300	132	01	P	18.462,00	20001175
		33903500	132	01	P	945,00	20001175
		33903600	132	01	P	8.603,00	20001175
		33903700	132	01	P	2.155,00	20001175
		33903900	132	01	P	413.421,00	20001175
		33904000	132	01	P	662,00	20001175
		33904100	132	01	P	1.589.188,00	20001175
		44204200	132	01	P	473,00	20001175
		44404200	132	01	P	473,00	20001175
		44504200	132	01	P	921.576,00	20001175
		44904200	132	01	P	945,00	20001175
		44905100	132	01	P	658.773,00	20001175
		44905200	132	01	P	300.277,00	20001175
9194	ENCARGOS ESPECIAIS - FUNDO PARANÁ	33904700	132	01	P	138.780,00	20001175
TOTAL						7.355.433,00	
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE						
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE						
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE						
6030	GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	33404100	100	01	P	317.650,00	20001174
		33414100	100	01	P	4.706.317,00	20001174
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA	31901100	100	01	P	74.947.399,00	20001174
		31901300	100	01	P	181.521,00	20001174
		31901600	100	01	P	6.427.262,00	20001174
		31909100	100	01	P	497.737,00	20001174
		31909200	100	01	P	36.798,00	20001174
		31909400	100	01	P	149.805,00	20001174

		31909600	100	01	P	134.773,00	20001174
		31911300	100	01	P	7.626.071,00	20001174
		33414100	100	01	P	1.000.000,00	20001174
		33504100	100	01	P	5.453.299,00	20001174
		33704100	100	01	P	3.467.216,00	20001174
		33900800	100	01	P	4.054,00	20001174
		33901400	100	01	P	245.067,00	20001174
		33903000	100	01	P	6.915.158,00	20001174
		33903300	100	01	P	232.129,00	20001174
		33903500	100	01	P	15.308,00	20001174
		33903600	100	01	P	422.521,00	20001174
		33903700	100	01	P	1.893.901,00	20001174
		33903900	100	01	P	15.126.523,00	20001174
		33904000	100	01	P	960.807,00	20001174
		33904600	100	01	P	71.631,00	20001174
		33904900	100	01	P	182.502,00	20001174
		33909200	100	01	P	116.205,00	20001174
		33909300	100	01	P	512.638,00	20001174
		33913900	100	01	P	16.804,00	20001174
		33914700	100	01	P	10.631,00	20001174
		33919200	100	01	P	2.126,00	20001174
6164	ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS SIATE	31901200	100	01	P	750.075,00	20001174
6168	GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PR	31900400	100	01	P	2.585.243,00	20001174
		33904800	100	01	P	218.892,00	20001174
6169	GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ		100	01	P	218.892,00	20001174
6170	GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ	33904700	100	01	P	740.905,00	20001174
		33904800	100	01	P	218.893,00	20001174
6172	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	33903200	100	01	P	6.714.570,00	20001174
		33909100	100	01	P	4.902.073,00	20001174
6203	GESTÃO DE OPERAÇÕES AEROMÉDICAS	33901500	100	01	P	5.571,00	20001174
6213	GESTÃO DA SAÚDE DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	33903900	100	01	P	17.000.605,00	20001174
6485	GESTÃO NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	33504300	100	01	P	215.594,00	20001174
		33903400	100	01	P	872.443,00	20001174
				<b>TOTAL</b>		<b>166.117.609,00</b>	
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
04900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
4902	DIRETORIA GERAL						
6180	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEJUF	31900400	101	01	P	414.916,00	20001174
		31901100	100	01	P	3.039.096,00	20001174
			101	01	P	14.782.510,00	20001174
		31901300	101	01	P	813.004,00	20001174
		31901600	101	01	P	820.970,00	20001174
		31909200	101	01	P	3.449,00	20001174
		31909400	101	01	P	91.546,00	20001174
		31909600	101	01	P	432.925,00	20001174
		33900800	101	01	P	3.496,00	20001174
		33901400	101	01	P	178.887,00	20001174
		33903000	101	01	P	295.374,00	20001174
		33903300	101	01	P	194.627,00	20001174
		33903600	101	01	P	401.743,00	20001174
		33903700	101	01	P	718.630,00	20001174
		33903900	101	01	P	2.174.687,00	20001174
		33904000	101	01	P	1.151.214,00	20001174
		33904600	101	01	P	111.114,00	20001174
		33904700	101	01	P	32.188,00	20001174
		33904900	101	01	P	123.021,00	20001174
		33909200	101	01	P	2.119,00	20001174
		33913900	101	01	P	69.840,00	20001174
		33914700	101	01	P	16.455,00	20001174
6378	GESTÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	33903700	101	01	P	2.508.824,00	20001174
6379	POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	33901400	101	01	P	61.042,00	20001174
		33903300	101	01	P	31.848,00	20001174
		33903900	101	01	P	7.075,00	20001174
6409	SISTEMA INTERSETORIAL DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA	31900400	101	01	P	54.287,00	20001174
		33903600	101	01	P	853.533,00	20001174
		33903900	101	01	P	1.152.901,00	20001174
6471	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	33901400	101	01	P	95.545,00	20001174
		33903000	101	01	P	9.191,00	20001174
		33903300	101	01	P	15.924,00	20001174
		33903700	101	01	P	173.093,00	20001174
		33903900	101	01	P	548.554,00	20001174
		33904000	101	01	P	421.012,00	20001174
				<b>TOTAL</b>		<b>31.804.640,00</b>	
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLESCENCIA . FIA						

4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA								
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	33414100	101	01	P	640.500,00	20001174		
				TOTAL		640.500,00			
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO								
04967	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL . FEAS								
4967	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIASOCIAL - FEAS								
6422	PROGRAMA NOSSA GENTE	33903900	101	01	P	271.347,00	20001174		
				TOTAL		271.347,00			
51	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA								
05100	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA								
5102	DIRETORIA GERAL								
6062	COMUNICAÇÃO INOVADORA	33903900	100	01	P	9.690.727,00	20001174		
			101	01	P	530.804,00	20001174		
6191	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SECC	31901100	101	01	P	3.212.938,00	20001174		
		31901300	101	01	P	229.490,00	20001174		
		31901600	101	01	P	33.736,00	20001174		
		31909200	101	01	P	26.112,00	20001174		
		31909400	101	01	P	20.829,00	20001174		
		31909600	101	01	P	11.034,00	20001174		
		31911300	101	01	P	44.905,00	20001174		
		33901400	100	01	P	31.322,00	20001174		
			101	01	P	84.929,00	20001174		
		33903000	100	01	P	41.415,00	20001174		
			101	01	P	41.565,00	20001174		
		33903300	100	01	P	27.842,00	20001174		
			101	01	P	13.164,00	20001174		
		33903600	100	01	P	13.921,00	20001174		
			101	01	P	67.943,00	20001174		
		33903700	100	01	P	330.671,00	20001174		
			101	01	P	2.549.452,00	20001174		
		33903900	100	01	P	50.966,00	20001174		
			101	01	P	1.001.311,00	20001174		
		33904000	100	01	P	381.564,00	20001174		
			101	01	P	844.393,00	20001174		
		33904600	101	01	P	6.199,00	20001174		
		33904700	101	01	P	140,00	20001174		
		33904900	101	01	P	8.966,00	20001174		
		33909200	101	01	P	1.062,00	20001174		
		33913900	101	01	P	6.900,00	20001174		
		33914700	101	01	P	637,00	20001174		
6392	FORTELECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS	33901400	101	01	P	62.635,00	20001174		
		33903000	101	01	P	29.680,00	20001174		
		33903100	101	01	P	354.843,00	20001174		
		33903300	101	01	P	22.559,00	20001174		
		33903600	101	01	P	244.170,00	20001174		
		33903900	101	01	P	433.085,00	20001174		
		33904700	101	01	P	49.843,00	20001174		
		33909300	101	01	P	212,00	20001174		
		33913900	101	01	P	2.654,00	20001174		
6444	GERENCIAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO COM MON	33504100	101	01	P	746.560,00	20001174		
6451	GERENCIAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO COM EPR		101	01	P	38.917,00	20001174		
				TOTAL		21.290.095,00			
51	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA								
05131	BIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA BPP								
5131	BIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA -BPP								
6196	PARANÁ LITERÁRIO	33901400	101	01	P	9.519,00	20001174		
		33903000	100	01	P	27.842,00	20001174		
			101	01	P	14.279,00	20001174		
		33903100	101	01	P	47.772,00	20001174		
		33903300	100	01	P	10.440,00	20001174		
			101	01	P	19.941,00	20001174		
		33903700	100	01	P	158.044,00	20001174		
		33903900	100	01	P	49.193,00	20001174		
			101	01	P	97.230,00	20001174		
		33904000	100	01	P	32.899,00	20001174		
		33913900	101	01	P	19.981,00	20001174		
6197	GESTÃO ADMINISTRATIVA - BPP	31901100	101	01	P	1.023.789,00	20001174		
		31901300	101	01	P	9.043,00	20001174		
		31909200	101	01	P	5.237,00	20001174		
		31909400	101	01	P	6.221,00	20001174		
		31911300	101	01	P	66.660,00	20001174		
		33901400	101	01	P	4.098,00	20001174		
		33903000	101	01	P	60.920,00	20001174		

		33903300	101	01	P	4.556,00	20001174
		33903600	101	01	P	294.527,00	20001174
		33903700	101	01	P	825.102,00	20001174
		33903900	101	01	P	206.314,00	20001174
		33904000	101	01	P	123.257,00	20001174
		33904600	101	01	P	1.139,00	20001174
		33904700	101	01	P	201,00	20001174
		33904900	101	01	P	1.840,00	20001174
		33909200	101	01	P	106,00	20001174
		33913900	101	01	P	3.295,00	20001174
		33914700	101	01	P	1.022,00	20001174
9212	ENCARGOS ESPECIAIS - BPP	33904700	101	01	P	2.575,00	20001174
				<b>TOTAL</b>		<b>3.127.042,00</b>	
51	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA						
05132	CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA CCTG						
5132	CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA-CCTG						
6199	PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL	33901400	101	01	P	5.308,00	20001174
		33903000	101	01	P	6.424,00	20001174
		33903300	101	01	P	5.308,00	20001174
		33903400	101	01	P	137.393,00	20001174
		33903600	101	01	P	6.649,00	20001174
		33903900	101	01	P	29.326,00	20001174
		33909200	101	01	P	1.168,00	20001174
6200	GESTÃO ADMINISTRATIVA - CCTG	31901100	101	01	P	2.734.035,00	20001174
		31901300	101	01	P	72.788,00	20001174
		31901600	101	01	P	34.593,00	20001174
		31911300	101	01	P	110.924,00	20001174
		33900800	101	01	P	5.308,00	20001174
		33903000	101	01	P	7.177,00	20001174
		33903600	101	01	P	17.777,00	20001174
		33903700	100	01	P	127.613,00	20001174
			101	01	P	97.435,00	20001174
		33903900	100	01	P	107.733,00	20001174
			101	01	P	76.781,00	20001174
		33904000	101	01	P	92.587,00	20001174
		33904600	101	01	P	3.531,00	20001174
		33904800	101	01	P	51.451,00	20001174
		33904900	101	01	P	3.539,00	20001174
6448	GERENCIAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO COM PALCO PARANÁ	33504100	101	01	P	2.218.328,00	20001174
9033	ENCARGOS ESPECIAIS - CCTG	33904700	101	01	P	12.690,00	20001174
		33909100	101	01	P	19.158,00	20001174
				<b>TOTAL</b>		<b>5.985.024,00</b>	
51	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA						
05134	RADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO PARANA						
5134	RADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DOPARANÁ - RTVE						
6188	GESTÃO ADMINISTRATIVA - RTVE	31901100	101	01	P	797.031,00	20001174
		31901300	101	01	P	76.060,00	20001174
		31901600	101	01	P	6.361,00	20001174
		31909200	101	01	P	303,00	20001174
		31909400	101	01	P	6.221,00	20001174
		31911300	101	01	P	41.861,00	20001174
		33504100	101	01	P	4.734,00	20001174
		33901400	100	01	P	8.353,00	20001174
			101	01	P	713,00	20001174
		33903000	100	01	P	2.806,00	20001174
			101	01	P	29.227,00	20001174
		33903300	100	01	P	14.965,00	20001174
			101	01	P	8.134,00	20001174
		33903400	100	01	P	1.639,00	20001174
			101	01	P	9.461,00	20001174
		33903600	100	01	P	6.654,00	20001174
			101	01	P	190,00	20001174
		33903700	100	01	P	109.785,00	20001174
		33903900	100	01	P	3.569,00	20001174
			101	01	P	38.346,00	20001174
		33904000	100	01	P	40.851,00	20001174
		33904600	100	01	P	1.691,00	20001174
			101	01	P	142,00	20001174
		33904700	100	01	P	15.467,00	20001174
			101	01	P	8.226,00	20001174



		33904900	101	01	P	9.040,00	20001174
		33919200	101	01	P	2.654,00	20001174
9217	ENCARGOS ESPECIAIS - PARANÁ EDUCATIVA	33909100	101	01	P	26.540,00	20001174
TOTAL						1.271.024,00	
65	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
06500	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
6502	DIRETORIA GERAL						
6253	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEAB	31901100	100	01	P	2.534.590,00	20001174
		31901300	100	01	P	36.930,00	20001174
		31901600	100	01	P	36.448,00	20001174
		31909200	100	01	P	6.818,00	20001174
		31909400	100	01	P	17.336,00	20001174
		31909600	100	01	P	1.590.411,00	20001174
		31911300	100	01	P	180.263,00	20001174
		33900800	101	01	P	855,00	20001174
		33901400	100	01	P	45.243,00	20001174
			101	01	P	88.113,00	20001174
		33903000	101	01	P	330.888,00	20001174
		33903300	100	01	P	27.842,00	20001174
			101	01	P	31.848,00	20001174
		33903600	101	01	P	208.047,00	20001174
		33903700	101	01	P	603.901,00	20001174
		33903900	100	01	P	34.802,00	20001174
			101	01	P	705.556,00	20001174
		33904000	100	01	P	139.210,00	20001174
			101	01	P	214.277,00	20001174
		33904600	101	01	P	9.470,00	20001174
		33904700	101	01	P	1.177,00	20001174
		33904900	101	01	P	13.212,00	20001174
		33909200	101	01	P	3.185,00	20001174
		33913900	101	01	P	5.807,00	20001174
		33914700	101	01	P	16.190,00	20001174
		33919200	101	01	P	117,00	20001174
6257	FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	33404100	100	01	P	4.432.790,00	20001174
			101	01	P	499.999,00	20001174
		33901400	101	01	P	17.747,00	20001174
		33903000	100	01	P	348.024,00	20001174
		33903300	100	01	P	174.012,00	20001174
			101	01	P	2.963,00	20001174
		33903900	100	01	P	852.660,00	20001174
			101	01	P	141.091,00	20001174
6258	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA		101	01	P	10.507,00	20001174
		33909300	100	01	P	43.652,00	20001174
			101	01	P	2.970,00	20001174
TOTAL						13.408.951,00	
65	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
06530	INSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA						
6530	INST DESENV RURAL DO PARANA IAPAR EMATER						
6210	CENTRO DE AGROECOLOGIA	33903000	100	01	P	4.176,00	20001175
6263	PESQUISA E INOVAÇÃO NA AGROPECUÁRIA	31900400	100	01	P	823,00	20001174
		31901100	100	01	P	29.827,00	20001174
		31901300	100	01	P	282.017,00	20001174
		31901600	100	01	P	130.120,00	20001174
		31909200	100	01	P	16.950,00	20001174
		31909400	100	01	P	5.008,00	20001174
		31909600	100	01	P	15.724,00	20001174
		31911300	100	01	P	246.862,00	20001174
		33900800	101	01	P	13,00	20001174
		33901400	101	01	P	45.872,00	20001174
		33903000	101	01	P	583.731,00	20001174
		33903300	101	01	P	26.009,00	20001174
		33903600	101	01	P	204.267,00	20001174
		33903700	100	01	P	775.110,00	20001174
			101	01	P	898.896,00	20001174
		33903900	101	01	P	57.234,00	20001174
		33904600	101	01	P	67,00	20001174
		33904900	101	01	P	891,00	20001174
6268	GESTÃO ADMINISTRATIVA - IAPAR-EMATER	31901100	101	01	P	16.263.861,00	20001174
		31901300	101	01	P	7.680.991,00	20001174
		31909400	101	01	P	6.552.523,00	20001174
		31911300	101	01	P	1.164.991,00	20001174
		33900800	100	01	P	10,00	20001174
		33901400	100	01	P	4.166,00	20001174
			101	01	P	45.118,00	20001174
		33903000	100	01	P	69.323,00	20001174

		101	01	P	481.265,00	20001174
	33903300	100	01	P	4.176,00	20001174
		101	01	P	29.194,00	20001174
	33903600	100	01	P	30.202,00	20001174
		101	01	P	428.172,00	20001174
	33903700	100	01	P	83.526,00	20001174
		101	01	P	2.567.826,00	20001174
	33903900	100	01	P	85.249,00	20001174
		101	01	P	1.165.405,00	20001174
	33904000	100	01	P	80.742,00	20001174
		101	01	P	202.665,00	20001174
	33904100	101	01	P	114.654,00	20001174
	33904600	101	01	P	8.153,00	20001174
	33904700	101	01	P	86.526,00	20001174
	33904900	101	01	P	74.668,00	20001174
	33913900	100	01	P	696,00	20001174
		101	01	P	68.712,00	20001174
	33914700	100	01	P	2.088,00	20001174
		101	01	P	60.000,00	20001174
	33919200	101	01	P	10,00	20001174
			<b>TOTAL</b>		<b>40.678.509,00</b>	
65	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO					
06533	AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANA ADAPAR					
6533	AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIADO PARANÁ - ADAPAR					
6298	GESTÃO ADMINISTRATIVA - ADAPAR					
	31901100	100	01	P	5.328.238,00	20001174
	31901300	100	01	P	9.661,00	20001174
	31901600	100	01	P	9.840,00	20001174
	31909200	100	01	P	3.253,00	20001174
	31909600	100	01	P	563.149,00	20001174
	31911300	100	01	P	649.464,00	20001174
			<b>TOTAL</b>		<b>6.563.605,00</b>	
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO					
06700	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO					
6702	DIRETORIA GERAL					
5059	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL INTEGRADO					
	33901400	101	01	P	15.924,00	20001174
	33903300	100	01	P	21.643,00	20001174
		101	01	P	5.308,00	20001174
	33903900	100	01	P	43.155,00	20001174
6272	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEDU					
	31901100	101	01	P	538.351,00	20001174
	31901300	101	01	P	45.622,00	20001174
	31901600	101	01	P	5.248,00	20001174
	31909200	101	01	P	202,00	20001174
	31909400	101	01	P	18.664,00	20001174
	31911300	101	01	P	12.857,00	20001174
	33900800	100	01	P	489,00	20001174
	33901400	100	01	P	3.480,00	20001174
	33903000	100	01	P	6.691,00	20001174
		101	01	P	27.428,00	20001174
	33903300	100	01	P	531,00	20001174
	33903700	101	01	P	30.256,00	20001174
	33903900	101	01	P	62.422,00	20001174
	33904000	101	01	P	33.069,00	20001174
	33904600	101	01	P	1.062,00	20001174
	33904900	101	01	P	1.062,00	20001174
	33909200	101	01	P	1.327,00	20001174
	33913000	101	01	P	1.327,00	20001174
	33913900	101	01	P	6.603,00	20001174
	33914700	101	01	P	1.062,00	20001174
			<b>TOTAL</b>		<b>883.783,00</b>	
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO					
06731	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC					
6731	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC					
5060	TRANSPORTE METROPOLITANO					
	33404100	100	01	P	17.205.593,00	20001174
		101	01	P	4.246,00	20001174
6276	GESTÃO ADMINISTRATIVA - COMEC					
	31900400	101	01	P	2.074,00	20001174
	31901100	101	01	P	549.220,00	20001174
	31901300	101	01	P	55.161,00	20001174
	31901600	101	01	P	11.290,00	20001174
	31909200	101	01	P	397,00	20001174
	31909400	101	01	P	18.697,00	20001174
	31911300	101	01	P	10.147,00	20001174
	33901400	100	01	P	10.441,00	20001174

			101		01	P	15.924,00	20001174
		33903000	100		01	P	17.904,00	20001174
			101		01	P	82.705,00	20001174
		33903300	100		01	P	6.960,00	20001174
			101		01	P	30.256,00	20001174
		33903500	101		01	P	16.455,00	20001174
		33903600	101		01	P	60.193,00	20001174
		33903700	101		01	P	48.240,00	20001174
		33903900	100		01	P	27.043,00	20001174
			101		01	P	188.138,00	20001174
		33904000	100		01	P	50.812,00	20001174
			101		01	P	108.973,00	20001174
		33904700	101		01	P	2.654,00	20001174
		33913900	101		01	P	12.088,00	20001174
		33914700	101		01	P	2.548,00	20001174
9006	ENCARGOS ESPECIAIS - COMEC	33909100	101		01	P	2.654,00	20001174
TOTAL							18.540.813,00	
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO							
06733	PARANA EDIFICACOES							
6733	PARANA EDIFICACOES - PRED							
6393	GESTÃO E APOIO EXECUTIVO DE OBRAS E SERVIÇOS DE EDIFICAÇÕES	31901100	101		01	P	1.848.556,00	20001174
		31901300	101		01	P	58.064,00	20001174
		31901600	101		01	P	50.020,00	20001174
		31909200	101		01	P	3.044,00	20001174
		31909400	101		01	P	48.422,00	20001174
		31909600	101		01	P	18.228,00	20001174
		31911300	101		01	P	131.765,00	20001174
		33901400	100		01	P	8.353,00	20001174
			101		01	P	31.721,00	20001174
		33903000	100		01	P	16.985,00	20001174
			101		01	P	32.379,00	20001174
		33903300	101		01	P	4.777,00	20001174
		33903600	101		01	P	59.376,00	20001174
		33903700	101		01	P	95.472,00	20001174
		33903900	100		01	P	7.622,00	20001174
			101		01	P	98.998,00	20001174
		33904000	100		01	P	55.739,00	20001174
			101		01	P	25.250,00	20001174
		33904600	101		01	P	115,00	20001174
		33904700	101		01	P	3.626,00	20001174
		33904900	101		01	P	140,00	20001174
		33909100	101		01	P	1.145,00	20001174
		33909300	101		01	P	764,00	20001174
		33913900	101		01	P	5.412,00	20001174
		33914700	101		01	P	3.412,00	20001174
TOTAL							2.609.385,00	
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO							
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA							
6774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANÁ - COHAPAR							
6491	GESTÃO ADMINISTRATIVA - COHAPAR	31901100	101		01	P	7.204.661,00	20001174
		31901300	101		01	P	1.621.343,00	20001174
		31901600	101		01	P	122.422,00	20001174
		31909400	101		01	P	353.832,00	20001174
TOTAL							9.302.258,00	
69	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E DO TURISMO							
06900	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E DO TURISMO							
6901	GABINETE DO SECRETÁRIO							
6516	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS	33503900	101		01	P	1.212.967,00	20001174
TOTAL							1.212.967,00	
69	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E DO TURISMO							
06900	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E DO TURISMO							
6902	DIRETORIA GERAL							
6024	GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, TURISMO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INOVAÇÃO DIGITAL	33903900	101		01	P	177.819,00	20001174
6281	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEDEST	31901100	101		01	P	1.614.549,00	20001174
		31901300	101		01	P	101.233,00	20001174
		31901600	101		01	P	63.325,00	20001174
		31909400	101		01	P	24.709,00	20001174
		31909600	101		01	P	38.708,00	20001174
		31911300	101		01	P	60.187,00	20001174
		33900800	101		01	P	7.962,00	20001174

[illegible]

7702	DIRETORIA GERAL							
6300	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEIL	31901100	101	01	P	1.030.712,00	20001174	
		31901300	101	01	P	80.098,00	20001174	
		31901600	101	01	P	174.551,00	20001174	
		31909400	101	01	P	71.385,00	20001174	
		31911300	101	01	P	56.301,00	20001174	
		33901400	100	01	P	19.628,00	20001174	
		33901800	100	01	P	47.679,00	20001174	
		33903000	100	01	P	54.839,00	20001174	
		33903300	100	01	P	11.506,00	20001174	
		33903600	100	01	P	16.810,00	20001174	
		33903700	100	01	P	34.896,00	20001174	
		33903900	100	01	P	92.977,00	20001174	
		33904000	100	01	P	29.779,00	20001174	
		33904100	100	01	P	6.961,00	20001174	
		33904600	100	01	P	282,00	20001174	
		33904900	100	01	P	859,00	20001174	
		33913900	100	01	P	11.802,00	20001174	
		33914700	100	01	P	1.044,00	20001174	
		33919200	100	01	P	4.496,00	20001174	
				<b>TOTAL</b>		<b>1.746.605,00</b>		
77	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA							
07700	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA							
7703	COORDENACAO DE GESTAO DE PLANOS E PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA							
6302	GESTÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS	33903900	100	01	P	348,00	20001174	
				<b>TOTAL</b>		<b>348,00</b>		
77	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA							
07730	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER							
7730	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER							
6309	GESTÃO ADMINISTRATIVA - DER	31901100	100	01	P	6.886.432,00	20001174	
		31901600	100	01	P	195.059,00	20001174	
		31909200	100	01	P	1.652,00	20001174	
		31909400	100	01	P	105.352,00	20001174	
		31909600	100	01	P	15.338,00	20001174	
6398	ADMINISTRAÇÃO DA MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL	33903000	105	01	P	56.640,00	20001174	
		33903900	100	01	P	126.577,00	20001174	
			101	01	P	47.772,00	20001174	
			105	01	P	310.337,00	20001174	
				<b>TOTAL</b>		<b>7.745.159,00</b>		
				<b>TOTAL</b>		<b>1.402.955.824,00</b>		

CONTINGENCIAMENTO		ANEXO II		Nº controle: 20000897			
DE OBRAS		ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 455					
Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo	
29	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA						
02930	COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO CRE						
2930	COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO - CRE						
6052	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL						
424	Jacarezinho						
00000001	Melhorar o prédio que abriga sede da 6ª DRR- Jacarezinho	128	01	P	210.393,00	20001174	
			<b>TOTAL</b>		<b>210.393,00</b>		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04560	FUNDO PARANA						
4560	FUNDO PARANA						
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO						
136	Apucarana						
00000003	Executar projeto de infraestrutura - Obra 001	132	01	P	65.877,00	20001175	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04560	FUNDO PARANA						
4560	FUNDO PARANA						
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO						
212	Campo Mourão						
00000009	Executar projeto de infraestrutura - Obra 007	132	01	P	65.878,00	20001175	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04560	FUNDO PARANA						



4560	FUNDO PARANA							
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO							
230	Cascavel							
00000007	Executar projeto de infraestrutura - Obra 005	132	01	P	65.877,00	20001175		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04560	FUNDO PARANA							
4560	FUNDO PARANA							
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO							
280	Curitiba							
00000006	Executar projeto de infraestrutura - Obra 004	132	01	P	65.877,00	20001175		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04560	FUNDO PARANA							
4560	FUNDO PARANA							
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO							
360	Guarapuava							
00000010	Executar projeto de infraestrutura - Obra 008	132	01	P	65.878,00	20001175		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04560	FUNDO PARANA							
4560	FUNDO PARANA							
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO							
424	Jacarezinho							
00000004	Executar projeto de infraestrutura - Obra 002	132	01	P	65.877,00	20001175		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04560	FUNDO PARANA							
4560	FUNDO PARANA							
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO							
510	Maringá							
00000002	Executar projeto de infraestrutura - Obra 001	132	01	P	65.877,00	20001175		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04560	FUNDO PARANA							
4560	FUNDO PARANA							
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO							
600	Paranavaí							
00000011	Executar projeto de infraestrutura - Obra 009	132	01	P	65.878,00	20001175		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04560	FUNDO PARANA							
4560	FUNDO PARANA							
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO							
636	Ponta Grossa							
00000005	Executar projeto de infraestrutura - Obra 003	132	01	P	65.877,00	20001175		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04560	FUNDO PARANA							
4560	FUNDO PARANA							
6153	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO							
854	União da Vitória							
00000008	Executar projeto de infraestrutura - Obra 006	132	01	P	65.877,00	20001175		
<b>TOTAL</b>					<b>658.773,00</b>			
<b>TOTAL</b>					<b>869.166,00</b>			

42730/2020

**RESOLUÇÃO Nº 456 de 20 de maio de 2020.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

R E S O L V E:

a) estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 47.443.756,00 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta e seis reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cota orçamentária, no valor de R\$ 47.443.756,00 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta e seis reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo II desta resolução.

**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 456

Nº controle: 20000880

COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE

ESTABELECE COTA

ÓRGÃO	41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE CONTÁBIL	04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4101	116				47.443.756,00					47.443.756,00	20001154
										47.443.756,00	
										47.443.756,00	

ANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 456

Nº controle: 20000880

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE

CANCELA COTA

ÓRGÃO	41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE CONTÁBIL	04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4101	116			47.443.756,00						47.443.756,00	20001154
										47.443.756,00	
										47.443.756,00	

42729/2020

**A Imprensa Oficial**  
é responsável pela confecção  
de diversos trabalhos gráficos  
ao poder público estadual.

**Setor de Orçamento Gráfico**  
**41 3313.3293 | 3313.3259**

**[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)**



**Secretaria da Saúde****RESOLUÇÃO SESA Nº 0715/2020**

Compõe Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 4º, incisos II, VI e XIII, da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060\_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e

Considerando o disposto no Art. 41, § 4º da Constituição Federal, que trata da aquisição de estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, mediante avaliação especial de desempenho;

Considerando o disposto na Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná;

Considerando a Resolução Conjunta SEAP/SESA nº 036, de 15 de setembro de 2017, que institui a Avaliação Especial de Desempenho para aquisição de estabilidade; e

Considerando o contido no protocolado nº **14.963.169-0**, que trata da avaliação especial de desempenho do estágio probatório da servidora Marjorie Novaki dos Santos Leitão.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar os(as) servidores(as) relacionados no quadro abaixo para desenvolverem as funções na Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório, da servidora **Marjorie Novaki dos Santos Leitão**, RG nº 8.990.950-3, nomeada para o cargo de Promotor de Saúde Profissional na função de Médico, lotada na 02ª Regional de Saúde Metropolitana, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde:

NOME	RG	CARGO	FUNÇÃO	FUNÇÃO NA COMISSÃO
Andrea Cristine Perry	4.619.194-3	Cargo em Comissão / servidora Municipal Matrícula nº 694	Farmacêutica / Chefe de Divisão	<b>Coordenador</b>
Ana Carolina Bordin Fernandes dos Reis	8.555.711-4	Promotor de Saúde Profissional	Enfermeiro	<b>Membro indicado pelo servidor</b>
Malvina Gonçalves Ferreira	4.247.094-5	Promotor de Saúde Profissional	Assistente Social	<b>Membro indicado pela Chefia Imediata</b>

**Art. 2º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a **Resolução nº 1151/2017**.

Curitiba, 18 de maio de 2020.

*Assinado eletronicamente*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto  
(Beto Preto)

**Secretário de Estado da Saúde**

42056/2020

**Secretaria de Estado da  
Justiça, Família e Trabalho****DELIBERAÇÃO Nº 005/2020 – COEDE/PR**

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE/PR, reunido ordinariamente no dia 28 de Abril de 2020, no uso das suas atribuições regimentais e;

Considerando o art.13 do regimento Interno do COEDE/PR, que dispõe sobre a mesa Diretora;

Considerando a realização da Eleição e da Posse dos novos conselheiros da sociedade civil do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

**DELIBERA:**

**Art. 1º** Pela aprovação da nova composição da Mesa Diretora do COEDE/PR, para a gestão de 2020-2021;

I - Presidência: Carla Regina Wingert de Moraes, representante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmas;

II – Vice-presidência: Luiz Felipe Gubert Braga Côrtes, representante da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho.

**Art. 2º** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.  
PUBLIQUE-SE

Curitiba, 19 de Maio de 2020.

Carla Regina Wingert de Mores  
**Presidente do COEDE/PR**

42823/2020

**Secretaria da Segurança Pública****GABINETE DO DIRETOR-GERAL****Protocolo nº. 16.501.963-6**

**I. AUTORIZO**, nos termos do artigo 104, inciso II, da Lei Estadual nº. 15.608/2007 e com base na Informação nº. 0880/2019 – AT/SESP, a formalização de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 1148/2019, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa **FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº16.701.716/0035-03, cujo objeto é a aquisição de 01 (um) veículo Tipo Furgão – Ambulância, a fim de atender as necessidades da Polícia Militar do Paraná, visando a prorrogação do prazo de entrega por mais 60 (sessenta) dias à partir de 12/04/2020 até 11/06/2020, conforme a minuta do Termo Aditivo, fls. 101/102;

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

**III. PUBLIQUE-SE**, no prazo legal;

**IV. ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 19 de maio de 2020.

**Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública  
'Resolução 65/2018-SESP

42413/2020

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 16.551.092-5**

**I. AUTORIZO**, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea "j", da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 0865/2020 – AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade pregão, forma eletrônica, tipo menor preço, visando à prestação de Serviços de Gestão Técnica em equipamentos médicos (Engenharia Clínica), com fornecimento de peças e acessórios, para atender às necessidades do Hospital da Polícia Militar do Paraná – HPM de **R\$ 553.712,40 (Quinhentos e cinquenta e três mil, setecentos e doze reais e quarenta centavos)**, conforme Termo de Referência de fls. 10/53 e Minuta de Edital de fls. 129/173.

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante.

**III. PUBLIQUE-SE.**

**IV. ENCAMINHE-SE** ao Setor de Licitações para providências.  
Curitiba, 19 de maio de 2020.

**Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 065/2018-SESP

42415/2020

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 16.030.824-9**

**I. AUTORIZO**, nos termos do art. 8º incisos VI e VII, do Decreto Estadual nº 2.734/2015, e com base na Informação nº 0881/2020-AT/SESP, a contratação da empresa **BLINDAFORT MONTAGEM E SOLDAGEM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.533.218/0001-65, objetivando a aquisição de 2 (dois) cofres, no intuito de suprir a necessidade do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Paraná, por intermédio do Comando-Geral da Corporação, em utilização à Ata de Registro de Preços oriunda do PE SRP nº 387/2019-DEAM/SEAP, no valor total de **R\$ 1.860,00 (um mil, oitocentos e sessenta reais)**, nos termos da Minuta de Contrato trazida aos autos (fls. 124 à 131).

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante.

**III. PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 19 de maio de 2020.

**Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 065/2018-SESP.

42574/2020

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 16.533.867-7**

**I. AUTORIZO**, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea "j", da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 0846/2020 – AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, visando a aquisição de gêneros alimentícios, objetivando atender as necessidades do Corpo de Bombeiros de Foz do Iguaçu/PR, no valor total máximo de **R\$ 635.231,25 (seiscentos e trinta e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, conforme Termo de Referência (fls. 226/241) e Minuta de Edital (fls. 306/351).

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

**III. PUBLIQUE-SE;**

**IV. ENCAMINHE-SE** ao Setor de Licitações para providências.  
Curitiba, 19 de maio de 2020.

**PEDRO LUIZ H. STONOGA – CEL.,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública

Resolução nº 065/2018-SESP

42563/2020

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 16.539.234-5**

**I. AUTORIZO** com fundamento no artigo 112, §12º, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e nos termos da Cota Administrativa nº 1245/2020 – AT/SESP, a celebração do Segundo Termo de Apostilamento ao Contrato nº 0319/2019, firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação do Centro de Operações Policiais Militares-COPOM/COBOM, visando atender as necessidades da Polícia Militar do Paraná- PMPR, visando o reajustamento do valor do contrato em 4,16% (quatro inteiros e dezesseis centésimos por cento), passando o montante mensal atual médio de **R\$ 37.141,10 (trinta e sete mil cento e quarenta e um reais e dez centavos)** para **R\$ 38.686,17 (trinta e oito mil seiscentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos)**, conforme Minuta do Termo de Apostilamento de Reajuste do Valor Mensal (fls. 67/68).

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

**III. PUBLIQUE-SE** no prazo legal.

**IV. ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 18 de maio de 2020.

**Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 065/2018-SESP.

42434/2020

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 16.556.530-4**

**I. AUTORIZO**, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea "j", da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 0877/2020 – AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade pregão, forma eletrônica, tipo menor preço, visando à aquisição de conjunto de implantes cirúrgicos de correção de falha óssea de calota craniana, no intuito de suprir a necessidade com a demanda do Hospital da Polícia Militar em favor de militar estadual acidentado em serviço, no valor máximo total de **R\$ 43.163,10 (quarenta e três mil, cento e sessenta e três reais e dez centavos)**, conforme Termo de Referência (fls. 28 à 38) e Minuta de Edital (fls. 100 à 133).

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante.

**III. PUBLIQUE-SE.**

**IV. ENCAMINHE-SE** ao Setor de Licitações para providências.  
Curitiba, 19 de maio de 2020.

**Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 065/2018-SESP.

42437/2020

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 16.567.441-3**

**I. INDENIZO** o débito decorrente de aluguel, afeto ao mês de abril de 2020, do imóvel localizado à Rodovia do Papel, PR-160, KM 12, no município de Telêmaco Borba, PR, em favor da empresa **DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS BISCAIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.046.320/0001-21, no valor total **R\$ 3.392,23 (três mil, trezentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos)**, espaço que abriga barracão para veículos apreendidos na referida cidade e que atende aos interesses do Departamento de Polícia Civil, conforme o contido no protocolo em referência e com base na Informação nº 0859/2020-AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 19.848/2019, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016.

**II.** Em razão do reconhecimento da despesa sem o correspondente contrato, durante, contudo, o trâmite para realização de novo Contrato Administrativo de locação sobre o mesmo objeto, instruído através do protocolo sob o nº 16.405.993-6, somado ao fato de que o imóvel não pôde ser desocupado para não sofrer solução de continuidade dos

serviços prestados pelo órgão envolvido, não há razão para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa.

### III. PUBLIQUE-SE.

IV. **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 18 de maio de 2020.

**Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 65/2018 – SESP.

42408/2020

### GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.569.695-6

I. **INDENIZO** o débito decorrente do aluguel, afeto ao mês de abril de 2020, do imóvel localizado à Rua Norberto de Brito, nº 1435, no município de São José dos Pinhais, em favor de **MARILENE MARTA LAZZAROTTO ANNONI**, inscrito no CPF sob o nº 017.680.319-08., no valor total **R\$10.195,04 (dez mil, cento e noventa e cinco reais e quatro centavos)**, espaço que abriga a 1ª Delegacia Regional de São José dos Pinhais que atende os interesses do Departamento de Polícia Civil, conforme o contido no protocolo em referência e com base na Informação nº 0875/2020-AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 19.848/2019, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016.

II. Em razão do reconhecimento da despesa sem o correspondente contrato, durante, contudo, está em trâmite a realização de novo Contrato Administrativo de locação sobre o mesmo objeto, instruído através do protocolado nº 15.735.510-4, somado ao fato de que o imóvel não pôde ser desocupado para não sofrer solução de continuidade dos serviços prestados pelo órgão envolvido, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa.

### III. PUBLIQUE-SE.

IV. **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 19 de maio de 2020.

**Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 65/2018 – SESP.

42440/2020

### GABINETE DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº 16.497.611-4

I. **HOMOLOGO**, com base no artigo 90, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 15.608/2007, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no Ato de Homologação nº 25/2020, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob nº 287/2020, tipo menor preço, visando à aquisição de combustíveis de aviação (Querosene – JET A1 e Gasolina - AVIAS) para o Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas -BPMOA, para fornecimento no Aeroporto Silvio Name Júnior, na cidade de Maringá-PR, no qual se sagrou vencedora dos **Lotes 01** a empresa **PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A – CNPJ 34.274.233/0001-02**, apresentou a proposta no valor total de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), **Lotes 02** a empresa **ATINAIUR ANTONIO PIRES SAPPER – CNPJ 84.971.076/0001-54**, apresentou a proposta no valor total de R\$ 85.900,00 (oitenta e cinco mil e novecentos reais), totalizando o processo em **R\$ 179.900,00 (cento e setenta e nove mil e novecentos reais)**.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

III. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências legais.

Curitiba, 20 de maio de 2020.

**Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 65/2018 – SESP.

42651/2020

## Secretaria de Infraestrutura e Logística

### Departamento de Estradas de Rodagem - DER

#### PORTARIA Nº 049/2020-DER

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto n.º 2.458, de 14 de agosto de 2.000, RESOLVE:

	Nome/Cargo/Rg	Solicitação	Histórico	A partir de:
<b>DESI GNA R</b>	Jamile Cristina Marques Ferreira RG. 7.836.815-2	DER/DAF	Como Agente de Ouvidoria e Transparência deste Departamento de Estradas de Rodagem, ficando dispensada a servidora Flavia Haro Pionteke de Oliveira RG. 8.752.925-8.	14/05/2020
<b>DESI GNA R</b>	Jamile Cristina Marques Ferreira RG. 7.836.815-2	DER/DAF	Como Agente de Informação deste Departamento de Estradas de Rodagem, ficando dispensada a servidora Flavia Haro Pionteke de Oliveira RG. 8.752.925-8.	14/05/2020

Curitiba, 18 de maio de 2020.  
Fernando Furiatti Saboia,  
Diretor-Geral do DER/PR.

42509/2020

#### PORTARIA Nº 050/2020-DER

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto n.º 2.458, de 14 de agosto de 2.000, RESOLVE:

	Nome/Cargo/Rg	Solicitação	Histórico	A partir de:
<b>DESI GNA R</b>	Jamile Cristina Marques Ferreira RG. 7.836.815-2	DER/DAF	Para exercer as funções de Auditor Interno, ficando dispensada a servidora Flavia Haro Pionteke de Oliveira RG. 8.752.925-8.	14/05/2020

Curitiba, 18 de maio de 2020.  
Fernando Furiatti Saboia,  
Diretor-Geral do DER/PR.

42510/2020

#### PORTARIA Nº 051/2020-DER

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto n.º 2.458, de 14 de agosto de 2.000, RESOLVE:

	Nome/Cargo/Rg	Solicitação	Histórico	A partir de:
<b>DESI GNA R</b>	Flavia Haro Pionteke de Oliveira RG. 8.752.925-8	DER/DAF	Para exercer as atribuições de Agente de Compliance, representante do Departamento de Estradas de Rodagem -DER/PR.	14/05/2020

Curitiba, 18 de maio de 2020.  
Fernando Furiatti Saboia,  
Diretor-Geral do DER/PR.

42511/2020



## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,  
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 178 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO	
EDITE TEREZINHA GOMES				90	14/04/2000 13/04/2005	11/05/2020	08/08/2020
39239655	1	NAI	165743083		DECRETO Nº 4312/2020		
MARIA HELENA FARIA MARTYNETZ				90	21/12/1992 20/12/1997	11/05/2020	08/08/2020
8903697	1	NAI	165743083		DECRETO Nº 4312/2020		

42626/2020

## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:  
PORTARIA N. 179 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RETIFICAR A PORTARIA N. 151 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE

ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO, R.G. 56762736, LF 2 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
30/3/2020 A 28/4/2020	20/2/2006 A 19/2/2011

42625/2020

## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 180 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RETIFICAR A PORTARIA N. 153 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE

JULIO RIBEIRO BAPTISTA, R.G. 85874519, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
30/3/2020 A 28/4/2020	6/1/2014 A 5/1/2019

42616/2020

## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 181 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RETIFICAR A PORTARIA N. 150 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE

CLEITON RICARDO SIQUEIRA CORTES, R.G. 46214820, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
30/3/2020 A 28/4/2020	11/6/2014 A 10/6/2019

42628/2020

## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 182 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RETIFICAR A PORTARIA N. 151 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE

ANDRE IVAN JOHANN, R.G. 66200809, LF 89 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
30/3/2020 A 28/4/2020	4/1/2015 A 3/1/2020

42622/2020

## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 183 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RETIFICAR A PORTARIA N. 154 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE

ANDREIA CAMARGO DE SOUZA, R.G. 94468167, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
30/3/2020 A 28/4/2020	4/1/2015 A 3/1/2020

42623/2020

## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 184 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RETIFICAR A PORTARIA N. 135 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE

ANTONIO RENATO HOINSKI, R.G. 14480412, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
30/3/2020 A 28/4/2020	21/12/1997 A 20/12/2002

42620/2020

## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 185 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RETIFICAR A PORTARIA N. 143 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE

ARLETE MARTINS DINIZ, R.G. 34758921, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
30/3/2020 A 28/4/2020	18/3/2008 A 17/3/2013

42621/2020

## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 186 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RETIFICAR A PORTARIA N. 145 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE

IVANIR DE FATIMA MARQUES DA ROSA, R.G. 38593366, LF 53 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
30/3/2020 A 28/4/2020	4/1/2015 A 3/1/2020

42618/2020

## EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 187 DE 15/05/2020

ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RETIFICAR A PORTARIA N. 151 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE JADER JOB MALAKOSKI, R.G. 68245680, LF 2 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:  
FRUIÇÃO PERÍODO AQUISITIVO  
30/3/2020 A 28/4/2020 27/7/2010 A 26/7/2015

42619/2020

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS  
O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:  
PORTARIA N. 188 DE 15/05/2020  
ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
RETIFICAR A PORTARIA N. 153 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE MARLENE MASSANEIRO RITTER, R.G. 88939107, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:  
FRUIÇÃO PERÍODO AQUISITIVO  
30/3/2020 A 28/4/2020 1/7/2008 A 30/6/2013

42624/2020

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS  
O DIRETOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:  
PORTARIA N. 189 DE 15/05/2020  
ORGAO - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
RETIFICAR A PORTARIA N. 153 DE 23/04/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE SHIRLEI APARECIDA DOS SANTOS DE DAVID GLIXINSKI, R.G. 81354731, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTE VALORES:  
FRUIÇÃO PERÍODO AQUISITIVO  
30/3/2020 A 28/4/2020 4/1/2010 A 3/1/2015

42617/2020

## Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

### RESOLUÇÃO COLIT N.º 01 /2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO – SEDEST, e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANENSE- COLIT, nomeado pelo Decreto Estadual 1440, de 23 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual 19.848, de 3 de maio de 2019 e Lei Estadual 12243/98, e Decretos Estaduais 2722/84 e 4605/1984, e alterações posteriores estabelecida pelo Decreto Estadual 7948/2017 e Decreto Estadual 518/2019, e

**Considerando** o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, órgão normativo de deliberação coletiva instituído pelo Decreto nº 4.605, de 26 de dezembro de 1984, e alterações posteriores, tem por objetivo a orientação da política referente às questões econômicas, sociais e ambientais, além da orientação política referente ao uso, parcelamento e ocupação do solo na região do Litoral Paranaense;

**Considerando** a Lei Estadual 13164/2001 que dispõe sobre a Zona Costeira do estado do Paraná e adota outras providências.

**Considerando** a Câmara Técnica do Gerenciamento Costeiro, criada pela Resolução SEMA nº 043/2018, com atribuição de articular a elaboração e implantação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC

**Considerando** a proposta do CT-GERCO Paraná, em criar um Grupo de Trabalho com a finalidade de propor Termo de Referência, com objetivo de contratar consultoria técnica para elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

#### RESOLVE:

**Art.1º** Instituir Grupo de Trabalho Técnico Multidisciplinar, para elaborar Termo de Referência com as diretrizes para contratação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Paraná,

**Art.2º** O Grupo de Trabalho será composto pelos técnicos abaixo nominados, coordenados pela Secretaria Executiva do COLIT.

- I. Rosana Maria Bara Castella – SEDEST/COLIT
- II. Edneia Ribeiro Alkamin – SEDEST/AJ
- III. Priscila da Mata Cavalcante – GAEMA
- IV. Lucie Mara Pydd Winter – SPU
- V. Fabricio Miyagima - SEPL
- VI. Daniele Prim - IAT
- VII. Talitha Pires Borges Leite - IAT
- VIII. Daniel Hauer Queiroz Telles— UFPR/Centro de Estudos do Mar
- IX. Dailey Fischer – Maternatura

§ 1º Poderão ser convidadas instituições e organizações que venham a ser identificadas como necessárias ou estratégicas para aperfeiçoar os objetivos propostos, bem como a participação, em caráter temporário, de técnicos de outras instituições.

**Art. 3.º** O Grupo de Trabalho poderá requerer estudos técnicos aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, inclusive às instituições convidadas, a fim de subsidiar as os estudos.

**Art. 4.º** O prazo para a entrega do Termo de Referência pelo Grupo de Trabalho será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da publicação desta Resolução.

**Art. 5.º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de maio de 2020.

**MARCIO NUNES**

Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo  
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense

42537/2020

## Instituto Água e Terra

### PORTARIA DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA Nº 150, DE 19 DE MAIO DE 2020.

O Diretor Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 3.820, de 10 de janeiro de 2020, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 4.696 de 27 de julho de 2016.

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Designar o servidor Álvaro César de Góes, RG 1.821.200-5, nomeado através do Decreto Estadual nº 3.820, de 10 de janeiro de 2020, designado como Gerente de Monitoramento e Fiscalização através da Portaria IAT nº 013, de 31 de janeiro de 2020, para assinar documentos inerentes e relacionados às deliberações e ofícios de cobrança de Autos de Infração Ambiental, por um período de 120 (cento e vinte dias).

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**Everton Luiz da Costa Souza**  
Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

42447/2020

### PORTARIA DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA Nº 151, DE 19 DE MAIO DE 2020

O Diretor Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 3.820, de 10 de janeiro de 2020, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 4.696 de 27 de julho de 2016.

Considerando o contido no protocolo 16.369.484-0 e anexos;

Considerando a Informação IAT/ATJ nº 0586/2020,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Revogar os efeitos da Portaria IAP nº 244, de 10 de outubro de 2019, referente a Interdição e Suspensão da Licença de Operação nº 27.109, da empresa Repinho Reflorestadora Madeiras e Compensados Ltda, localizada na PR 466, Km 5, Guarapuava-PR, CNPJ nº 82.196.510/0002-21.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

**Everton Luiz da Costa Souza**  
Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

42424/2020

**PORTARIA DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA  
Nº 152, DE 19 DE MAIO DE 2020**

O Diretor Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 3.820, de 10 de janeiro de 2020, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 4.696 de 27 de julho de 2016.

Considerando o contido no protocolo 16.369.484-0 e anexos;

Considerando a Informação IAT/ATJ nº 0586/2020,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Revogar os efeitos da Portaria IAP nº 245, de 10 de outubro de 2019, referente a Interdição e Suspensão da Licença de Operação nº 16.553, da empresa Repinho Reflorestadora Madeiras e Compensados Ltda, localizada na Rua Sebastião Camargo Ribas 950, Guarapuava-PR, CNPJ nº 82.196.510/0001-40.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

**Everton Luiz da Costa Souza**  
Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

42426/2020

## Receita Estadual do Paraná

### NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 26/2020

Dispõe sobre os procedimentos para a opção pelo regime diferenciado de tributação no ramo de alimentação e para a opção pela apuração e recolhimento centralizado do imposto.

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições

que lhe confere o inciso IX do caput do art. 9.º do Anexo II da Resolução Sefpa nº 1.132, de 28 de julho de 2017, e tendo em vista o disposto no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, estabelece:

#### SEÇÃO I

##### DO REGIME DIFERENCIADO PARA O RAMO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

**Art. 1.º** A opção pelo regime diferenciado de tributação para o ramo de fornecimento de alimentação e o retorno ao regime normal de tributação, previstos no art. 37 do RICMS, deverão ser requeridos pelo contador da empresa, por meio de formulário disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda, [www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br), na área restrita do Receita/PR, mediante código de acesso e senha do usuário cadastrado.

**Art. 2.º** Para a efetivação do processo de regime diferenciado de tributação será necessária a confirmação do pedido pelo sócio titular ou pelo administrador da empresa, na área restrita do Receita/PR, até o 15.º dia da solicitação, ficando dispensada a entrega de qualquer documento.

Parágrafo único. A não confirmação do pedido no prazo previsto no caput implicará indeferimento automático do pedido.

#### SEÇÃO II

##### DO REGIME DE APURAÇÃO CENTRALIZADA DO IMPOSTO

**Art. 3.º** A opção pelo regime de apuração centralizada do imposto, o retorno ao sistema normal de apuração e a exclusão de alguns dos estabelecimentos desse regime, previstos nos artigos 31 e 34 do RICMS, deverão ser requeridos pelo contador da empresa, por meio de formulário disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda, [www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br), na área restrita do Receita/PR, mediante código de acesso e senha do usuário cadastrado.

**Art. 4.º** Para a efetivação do processo de centralização do imposto apurado ou o retorno ao sistema normal de tributação será necessária a confirmação do pedido pelo sócio titular ou pelo administrador da empresa, na área restrita do Receita/PR, até o 15.º dia da solicitação, ficando dispensada a entrega de qualquer documento.

Parágrafo único. A não confirmação do pedido no prazo previsto no caput implicará indeferimento automático do pedido.

#### SEÇÃO III

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 5.º** A opção pelo regime diferenciado de tributação ou de apuração, assim como o retorno ao regime normal, será considerada a partir do 1.º (primeiro) dia do mês subsequente ao do requerimento mencionado nos artigos 1.º e 3.º, desde que confirmado o pedido pelo sócio titular ou pelo administrador da empresa.

**Art. 6.º** Fica revogada a Norma de Procedimento Fiscal nº 34, de 23 de abril de 2012, a partir da data da produção de efeitos desta NPF.

**Art. 7.º** Esta Norma de Procedimento Fiscal entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de maio de 2020.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, Curitiba, 19 de maio de 2020.

**Roberto Zaninelli Covelo Tizon**  
DIRETOR

42598/2020

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ  
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Intimação para pagamento - Edital n. 6/2020

A Receita Estadual do Paraná intima os sujeitos passivos abaixo relacionados para pagamento do crédito tributário originário de auto de infração, julgado parcial ou integralmente procedente e com decisão administrativa transitada em julgado, nos termos do inciso I do artigo 43 da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Decorridos dez dias da publicação deste edital, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV), começando a contagem do prazo de até trinta dias, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996 (e adotando-se o calendário de expediente bancário do município da sede da DRR da origem da medida fiscal), para pagamento ou parcelamento do crédito tributário devidamente atualizado, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado e no Cadin Estadual (Lei n. 18.466/2015).

Para os autos de infração relativos ao ICMS, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (Lei n. 11.580/1996, artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, combinado com o parágrafo 2º), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Em caso de pagamento dos autos de infração relativos ao ITCMD, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016, havendo a aplicação da penali-

dade prevista nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (artigo 33, parágrafo 2º, inciso III, c/c parágrafo 3º, da Lei n. 18.573/2015), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

## Relação dos Autos de Infração

DRR-A.I.	Identificação	Sujeito Passivo
01-6632793-0	027060229-14	HELGA ROSENFELD KLASSEN DUCK - ESPOLIO
01-6632796-5	027060229-14	HELGA ROSENFELD KLASSEN DUCK - ESPOLIO
01-6629469-2	05794155/0003-22	LM IMP. E EXP. LTDA
05-6633432-5	672886189-00	ABEL SIMÃO DE OLIVEIRA
05-6632481-8	039387119-30	ADILSON WACZAK
05-6633434-1	875058949-00	ANTONIO BORGES SILVA NETO
05-6630653-4	512668659-34	CELSON ROQUE LAVORATTI
05-6633431-7	540876600-44	EDSON ROMANO CERCINA
05-6632971-2	453056419-34	MARIO REMECHELO
05-6632974-7	240933609-44	ODAIR DA ROSA
05-6632973-9	043999599-08	SIDIMIR ANHAIA
13-6628717-3	530757229-87	ELIANE RAFAGNIN
13-6628716-5	037306319-93	FERNANDA RAFAGNIN

Curitiba, 20 de maio de 2020

ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON  
Diretor da Receita Estadual do Paraná

42577/2020

## Defensoria Pública do Estado

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº 010/2020/DFC/CGA/DPPR

O Supervisor do Departamento de Fiscalização de Contratos, no uso das atribuições conferidas pela Resolução 119/2018:

1. Designa os servidores que atuarão como fiscal e suplente, conforme a necessidade, para o contratos abaixo relacionados:

FISCAL DO CONTRATO	RG	SUPLENTE	RG	Nº DO CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO
Diego Martins Correa	9.278.412-6	Marcos Garanhão de Paula	6.606.549-9	004/2020	EMBRASISTEM TECNOLOGIA LT	Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos extintores, mangueiras de extinção de incêndio, sistema de alarmes de incêndio e equipamentos que compõem o sistema de prevenção contra incêndio da sede central de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPPR em Curitiba.
Diego Martins Correa	9.278.412-6	Marcos Garanhão de Paula	6.606.549-9	007/2020	REFRIGERAÇÃO TRIZOTTO LTDA. -ME	serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado para a sede de Guarapuava

Curitiba, 19 de maio de 2020.

MARCOS GARANHÃO DE PAULA

Supervisor do Departamento de Fiscalização de Contratos

42480/2020

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº 011/2020/DFC/CGA/DPPR

O Supervisor do Departamento de Fiscalização de Contratos, no uso das atribuições conferidas pela Resolução 119/2018:

1. Designa os servidores que atuarão como fiscal e suplente, conforme a necessidade, para o contrato abaixo relacionado:

FISCAL DO CONTRATO	RG	SUPLENTE	RG	Nº DO CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO
Diego Martins Correa	9.278.412-6	Marcos Garanhão de Paula	6.606.549-9	008/2020	INOVA AR CONDICIONADO EIRELI	prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado para a sede de Foz do Iguaçu

Curitiba, 20 de maio de 2020.

**MARCOS GARANHÃO DE PAULA**

Supervisor do Departamento de Fiscalização de Contratos

42782/2020

**Procedimento n.º 16.556.039-6**

**DECISÃO**

Trata-se de procedimento instaurado pelo Departamento de Compras e Aquisições (DCA) com o intuito de informar possíveis indícios de irregularidades relacionadas aos acontecimentos consequentes da Ordem de Compra nº 2658/2019, a qual foi emitida pela Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) mediante adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 452/2018 da Secretaria de Administração e Previdência (SEAP) do Estado do Paraná.

Objetivando a aquisição de materiais descartáveis de cozinha foi emitida a Ordem de Compra 2658/2019, para a aquisição de 200 coadores de café de tecido com 20 cm de diâmetro com o prazo de entrega de 15 dias, ou seja, até o dia 23/05/2019.

Ocorreu uma tentativa de entrega, em atraso, porém como o produto não atendia às especificações, a servidora responsável pelo recebimento recusou o material. Após solicitação de troca, a empresa informou, por e-mail, o prazo de 15 dias para a nova entrega e em 04/07/2019 os produtos foram recebidos no almoxarifado.

A Gestão de Almoxarifado instada a se manifestar, informou que, em que pese o atraso na entrega dos produtos, não se vislumbrou a existência de prejuízos causados à DPE/PR.

Foram acostados aos autos os seguintes documentos: (a) E-mails entre a contratada e o Departamento de Compras e Aquisições (fls. 08, e fls. 13/14); (b) Ordem de compra nº 2658/2019 (fls. 9/10); (c) Nota de Empenho (fls. 11); (d) Nota Fiscal nº 000950, série 01, de 15 de maio de 2019 (fls. 18); (e) Termo de recebimento definitivo, de 04 de julho de 2019 (fls. 19); (f) Entrada de material no sistema GMS (fls. 20); (g) Edital de Pregão Eletrônico nº 452/2018 e Ata de Registro de preços (fls. 21/166).

É o relatório.

Segundo doutrina, como a função administrativa esta vinculada à satisfação do interesse público, o uso das prerrogativas deve ser visto como “deveres-poderes”, havendo uma subordinação do poder ao dever. Sendo assim, a possibilidade e a obrigatoriedade de aplicação de sanção pela administração Pública são decorrentes do regime jurídico dos contratos administrativos estabelecidos pela Lei Geral de Licitações e outras legislações correlatas, sobretudo a Estadual.

Assim, considerando a indisponibilidade do interesse público, a Administração tem o dever de aplicar sanções às contratadas, sempre que diante de infrações contratuais ou descumprimento às regras que causem repercussão jurídica na órbita administrativa, o que resulta de igual modo no dever de averiguar eventuais

faltas.

Vale recordar que o Tribunal de Contas da União tem exigido explicação dos administradores sobre o motivo da NÃO aplicação de sanções administrativas aos licitantes/fornecedores, o que leva a conclusão de que a apuração de infrações não é um ato discricionário e sim vinculado, devendo a administração agir de tal forma, sem liberdade de escolha. Nesse sentido:

É obrigação da Administração controlar o recebimento de mercadorias, em conformidade com o PODER/DEVER de fiscalização de seus contratos, aplicando penalidades às empresas contratadas que atrasarem a entrega de mercadorias, descumprindo as cláusulas acordadas (item 1.5, TC011.795/20060, Acórdão TCU 208/2008 - 1ª Câmara).

Outrossim, a Lei 8.666/93, que institui normas gerais de Licitação e contratos administrativos, bem como a Lei 10.520/02, que disciplina a modalidade de licitação denominada *pregão*, determinam que infrações contratuais devem ser apuradas por procedimento específico.

Isto posto, considerando as informações contidas no presente processo, verifica-se a existência de indícios suficientes de descumprimento dos itens 10.4 (fls. 27) e 11.6 (fls. 28) do edital do Pregão Eletrônico nº 452/2018, de onde se extrai que os objetos contratados por esta Defensoria deveriam ter sido entregues nos prazos e condições especificadas em Edital.

Uma vez emitida a nota de compra para entrega no prazo de 15 dias, os produtos deveriam ter sido entregues até dia 23 de maio de 2019, porém após a primeira tentativa de entrega (já em atraso) a empresa solicitou novo prazo de 15 dias, e efetivamente cumpriu o acordado apenas em 04 de julho de 2019, sem justificativa plausível para tamanho atraso.

Em que pese o Departamento de Infraestrutura em sua Gestão de Almoxarifado não tenha vislumbado prejuízos significativos à Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme estabelece o art. 5º da Deliberação CSDP 11/2015, **determino a instauração de procedimento administrativo específico** para apuração de suposta infração contratual, publicando e **encaminhando os autos à Coordenadoria Jurídica para realizar os trabalhos de Comissão Especial**, conforme estabelecido no art. 5º da Deliberação CSDP nº 011/2015, conferindo o prazo de 90 dias prorrogáveis para a conclusão dos trabalhos.

Curitiba, 20 de May de 2020

**EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO**  
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

42852/2020



Procedimento n.º 16.556.925-3

## DECISÃO

Trata-se de processo instaurado pelo Departamento de Compras e Aquisições (DCA) com o intuito de informar possíveis indícios de irregularidades relacionadas aos acontecimentos consequentes da Ordem de Compra nº 5424/2019, a qual foi emitida pela Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) mediante adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 739/2018 da Secretaria de Administração e Previdência (SEAP) do Estado do Paraná.

Objetivando a aquisição de copos descartáveis foi emitida em 01 de agosto de 2019 a Ordem de Compra 5424/2019, para a aquisição de 2.000 pacotes de copos de descartáveis de água e 400 pacotes de copos descartáveis de café, com o prazo de entrega de 30 dias, ou seja, até o dia 01 de setembro de 2019, porém a entrega não ocorreu no prazo determinado.

No dia 03 de outubro de 2019, foi emitida a Notificação nº 003/2019 na qual se solicitou ao fornecedor a entrega dos itens com a maior brevidade possível e concedeu o prazo de cinco (05) dias, a contar do recebimento, para manifestação a respeito da notificação. A correspondência foi devolvida com a observação “não procurado” no motivo de devolução. No aviso de devolução também é possível observar três tentativas de entrega.

Todavia, apesar da impossibilidade de recebimento do aviso pelo fornecedor, em 07 de outubro de 2019 houve a entrega dos produtos, conforme consta no termo de recebimento definitivo (fls. 20).

A Gestão de Almoxarifado instada a se manifestar, informou em fls. 89 que, em que pese o atraso na entrega dos produtos tenha ocasionado adequação do quadro funcional, obrigando Defensores, Servidores, Estagiários e Terceirizados a levar sua caneca/xícara e garrafa de água para sua própria utilização, não se vislumbrou a existência de prejuízos causados à Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Foram acostados aos autos os seguintes documentos: (a) E-mails entre a contratada e o Departamento de Compras e Aquisições (fls. 08/09); (b) Ordem de compra nº 5424/2019 (fls. 10/11); (c) Nota de Empenho (fls. 12/13); (d) Notificação nº 003/2019 ao representante legal da *Comercial Paulus LTDA EPP* (fls. 17/18); Nota Fiscal nº 1228, série 01, de 07 de outubro de 2019 (fls. 20); (e) Termo de recebimento definitivo, de 11 de outubro de 2019 (fls. 21); (f) Entrada de material no sistema GMS (fls. 22); (g) Edital de Pregão Eletrônico nº 739/2018 e Ata de Registro de preços (fls. 25/86).

É o relatório.

Segundo doutrina, como a função administrativa esta vinculada à satisfação do interesse público, o uso das prerrogativas deve ser visto como “deveres-poderes”, havendo uma subordinação do poder ao dever. Sendo assim, a possibilidade e a obrigatoriedade de aplicação de sanção pela administração Pública são decorrentes do regime jurídico dos contratos administrativos estabelecidos pela Lei Geral de Licitações e outras legislações correlatas, sobretudo a Estadual.

Assim, considerando a indisponibilidade do interesse público, a Administração tem o dever de aplicar sanções às contratadas, sempre que diante de infrações contratuais ou

descumprimento às regras que causem repercussão jurídica na órbita administrativa, o que resulta de igual modo no dever de averiguar eventuais faltas.

Vale recordar que o Tribunal de Contas da União tem exigido explicação dos administradores sobre o motivo da NÃO aplicação de sanções administrativas aos licitantes/fornecedores, o que leva a conclusão de que a apuração de infrações não é um ato discricionário e sim vinculado, devendo a administração agir de tal forma, sem liberdade de escolha. Nesse sentido:

É obrigação da Administração controlar o recebimento de mercadorias, em conformidade com o PODER/DEVER de fiscalização de seus contratos, aplicando penalidades às empresas contratadas que atrasarem a entrega de mercadorias, descumprindo as cláusulas acordadas (item 1.5, TC011.795/20060, Acórdão TCU 208/2008 - 1ª Câmara).

Outrossim, a Lei 8.666/93, que institui normas gerais de Licitação e contratos administrativos, bem como a Lei 10.520/02, que disciplina a modalidade de licitação denominada *pregão*, determinam que infrações contratuais devem ser apuradas por procedimento específico.

Isto posto, considerando as informações contidas no presente processo, verifica-se a existência de indícios suficientes de descumprimento dos itens 10.4 e 11.6 (fls. 32) do edital do Pregão Eletrônico nº 739/2018, de onde se extrai que os objetos contratados por esta Defensoria deveriam ter sido entregues nos prazos e condições especificadas em Edital.

Uma vez emitida a nota de compra com prazo de entrega de 30 dias, ou seja, até 01 de setembro de 2019, observou-se o seu descumprimento inicial, seguido da necessidade de notificação da empresa *Comercial Paulus LTDA EPP* concedendo prazo para a efetiva entrega dos itens com a maior brevidade. Notou-se, todavia, o cumprimento do acordado apenas em 07 de outubro de 2019, sem justificativa plausível para tamanho atraso.

Em que pese o Departamento de Infraestrutura em sua Gestão de Almoxarifado não tenha vislumbado prejuízos significativos à Defensoria Pública do Estado do Paraná, com exceção à adequação do quadro funcional à situação vivenciada, conforme estabelece o art. 5º da Deliberação CSDP 11/2015, **determino a instauração de procedimento administrativo específico** para apuração de suposta infração contratual, publicando e **encaminhando os autos à Coordenadoria Jurídica para realizar os trabalhos de Comissão Especial**, conforme estabelecido no art. 5º da Deliberação CSDP nº 011/2015, conferindo o prazo de 90 dias prorrogáveis para a conclusão dos trabalhos.

Curitiba, 20 de May de 2020

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO  
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

42836/2020

## Ministério Público do Estado do Paraná

Protocolo: 5.873/2020

Pagamento em: 20/05/2020

Assunto: Auxílio Funeral – Promotor de Justiça aposentado José Deretti Neto.

Beneficiária: Célida Baggio.

Valor: R\$ 21.869,84 (vinte e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Dotação Orçamentária: 0901.03091436.010 – Gestão dos Serviços do Ministério Público / Subelemento de Despesa: 3390.0802 – Auxílio Funeral – RPPS.

42423/2020